

ANA PAULA TEIXEIRA DE CAMPOS

**"CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO": REDES SOCIAIS E
CONFIANÇA - A EXPERIÊNCIA DOS AGRICULTORES E
AGRICULTORAS FAMILIARES DE ARAPONGA-MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2006**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

C198c
2006

Campos, Ana Paula Teixeira de, 1971-
“Conquista de terras em conjunto” : redes sociais e
confiança - a experiência dos agricultores e agricultoras
familiares de Araponga - MG / Ana Paula Teixeira de
Campos. – Viçosa : UFV, 2006.
xiii, 102f. : il. ; 29cm.

Orientador: Fábio Faria Mendes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 97-102.

1. Sociologia rural - Araponga (MG). 2. Capital social
(Sociologia). 3. Redes de relações sociais. 4. Cooperativas
de crédito agrícola - Araponga (MG). 5. Sindicatos -
Trabalhadores rurais - Araponga (MG). 6. Comunidade -
Desenvolvimento - Araponga (MG). 7. Microfinanças -
Araponga (MG). I. Universidade Federal de Viçosa.
II. Título.

CDD 22.ed. 307.72

ANA PAULA TEIXEIRA DE CAMPOS

**"CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO": REDES SOCIAIS E
CONFIANÇA - A EXPERIÊNCIA DOS AGRICULTORES E
AGRICULTORAS FAMILIARES DE ARAPONGA-MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de março de 2006

John Cunha Comeford

José Noberto Muniz

Maria Izabel Vieira Botelho
(Conselheira)

Franklin Daniel Rothman
(Conselheiro)

Fábio Faria Mendes
(Orientador)

Aos meus pais, Dina e Sebastião
(*in memoriam*), pela presença sempre constante.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria sido possível sem a colaboração de várias pessoas no decorrer do seu processo. Mas gostaria de agradecer as que estiveram bem próximas nesta caminhada.

De forma muito especial, agradeço e dedico este trabalho ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga, nas pessoas de Seu Neném, Maurílio, José Edson, João Donizete, Sônia, Ilson, Seu Cosme, Romualdo e Pedro, pela acolhida no Sindicato para discutirmos o projeto de pesquisa, no seu consentimento e na disponibilidade em agendar as entrevistas. Às famílias que me receberam com todo o carinho e atenção em suas casas para a realização das entrevistas gravadas: Seu Neném e Dona Zilda; Seu Cosme e Dona Amélia; Nadir e Cláudio; Paulinho e Cleudinéia; Romualdo e Avanir; João e Sandrinha; Seu Bibim e Dona Gracinha; e por fim, Maurílio e Fátima. Às 79 famílias que nos receberam com todo o carinho e atenção em suas casas para a realização das entrevistas para aplicação do questionário semi-estruturado. Aos demais agricultores(as) e trabalhadores(as) rurais que fizeram e fazem parte dessa história.

Aos membros do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, pelo apoio, discussão do projeto, elaboração dos questionários, disponibilidade de material e transporte para as viagens à Araponga. Em especial ao Breno e ao Ferrari pela longa e esclarecedora entrevista sobre a história do CTA e o trabalho conjunto com os agricultores e agricultoras. Também meu agradecimento muito especial ao Romualdo, por sempre estar disponível para esclarecer dúvidas sobre a história da conquista e também pelo apoio na sua realização. E à Simone, pelo incentivo, apoio e sugestões desde o projeto de pesquisa da monografia de especialização.

Ao meu orientador, prof. Fábio Faria Mendes, pela valiosa contribuição para a realização deste trabalho, sempre presente em todo o seu processo para esclarecer dúvidas, tecer comentários, sugestões e a participar da aplicação dos questionários.

Aos assistentes de pesquisa na aplicação do questionário: Flávia Imaculada Silva, Clara Teixeira Ferrari e Bruno Bottino de Paiva. Este último, também pelo trabalho conjunto na codificação e tabulação dos dados.

À profa. Maria Izabel Vieira Botelho e ao prof. Franklin Daniel Rothman, pela contribuição enquanto conselheiros e membros da banca de tese.

Aos demais professores do Departamento de Economia Rural, em especial às profas. Nora Presno Amodeo e Ana Louise Carvalho Fiúza pelas sugestões e comentários na defesa do projeto.

À profa. France Maria Gontijo Coelho, pelas oportunas sugestões durante apresentação do seminário, mas também pelo exemplo de dedicação ao trabalho com os agricultores e agricultoras.

Ao prof. John Cunha Comerford do CPDA-UFRRJ, pela disponibilidade em participar da banca de defesa da dissertação.

Ao prof. José Norbeto Muniz pelas sugestões na elaboração do questionário e na codificação do mesmo.

Ao prof. Ricardo dos Santos Ferreira, do Departamento de Informática, pela disponibilidade e na sugestão ao uso do programa Dot, para a construção dos sociogramas.

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural, em especial à Carminha, Graça, Brilhante, Cida, Helena e Tedinha, sempre atenciosos.

Agradeço à CAPES por um ano de bolsa de pesquisa que viabilizou a finalização deste trabalho.

Aos colegas do curso, Daniela, Bernadete, Selma e Valdir, em especial à Flávia, à Amanda e ao Tiago pela oportunidade de nos conhecermos melhor no grupo de estudo, sempre companheiros. Mas devo agradecer de forma muito especial à Flávia, que se tornou amiga e companheira fundamental nessa caminhada e na vida cotidiana.

Aos meus familiares e demais amigos e amigas pelo apoio e incentivo durante esses dois anos de mestrado.

Ao meu esposo, companheiro, amigo, dedicado e paciente Cacau. Ao nosso filho, Luca, que está a caminho....

BIOGRAFIA

Ana Paula Teixeira de Campos nasceu em 1971, na cidade de São Paulo, capital. Aos nove anos, juntamente com sua família, mudou-se para Brasília e aos quinze mudou-se para Goiânia, onde permaneceu até completar o curso de Comunicação Social - Habilitação Rádio e Televisão na Universidade Federal de Goiás, em 1995.

Entre 1993 e 1995 trabalhou no Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra no setor de documentação e recepção, onde pode estar em contato com um mundo rural que até então desconhecia.

Em 1995 mudou-se para Louvain-la-Neuve, Bélgica, onde inicia em 1996 o curso de Especialização em Estudos de Países em Desenvolvimento, na Universidade Católica de Louvain.

Em 1999, retorna ao Brasil para morar em Viçosa e realiza alguns trabalhos em produção de vídeos documentários para o CTA-ZM. Entre 2002 e 2003 faz o Curso de Especialização em Planejamento Municipal, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, tendo como objeto de estudo da monografia a experiência da Conquista de Terras em Conjunto. Em março de 2004 ingressa no curso de Mestrado em Extensão Rural desta mesma universidade.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE FIGURAS, TABELAS E SOCIOGRAMAS.....	ix
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xiii
1. INTRODUÇÃO	01
1.1. Problema, Hipótese e Objetivos da Pesquisa.....	03
1.2. Metodologia.....	04
2. HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO NA ZONA DA MATA E ARAPONGA.....	11
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
3.1. Associações de Crédito Rotativo.....	20
3.2. Sociologia da Vida Econômica, Análise de Redes e Confiança.....	22
3.3. Desenvolvimento e Capital Social	27
4. A TRAJETÓRIA DA " <i>CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO</i> ".	32
4.1. A Gênese da Experiência e as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs	33
4.2. A Primeira Compra Coletiva.....	42

5. A "CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO", REDES SOCIAIS, CONFIANÇA E AGRICULTURA FAMILIAR.....	54
5.1. Parentesco e Redes Sociais na <i>Conquista de Terras em Conjunto</i>	54
5.2. Formas de Monitoramento e Confiança na <i>Conquista de Terras em Conjunto</i>	68
5.3. A <i>Conquista de Terras em Conjunto</i> e os Atores Externos: o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Fundação Ford e a Criação do Fundo de Crédito Rotativo.....	74
6. DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA.....	84
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E SOCIOGRAMAS

		Página
FIGURA 01	Regiões do Estado de Minas Gerais: Localização do Município de Araponga na Zona da Mata Mineira.....	18
FIGURA 02	Cronologia da Conquista de Terras em Conjunto.....	33
FIGURA 03	Número de Famílias Participantes e Área da Compra em Conjunto (1989-2005).....	47
FIGURA 04	Área Média das Compras de Terras em Hectares (1989 -2005).....	48
FIGURA 05	Padrões Intergeracionais de Posse da Terra entre os(as) Agricultores(as) de Araponga (Esposo).....	50
FIGURA 06	Padrões Intergeracionais de Posse da Terra entre os(as) Agricultores(as) de Araponga (Esposa).....	51
FIGURA 07	Acesso à Educação Formal e Não Formal, Após a Conquista de Terras.....	90
FIGURA 08	Melhoria da Condições de Moradia, Após a Conquista de Terras.....	91

FIGURA 09	Participação Social dos Homens, Antes e Depois da Conquista de Terras.....	92
FIGURA 10	Participação Social das Mulheres, Antes e Depois da Conquista de Terras.....	93
TABELA 01	Estabelecimentos Rurais - Araponga (1996).....	16
TABELA 02	Distribuição do Tamanho das Propriedades da Conquista de Terras - Araponga (2005).....	17
TABELA 03	Origem da Terra Conquistada - Araponga (2006)..	18
TABELA 04	Estrutura Ocupacional, para as Três Gerações de Agricultores(as) de Araponga.....	53
SOCIOGRAMA 01	Redes de Parentesco por Grupos de Família.....	58
SOCIOGRAMA 02	Redes de Parentesco.....	60
SOCIOGRAMA 03	Redes de Informação.....	62
SOCIOGRAMA 04	Relações de Vizinhança.....	64
SOCIOGRAMA 05	Estrutura de Rede e Seqüência Temporal das Compras de Terras.....	67

RESUMO

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. M. S.; Universidade Federal de Viçosa, Março de 2006. **"Conquista de Terras em Conjunto": Redes Sociais e Confiança - A experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga - MG.** Orientador: Fábio Faria Mendes. Conselheiros: Maria Izabel Vieira Botelho e Franklin Daniel Rothman.

No município de Araponga, em Minas Gerais, uma experiência de compra coletiva de terras entre os pequenos proprietários e trabalhadores rurais vem, até o momento, se destacando como uma experiência única de compras conjuntas de terras em nosso país. A experiência foi denominada, pelos próprios participantes, de *"Conquista de Terras em Conjunto"*. A partir da iniciativa dos próprios agricultores, a iniciativa foi se consolidando progressivamente, com o suporte de agentes externos. Neste esquema de crédito rotativo, os pequenos proprietários e trabalhadores rurais adquirem conjuntamente uma área de terra, em que cada novo proprietário pode adquirir terra de acordo com suas condições. Os lotes individuais variam, em média, de 1 a 6 hectares. Esta experiência começou em 1989 e, desde então, 110 famílias já conquistaram o seu pedaço de terra, totalizando 498,0 hectares. O nosso objetivo foi compreender como foi possível

aos agricultores "criar" o conjunto de regras e procedimentos que configuram a Conquista de Terras em Conjunto. Ademais, buscou-se neste trabalho compreender como tornou-se possível expandir e institucionalizar a experiência a ponto de incorporar um número cada vez maior de famílias. Para analisarmos a experiência partimos do pressuposto que redes de relações pré-existentes e redes de informação, estruturadas a partir de parentesco e vizinhança, constituíram a base de interação que permitiu, através da reinvenção de formas tradicionais de ajuda mútua, superar os dilemas de ação coletiva e dar início à experiência. A partir da descrição, coleta e análise dos dados foi possível traçar a história da Conquista de Terras em Conjunto, compreender como novas famílias foram incorporadas no decorrer do tempo e identificar o papel dos atores externos na consolidação da experiência. Como metodologia, fizemos uso de entrevistas semi-estruturadas em profundidade, questionários, observação participante e história oral. O questionário semi-estruturado foi aplicado à 79 famílias, que nos possibilitou analisar padrões de organização familiar, mobilidade social, participação e estratégias econômicas das famílias, realizando um mapeamento das redes de relações sociais dos envolvidos. A partir das informações coletadas nos questionários foi possível construir sociogramas bi-dimensionais, gráficos, tabelas e figuras, que nos permitiram representar os fluxos de informação e confiança que estruturaram a Conquista de Terras em Conjunto. Nossos conceitos centrais foram Redes Sociais (*networks*), Confiança e Desenvolvimento como Liberdade. O estudo demonstrou que a presença de redes de relações e de contextos de confiança foram cruciais para que a cooperação em bases amplas permitissem que a experiência pudesse emergir. Deste modo, a experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga, nos mostra que é possível inventar novos modos de adquirir terra e permanecer no campo, mesmo em condições adversas. A conquista de liberdade para poder plantar o que desejar, não usar agrotóxicos, os filhos poderem frequentar à escola e a família poder participar dos movimentos sociais, levou meeiros e trabalhadores rurais a acreditar na possibilidade de comprar terra.

ABSTRACT

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. M. S.; Universidade Federal de Viçosa, March 2006. "***Joint Land Conquest***": **Social Networks and Trust - The smallholders experience in Araponga - MG**. Adviser: Fábio Faria Mendes. Committee members: Maria Izabel Vieira Botelho and Franklin Daniel Rothman.

This work analyses an experience of land buying by agricultural laborers and smallholders in Araponga, a municipality in southeast of Minas Gerais, which has got evidence as a singular case of common land buying in Brazil. The agricultural laborers and smallholders called the initiative *Joint Land Conquest (Conquista de Terras em Conjunto)*. This action was started by themselves, and progressively becomes more strong helped by external agents. Through this informal organization of mutual help, the smallholders, sharecroppers and wage workers take a loan from a collective fund to buy jointly an area of land. The land area is variable, but in general, the families obtain from one to six hectares. Since 1989, when the experience has began, 110 families have already bought their own piece of land. Nowadays, the sum of all bought land is around 498 hectares. Our goal was to understand how the agricultural laborers have defined a set of rules and procedures to build the *Joint Land Conquest*. Moreover, this

work also targets to understand how this experience was scaled up and institutionalized to include a growing number of families. By mobilizing trust networks embedded in kinship, neighborhood, and religious militancy, the farmers have invented new ways of coping with land scarcity. The scheme reinvented traditional forms of mutual help and reciprocity between kin and friends of the Brazilian traditional peasantry. We have collected and analyzed data to trace the history of *Joint Land Conquest*, to understand how new families have been incorporated and to identify the role of external actors to consolidate this experience. The methodology was based on in-depth semi-structured interviews, survey questionnaires, oral history and participated observation. The semi-structured questionnaire was applied to 79 families, and allows us to analyze family organization patterns, social mobility, social participation, and economic strategies, thus mapping of the embedded social relationship network. The collected data was used to build bi-dimensional sociograms, tables and figures, which allow us to represent the information and trust flow that structured the *Joint Land Conquest*. Our main concepts were social networks, trustiness, development to get freedom. The study shows that the relationship networks and trust context were crucial to create a huge basis to support the experience growing. Araponga's association is a very interesting experience of agrarian change, devised by the farmers and rural workers themselves, without overt conflict with landholders. The practice of common buying permits peasants with reduced savings to join efforts and buy larger pieces of land. Landowners would not sell minor parts of land and would not give credit to humble rural workers. Special care is given to water bodies and forest reserves in the area. Moreover, in this context, land means freedom to chose biologic cultivation, to give opportunity to theirs children to go the school, to get a active hole in social movements. The dream of buying theirs own land becomes real.

1. INTRODUÇÃO

"A terra significa assim: o meio para nós sobreviver, plantar, colher, senão tivesse terra não tinha nem como a gente sobreviver... Melhorou muito, tá na casa da gente"
(Neuza, 27 anos, agricultora e pequena proprietária).

A experiência de auto-organização para a compra compartilhada de terras entre os pequenos proprietários e trabalhadores rurais de Araponga, na Zona da Mata Mineira, até o momento se destaca como uma experiência única em se tratando de compra coletiva de terras em nosso país. Trata-se de uma forma alternativa de acesso à terra aos que não possuíam nenhuma perspectiva de permanecer no campo com o seu trabalho e tirando o sustento de sua família, distinta das formas de luta dos movimentos sociais de reforma agrária hoje existentes.

A Zona da Mata Mineira localiza-se ao leste de Minas Gerais, fazendo divisa com o Espírito Santo, o Rio de Janeiro e São Paulo. A estrutura agrária da região e, particularmente, do município de Araponga, caracteriza-se por uma elevada fragmentação da propriedade rural, em decorrência da história de sua ocupação e uso. A pequena propriedade familiar, entretanto, convive com a

presença de latifúndios, com mais de 300 hectares (em Araponga há 15 propriedades entre 200 e 1000 hectares)¹.

A cafeicultura havia sido introduzida na região em meados do século XIX, com grandes fazendas e mão-de-obra escrava. Com a transição para o trabalho livre, frente à indisponibilidade de um contingente de trabalhadores assalariados facilmente controlável, a produção cafeeira foi organizada a partir de formas de relação de trabalho que davam acesso parcial ao uso da terra pelos trabalhadores, como o colonato e a meação. O padrão atual de ocupação territorial, dominado pela pequena propriedade e pelo arrendamento e a parceria, emergiu a partir do desmembramento progressivo das antigas fazendas de café que, em função da perda do dinamismo econômico e da fragmentação da herança, foram sendo divididas em propriedades cada vez menores. As sucessivas crises da cafeicultura fizeram com que os produtores adotassem um padrão produtivo de múltiplas culturas de subsistência. Mas na região de Araponga, a partir da década de 70, o café voltou a ser o principal produto para a comercialização.

Atualmente, a região é composta por micro e pequenas propriedades onde se produz feijão, milho, arroz, cana de açúcar, café, venda de pequenas criações, pastagens e, em alguns casos, mel e própolis, além do artesanato. A fragmentação da propriedade da terra é acompanhada de uma distribuição bastante desigual de recursos. Os trabalhadores rurais não têm acesso à terra a não ser por meio da meação e do arrendamento, e os pequenos agricultores não têm terra suficiente para a reprodução da unidade familiar sem o uso de estratégias complementares múltiplas, através da diversificação da produção nas pequenas propriedades, seja pelo arrendamento ou formas de trabalho eventual ou sazonal como assalariados.

Neste contexto de grandes dificuldades e privações, emergiu a partir de uma experiência familiar, uma forma singular de auto-organização entre um grupo de pequenos agricultores e trabalhadores rurais de Araponga, trazendo

¹ IBGE (1996). Para a região de Araponga, um módulo rural e/ou fiscal equivale a 52 hectares. Propriedades abaixo desta área são consideradas pequenas propriedades familiares.

alternativas novas para uma situação de oportunidades limitadas pelo difícil acesso à terra. A solução encontrada foi chamada pelos próprios participantes de “*Conquista de Terras em Conjunto*”, uma forma de arranjo coletivo de microfinança que emergiu a partir da iniciativa dos próprios agricultores e que, progressivamente, se consolidou com o suporte de agentes externos. Neste esquema, os pequenos proprietários e trabalhadores rurais adquirem conjuntamente uma área de terra, onde cada novo proprietário pode adquirir uma propriedade de acordo com suas condições e que pode variar, em média, de 1 a 6 hectares. O local da área que vai ser destinada ao proprietário é definido a partir de critérios construídos pelo grupo. Os que têm melhores condições financeiras fazem um empréstimo solidário ao novo proprietário para a compra da terra, o que acontece ainda hoje entre parentes e, em menor número, entre amigos. A dívida é sempre paga com os produtos que o contraente da dívida colher, como arrobas de café, milho e também em cabeças de gado. O que é notável na experiência de Araponga, e a aproxima de outras modalidades de associações de crédito rotativo de sucesso do terceiro mundo, é a capacidade de usar formas de solidariedade comunitária baseada em laços de confiança e reciprocidade como base para o desenvolvimento local sustentável.

1.1. Problema, Hipótese e Objetivos da Pesquisa

Esta experiência começou em 1989 e, desde então, 110 famílias já conquistaram o seu pedaço de terra, totalizando 498,0 hectares, sendo a média de 6 hectares por família. A base inicial de organização das comunidades foi a experiência das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, que tiveram seu auge de atuação, na região, entre os anos de 1979 e 1990. Foi em uma das reuniões das CEBs que os irmãos Lopes, refletindo após a leitura de uma passagem bíblica, tiveram a idéia de iniciar a *Conquista de Terras em Conjunto*.

A partir desta experiência, buscamos compreender como – e em que circunstâncias – foi possível aos agricultores “criar” o conjunto de regras e

procedimentos que configuram a *Conquista de Terras em Conjunto*. Ademais, desejamos compreender como, e em que circunstâncias, tornou-se possível expandir e institucionalizar a experiência a ponto de incorporar um número cada vez maior de famílias. A pesquisa tem como *hipótese de trabalho central* que redes de relações pré-existentes estruturadas a partir de parentesco e vizinhança constituíram a base de interação que permitiu, através da reinvenção de formas tradicionais de ajuda mútua, superar os problemas de ação coletiva e dar início à experiência, além da sua expansão para círculos cada vez mais distantes. De outro modo, esta experiência foi possível, também, graças à presença de atores externos que auxiliaram na sua institucionalização e reforço, além da presença de formas de monitoramento baseadas em mecanismos informais de informação sobre reputações e confiança, e na colateralização indireta das responsabilidades a membros da rede que abrem acesso à experiência. Do nosso problema de pesquisa derivam-se uma série de questões:

- Qual a natureza das redes de relações entre os pequenos proprietários que participam da *Conquista de Terras em Conjunto*?
- Que formas de confiança e solidariedade foram mobilizadas para criar, manter e expandir a experiência?
- Como os membros do Fundo de Crédito Rotativo definiram as regras que governam o funcionamento da compra coletiva de terras?
- Que papéis desempenharam o contexto político e o entorno institucional (como a Igreja, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata e a Fundação Ford) no sucesso da experiência?
- Quais os impactos da experiência na qualidade de vida, nas formas de participação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento?

1.2. Metodologia

Como técnicas de pesquisa, foram utilizados métodos qualitativos e quantitativos. Fizemos o uso de entrevistas semi-estruturadas em profundidade,

questionários, observação participante (BECKER, 1999) e história oral (FERREIRA & AMADO, 2002). O resgate histórico, através dos relatos das histórias orais dos participantes, como definido por LOZANO (2002) é um espaço de contato e interações sociais em diferentes escalas, com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos históricos sociais, que surgem da mais profunda visão e versão do interior das experiências dos atores sociais. Entrevistas qualitativas foram realizadas com membros-chave de oito famílias com histórico de intensa participação e comprometimento com a *Conquista de Terras*. A identificação dos potenciais entrevistados realizou-se através de contatos com membros do STR. Para as entrevistas foram escolhidas, entretanto, famílias com trajetórias distintas e diferentes períodos de entrada na conquista. Além destas famílias de agricultores, realizamos também entrevistas com três técnicos do CTA-ZM, que acompanharam o desenvolvimento da experiência. No decorrer da aplicação do questionário semi-estruturado, várias situações permitiram que se realizassem, informalmente, entrevistas que iam além do conteúdo do questionário.

O censo, realizado através do questionário semi-estruturado, nos possibilitou analisar padrões de organização familiar, mobilidade social, participação e estratégias econômicas das famílias, realizando um mapeamento das redes de relações sociais dos envolvidos. O questionário foi aplicado por cinco pessoas (eu mesma, meu orientador e três assistentes de pesquisa) e sua aplicação durou quase três meses, com visitas marcadas durante os finais de semana para não interromper o trabalho dos agricultores e agricultoras. Estes entrevistados, agricultores e agricultoras partilharam conosco generosamente seu tempo, conhecimentos, idéias e sentimentos. As visitas sempre foram marcadas por uma acolhida generosa. Sempre tomamos um cafezinho com biscoitos, broas e em alguns dias almoçamos com todos os membros da família. O questionário continha perguntas sobre redes de relação de família e parentesco para quatro gerações, informações sobre acesso à terra antes e depois da conquista, ocupação, mobilidade geográfica e compra da terra, participação social, qualidade de vida e sistemas produtivos. A média de permanência para a aplicação de um

questionário por família foi de quatro horas, devido ao seu detalhamento e também por possuir questões abertas. A partir das informações sobre relações de parentesco foi possível construir sociogramas bi-dimensionais na forma de grafos utilizando o programa DOT² (GANSNER et al., 1993) que nos permitiu representar os fluxos de informação e confiança que estruturaram a *Conquista de Terras em Conjunto*. O uso simultâneo de técnicas de observação participante, entrevistas em profundidade e questionários nos permitiu coletar amplo espectro de informações, qualitativas e quantitativas e, portanto, complementares.

Nosso desenho de pesquisa propunha, inicialmente, a realização de um censo com todas as 99 famílias que compraram terra até a data do início da pesquisa em 2004. Por diversas razões, entre elas o tempo, quase no final do trabalho de campo já estávamos próximos da colheita do café, o que impossibilitou agendar novas entrevistas. Apenas duas famílias se recusaram a conceder entrevista por motivos que desconhecemos. Ao final do trabalho de campo foi possível aplicar o questionário completo a 79 famílias e, de modo parcial, colhemos dados de mais quatro famílias, abrangendo em torno de 76% do total de famílias compradoras de terras, que até dezembro de 2005 eram 110.

Como delineamento de pesquisa, nossa investigação classifica-se como um estudo de caso teoricamente orientado. O estudo de caso surgiu, basicamente, da tradição da pesquisa médica e psicológica em se referir a uma análise individual, mas o estudo de caso foi adaptado, tornando-se um dos principais tipos de análise em ciências sociais, que normalmente não se referem a um indivíduo, mas a uma organização ou comunidade (BECKER, 1999: 117).

De acordo com RAGIN, o principal objetivo do estudo de caso,

"é ligar o empírico e o teórico – usar a teoria para dar sentido à evidência e, inversamente, usar o caso para esclarecer e refinar a teoria. (...) Delimitar casos é uma parte essencial deste processo; invocamos casos para ligar idéias e evidência empírica. *Casing* é uma parte essencial do processo de produção de descrições teoricamente estruturadas da vida

² O programa DOT foi desenvolvido para desenhar grafos (grafo é uma representação bidimensional de um conjunto de vértices e elos. No nosso caso, os vértices são os atores e os elos as ligações entre eles) por pesquisadores da AT&T Bell Laboratories, New Jersey, USA, 1992. O programa é de livre acesso, o download pode ser feito no sítio: <http://www.research.att.com/sw/tools/graphviz/>

social, usando evidência empírica para articular teorias" (RAGIN, 1992:225).

Definimos como nosso estudo de caso a experiência da *Conquista de Terras em Conjunto* dos agricultores familiares de Araponga, Minas Gerais. Realizamos uma pesquisa de campo intensiva, com os membros do conselho do Fundo de Crédito Rotativo e com outros atores relevantes. As entrevistas visaram fazer um resgate histórico da *Conquista de Terras*, explorando a memória e as diferentes interpretações dos diversos atores envolvidos a respeito da experiência.

Nossos contatos iniciais para a realização da pesquisa foram feitos com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM, uma organização não governamental que presta assessoria aos agricultores da região, promove cursos de formação e tem como baliza principal de atuação a agroecologia³; e com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga - STR, que administra o Fundo de Crédito Rotativo.

Em 2002, por já conhecer alguns agricultores envolvidos na *Conquista de Terras*, fui convidada por um deles a entrar em uma compra coletiva e adquirir 1,12 hectares. Este convite aconteceu, basicamente, por dois motivos: primeiro, porque eu já era conhecida dos agricultores devido à prestação de serviço que eu estava fazendo para o CTA-ZM em produção de vídeos; e, segundo, para fechar um grupo de compra, do qual participaram também mais três famílias "da cidade" conhecidas pelos agricultores (dois técnicos do CTA-ZM e um professor da UFV)⁴. No mesmo ano eu estava fazendo uma especialização em Planejamento Municipal do Departamento de Arquitetura e Urbanismo desta mesma universidade. Foi a partir do Ateliê de Planejamento Rural deste curso que me despertou interesse em fazer uma monografia relacionada à agricultura

³ Sobre agroecologia consultar o livro de ALTIERI, M. *Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002, 592 p. Sobre agricultura alternativa e movimentos sociais: ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, 214 p.

⁴ Nesta época eu ainda não havia concorrido a uma vaga no programa de mestrado em Extensão Rural.

familiar. O tema escolhido foi a *Conquista de Terras em Conjunto*⁵. Porém, antes de realizar a pesquisa pedi ao STR autorização para fazê-la. O pedido foi aceito e algumas sugestões foram incorporadas ao projeto de monografia. Esta foi minha primeira aproximação acadêmica com o tema e o seu referencial teórico, mas a monografia por si só não me permitiu realizar uma pesquisa mais profunda sobre o assunto. Vale destacar que, meus contatos anteriores com os agricultores em função desta pesquisa inicial, assim como o interesse do STR e do CTA de sistematizar a experiência, contribuíram para que a pesquisa fosse realizada com total apoio e envolvimento tanto dos técnicos, quanto dos agricultores e agricultoras.

Em 2004, com a minha entrada no programa de mestrado, marquei reuniões com o CTA-ZM e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga - STR para discutirmos a possibilidade da experiência da *Conquista de Terras em Conjunto* se tornar objeto da minha dissertação de mestrado. Deste modo, depois de diversas reuniões, apresentamos o projeto, seus objetivos e a nossa perspectiva em relação à pesquisa. Foram realizadas três reuniões no CTA-ZM, também com a presença de alguns agricultores, e duas reuniões no STR de Araponga, uma delas com a presença do meu orientador. Nessas ocasiões, recebi críticas e sugestões, e técnicos e agricultores também participaram da elaboração do questionário semi-estruturado. A decisão de realizar um censo, e não uma amostragem limitada foi tomada nestas reuniões com os membros do sindicato e do CTA-ZM. O STR optou pelo censo por se tratar da possibilidade de fazermos um mapeamento e criação de um banco de dados sobre todas as famílias envolvidas na conquista, o que também foi aceito pelo CTA-ZM. Assim, as duas entidades deram apoio à pesquisa em relação à logística para a sua realização como cópias dos questionários, carro para as viagens e a disponibilização de um assistente de pesquisa para ajudar na aplicação dos questionários. O STR também exerceu papel fundamental, realizando contatos e agendando entrevistas com as

⁵ CAMPOS, Ana Paula T. “Conquista Conjunta de Terras”, organização social e planejamento no meio rural: uma iniciativa dos trabalhadores rurais de Araponga-MG. Monografia. Pós-Graduação Lato Sensu em Planejamento Municipal. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Viçosa. 2004, 33 p.

famílias envolvidas. Dois outros assistentes de pesquisa foram mobilizados para a aplicação dos questionários graças aos recursos para pesquisa do PROF/CAPEES, disponibilizados pelo Programa de Mestrado em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural desta universidade. Para a codificação e tabulação dos dados contamos com um aluno do curso de geografia, bolsista UFV/CEF (Caixa Econômica Federal). A codificação do questionário resultou em 678 variáveis, que contém questões qualitativas e quantitativas. A parte A do questionário relativa a Redes de Parentesco possui 1.927 pessoas identificadas no seu banco de dados⁶.

No segundo capítulo faço uma breve descrição da história de ocupação e formas de uso da terra na Zona da Mata Mineira, no contexto de exploração e ocupação da Mata Atlântica, e, particularmente, de Araçuaia. Esta descrição nos permitiu visualizar a herança do passado no que tange às condições ambientais e, também, na divisão e na apropriação do espaço agrário.

O terceiro capítulo é dedicado ao referencial teórico, através da apresentação de vários conceitos que nos permitiram analisar o objeto em estudo. A baliza central que norteia a pesquisa recai sobre as noções de rede (*network*) e de confiança, mas outros conceitos (*desenvolvimento como liberdade, colateralidade, capital social*) são utilizados para que os diferentes aspectos que envolvem a experiência sejam amplamente abordados.

O quarto capítulo descreve o início da experiência, quando esta ainda era "história de família", a sua gênese e a primeira compra coletiva. Também buscamos fazer um resgate histórico da atuação do MOBON - Movimento da Boa Nova, das CEBs e das lideranças da Igreja e dos agricultores na região. Assim, foi possível visualizar as influências que estes exerceram sobre a *Conquista de Terras*.

O quinto capítulo situa o contexto político, o entorno institucional e a participação de atores externos no desenvolvimento da experiência. Este capítulo

⁶ Chegamos a esse número levando em consideração, além dos nomes dos pais e avós, os nomes dos irmãos e irmãs dos pais e das mães dos proprietários. Também dos irmãos (ãs) dos proprietários (as) das 79 famílias entrevistadas.

também refere-se à análise do material coletado, das entrevistas, dos questionários e, não menos, das impressões que tive a partir da minha convivência com os agricultores e agricultoras desde 2002. As informações foram analisadas através de tabelas, figuras (gráficos, histogramas) e dos sociogramas: *Redes de Parentesco por Grupos de Família; Redes de Parentesco; Redes de Informação; Relações de Vizinhança e, Estrutura de Rede e Seqüência Temporal das Compras de Terras.*

O sexto capítulo analisa as implicações desta iniciativa sobre os meios de vida dos agricultores e agricultoras, e sua contribuição no processo de desenvolvimento. E, finalmente, no último capítulo serão apresentadas as considerações finais.

2. HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO NA ZONA DA MATA E ARAPONGA

"(...) a terra para mim é vida, autonomia, liberdade, sabe? Direito que a pessoa tem de falar, de ouvir, enfim, de trabalhar. Em resumo, a terra significa vida, você tá entendendo? Porque é onde você tem tudo, se você tem um pedaço de chão você tem tudo, você tem autonomia, de fazer bem o que você pensa, quer, você sonha, você tem a liberdade de plantar, de colher, sabe? Você só não tem a liberdade de destruir ela, você tem que pensar que hoje ou amanhã você tem que deixar ela para os outros, né? Sinceramente, um pedaço de chão para quem trabalha na roça, principalmente, ele é tudo" (Paulinho, 41 anos, agricultor e pequeno proprietário).

O município de Araponga está localizado no noroeste da Zona da Mata Mineira. Grande parcela do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, com importantes áreas remanescentes da Mata Atlântica, está dentro dos seus limites. O relevo da região tem como principal característica ser bastante acidentado e os solos são em sua maioria de baixa fertilidade. A ocupação da região não pode ser dissociada da destruição da Mata Atlântica na parte sudeste do país pela expansão de culturas comerciais nos séculos XIX e XX.

A vegetação original da Mata Atlântica foi drasticamente cedendo lugar à cultura da cana-de-açúcar, primeiramente, mesmo que esta tenha tido um papel secundário na destruição da floresta na região da Zona da Mata. Sua grande

devastação aconteceu, contudo, com a introdução das lavouras de café, nos meados do século XIX, isto porque o solo e a cobertura vegetal depositada pela floresta propiciavam a cultura desse novo produto para exportação sem maiores investimentos em capital e trabalho. A cultura do café trouxe com ela o crescimento demográfico, a construção de ferrovias, a urbanização, a industrialização e conseqüentemente a necessidade de derrubar mais a floresta para a plantação de gêneros alimentícios, para o uso da madeira e também para a agricultura. Hoje restam apenas 7,6% de sua cobertura vegetal original (DEAN, 1996). Esta característica é mais marcante em regiões onde o cultivo do café foi mais acentuado, contudo ela se aplica também às regiões que levaram menos tempo para serem povoadas. Paulo MERCADANTE, em seu livro *Sertões do Leste*, também descreve com pesar a realidade dessa região outrora tão rica em diversidade,

"Teve a Zona da Mata, na história, curta vida região próspera. A erosão corroeu o solo por século e meio, desnudou as fraldas dos morros, gretou as ribanceiras. A cultura do café exigia o sacrifício. O capoeirão foi derrubado no cabeço da serra onde devia ter permanecido para guardar a umidade e refrescar as terras. As queimadas, entretanto, faziam parte daquela cupidez de sôfregos aventureiros. (...) Derruídas as capoeiras, cairia a fertilidade dos declives inferiores. (...)A Mata ora se transforma" (MERCADANTE, 1973).

No seu estudo sobre a Zona da Mata de Minas Gerais, VALVERDE (1958), tipifica os sistemas de utilização de terras na região, os quais deram origem aos seus tipos de paisagem. Na classificação de VALVERDE, Araponga localiza-se na *Zona dos Cafezais*, que inclui também os municípios de Coimbra e a subzona de Ervália. A região era caracterizada, naquela época, pela presença de latifúndios, grandes produtores de café e a ausência de sitiantes. O autor relata que nesta região as condições dos trabalhadores rurais eram de extrema miséria.

Ainda de acordo com VALVERDE (1958), até meados do século XIX a Zona da Mata Mineira era quase inabitada pelo homem branco português e era somente habitada pelos índios Cataguá e Puri. Isto ocorreu por dois motivos. O primeiro era de ordem natural: em função da existência de densa cobertura vegetal, a coroa portuguesa não priorizou o desbravamento da região. O segundo

era político: para que o circuito de escoamento do ouro até o litoral não fosse desviado, e permanecesse pelo *Caminho Novo*, que estava definitivamente pronto em 1705. O caminho novo cortava o sudoeste da Zona da Mata e do Vale do Paraíba, até chegar ao Rio de Janeiro.

No século XVIII, a Zona da Mata posicionada entre o distrito minerador de Ouro Preto e a Costa Atlântica, foi tratada como “sertões proibidos” pelos colonizadores portugueses. Isso ocorreu para que o contrabando do ouro e dos diamantes fosse impedido. Em 1808, a coroa Portuguesa declarou guerra aos índios semi-nômades conhecidos por Botocudos, que foram massacrados e escravizados (LANGFUR, 2002). A coroa Portuguesa também combateu outros grupos indígenas, como os Puri, e procurou sedentarizá-los em aldeamentos. Os índios resistiram o mais que puderam, mas em alguns casos eles se acomodaram e foram aculturados. Durante os anos de 1820 e 1830 novas incursões da coroa, vindas do centro da Província e do Rio de Janeiro engajaram uma violenta guerra contra os grupos indígenas para disputar o domínio sobre as terras e os recursos naturais (CAMBRAIA & MENDES, 1988). Embora a população indígena da Zona da Mata tenha sido dizimada, os agricultores, em algumas áreas isoladas, tal como Araponga, tem suas raízes na herança dos índios Puri, influenciando ainda hoje seus modos de vida. Nos dias de hoje, os agricultores buscam resgatar esta cultura. Em recente tese de doutorado defendida na UFSC, Willer BARBOSA (2005), buscou, através do seu trabalho, *entender o processo de reemergência étnica Puri* no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, e que tem grande parte de sua área no município de Araponga, com 5.420 hectares, o que equivale a 41% da área total do parque dentro dos seus limites.

A cafeicultura começa a ser introduzida na região em meados do século XIX. De acordo com LANNA (1989), o seu ápice situa-se entre 1870 e 1905 passando por várias fases recessivas. A cafeicultura se estabeleceu em grandes fazendas e mão-de-obra escrava, com populações vindas do centro minerador, do sul de Minas e da província fluminense. Como relata VALVERDE,

"Este movimento é mais do que gêmeo, é xifópago do que se verificou no médio Paraíba. Têm com este ligações espaciais - regiões contíguas;

históricas - na mesma época: a partir da década de 1830; econômicas - o mesmo produto comercial: o café; a mesma estrutura agrária e social: o latifúndio patriarcal, aristocrata e escravocrata; demográficas e sociais - o estoque luso-brasileiro vindo do centro de Minas, superposto à camada escrava de negros africanos. (...) A princípio com legítimo rebento da região do médio Paraíba, a Zona da Mata se apresenta com estrutura agrária idêntica: é uma franja pioneira, formada de latifúndios cafeeiros, baseados na mão-de-obra escrava" (VALVERDE, 1958: 27-30).

Segundo BLASENHEIM (1982), a fronteira do café chega à Zona da Mata noroeste por volta da década de 1880, acompanhando a expansão da malha ferroviária. Com a abolição do trabalho escravo, em 1888, e a conseqüente falta de mão-de-obra, os fazendeiros, frente à indisponibilidade de um contingente de trabalhadores assalariados facilmente controlável, tiveram que criar novas formas de relações de trabalho, com acesso parcial ao uso da terra pelos trabalhadores. Como Minas Gerais possuía o maior plantel escravista do país em meados do século XIX (LANNA, 1989: 24), após a abolição da escravatura outras formas de relação de trabalho tiveram que ser adotadas pelos fazendeiros da região. De acordo com LANNA,

"Foram basicamente duas as relações que permitiriam a continuidade da exploração do café. A parceria, com trabalhadores fixos, residentes nas fazendas, e o assalariamento temporário com base no migrante sazonal de outras regiões do estado. O parceiro denominado de colono pelos contemporâneos, era responsável por partes previamente demarcadas dos cafezais. Devia realizar as carpas e a colheita. Recebia metade dos lucros auferidos com a venda do produto. O trabalhador que migrava de outras regiões do estado, em geral do Norte, era contratado por determinado período do ano agrícola para auxiliar na realização da colheita" (LANNA, 1989: 108).

O regime de trabalho nas lavouras de café de Minas seria diferente das formas de organização do trabalho desenvolvidas pelos fazendeiros paulistas, que adotaram o colonato. A Zona da Mata Mineira não oferecia boas condições para a atração de imigrantes como São Paulo (fronteira agrícola em expansão, terra roxa e cafeeiros mais novos), e a estratégia dominante do Estado e dos

cafeicultores foi a tentativa de formar um mercado de trabalho livre com a mão-de-obra internamente disponível, pois possuía a maior população do país⁷.

O arraial de Araponga originalmente surgiu por causa da descoberta de minas de ouro, e foi batizada, em 1781, de São Miguel e Almas dos Arripiados. Nessa época, o governador da Capitania de Minas visitou a região e distribuiu sesmarias e datas para a mineração. Em 1826, com o mesmo nome, o arraial se tornou freguesia. Mas as minas duraram pouco tempo, e o crescimento do povoado estagnou-se por um longo período. Em 1962 tornou-se cidade, com o atual nome (BARBOSA, 1968). Araponga localiza-se à 50 km de Viçosa e à 280 km de Belo Horizonte⁸.

O padrão atual de ocupação territorial, dominado pela pequena propriedade e pelo arrendamento e parceria, emergiu a partir do desmembramento progressivo das antigas fazendas de café que, em função da perda do dinamismo econômico e da fragmentação da herança, foram sendo divididas em propriedades cada vez menores. As sucessivas crises da cafeicultura na região fizeram com que os produtores adotassem um padrão produtivo de múltiplas culturas de subsistência como o feijão, o milho, a cana-de-açúcar, a mandioca, associadas ao gado de leite e pequenas criações.

Mesmo passando por vários ciclos, a cultura cafeeira, na região, conseguiu se reerguer. Foi através dos programas do governo de erradicação e renovação dos pés de café, entre 1962 e 1967, que culminou em 1970 com a instituição por parte do governo do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, PRRC. Com este plano, o estado de Minas Gerais passa a ser o primeiro produtor nacional, devido à sua adesão aos primeiros programas de erradicação e renovação, ficando à frente dos principais produtores da época, que eram Paraná e São Paulo (ANDRADE, 1994). Deste modo, na região de Araponga, a partir do final da década de 1970, e até os dias de hoje, o café voltou a ser o principal produto para gerar renda, tanto para os grandes proprietários,

⁷ Para as diferenças entre os processos de transição ao trabalho livre com relação a São Paulo, cf. STOLKE, Verena. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁸ No final deste capítulo encontra-se o mapa de Minas e a localização do município de Araponga.

quanto também para os médios e pequenos proprietários, freqüentemente através de arrendamentos.

Atualmente, o município de Araponga é caracterizado por micro e pequenas propriedades onde se produz feijão, milho, arroz, cana de açúcar, café e pastagens. O município também possui parte significativa da terra cultivável ocupada por grandes propriedades que produzem em sua maioria café. A distribuição dos estabelecimentos rurais é apresentada na **tabela 01**:

Tabela 01 - Estabelecimentos Rurais - Araponga (1996).

Tamanho das propriedades	Número de propriedades	Área (ha)	%
Menores de 10 ha	263	1.215	5,8
De 10 a menos de 50 ha	281	6.626	32
De 50 a menos de 100 ha	45	3.082	14
De 100 a menos de 200 ha	30	4.096	19,6
De 200 a menos de 500 ha	12	3.538	17,1
De 500 a menos de 1000 ha	3	2.208	10,6
Total	634	20.738	100%

Fonte: IBGE(1996).

A **tabela 01** mostra que, em 1996, na região de Araponga, as pequenas propriedades com até 50 hectares representavam 85% dos estabelecimentos (544 unidades) de um total de 634 propriedades, mas detinham apenas 37% da área. As médias e grandes propriedades, 15% dos estabelecimentos (90 unidades) ocupavam 63% da área. Pode-se notar que existiam cerca de 15 latifúndios acima de 200 hectares, detendo 27,7% da área. Destas 15 grandes propriedades, uma tem como atividade principal o gado de corte, sendo ocupada por pastagens. As demais possuem grandes plantações de café com manejo convencional, empregando trabalhadores rurais para o seu cultivo. Os dados da **tabela 01** são bem ilustrativos no que se refere à ocupação fundiária no município. Podemos notar a fragmentação da propriedade da terra e a concentração de muitos hectares em poucas propriedades.

Analisando os dados da **tabela 01** com nosso levantamento de dados em campo, constatamos que o impacto da *Conquista de Terras em Conjunto* sobre a

distribuição da propriedade agrária, na faixa das propriedades com menos de 10 hectares, é muito significativo como mostra a **tabela 02**:

Tabela 02 - Distribuição do Tamanho das Propriedades da Conquista - Araponga (2005)

Tamanho das Propriedades	Número de Propriedades	Área (ha)	%
De 1 a 5 hectares	78	197,90	39,8
De 5 a 10 hectares	21	151,2	30,5
De 10 a 15 hectares	10	132,4	26,4
De 15 a 20 hectares	1	16,5	3,3
Total	110	498,00	100%

Fonte: STR de Araponga e dados da pesquisa de campo, 2005.

Do total de 110 propriedades derivadas da *Conquista de Terras*, apenas 11 são maiores que 10 hectares. Vale ressaltar que as maiores propriedades da *Conquista de Terras* foram compradas em parcelas menores no decorrer de anos, até atingirem o tamanho de hoje⁹. A maior parte das propriedades, aproximadamente 70%, tem menos de 10 hectares, e abrange 99 pequenos novos proprietários de terras. Embora os dados do IBGE tenham de ser tomados com cuidado, esta proporção parece indicar um impacto considerável sobre a estrutura agrária do município, representando fator importante de desenvolvimento local.

Entre 1989 e 2005, os agricultores ligados à *Conquista de Terras em Conjunto* compraram 498,0 hectares, o que representa, aproximadamente, cerca de 1/3 da terra possuída pelos agricultores da faixa de menos de 10 hectares. De acordo com dados do STR de Araponga, os 498,00 hectares oriundos da *Conquista de Terras* eram assim distribuídos:

⁹ Por exemplo, o novo comprador adquiriu um hectare hoje e depois de pagar a primeira compra, decidiu adquirir mais terra e entrou em outro grupo de compra, adquirindo mais dois hectares.

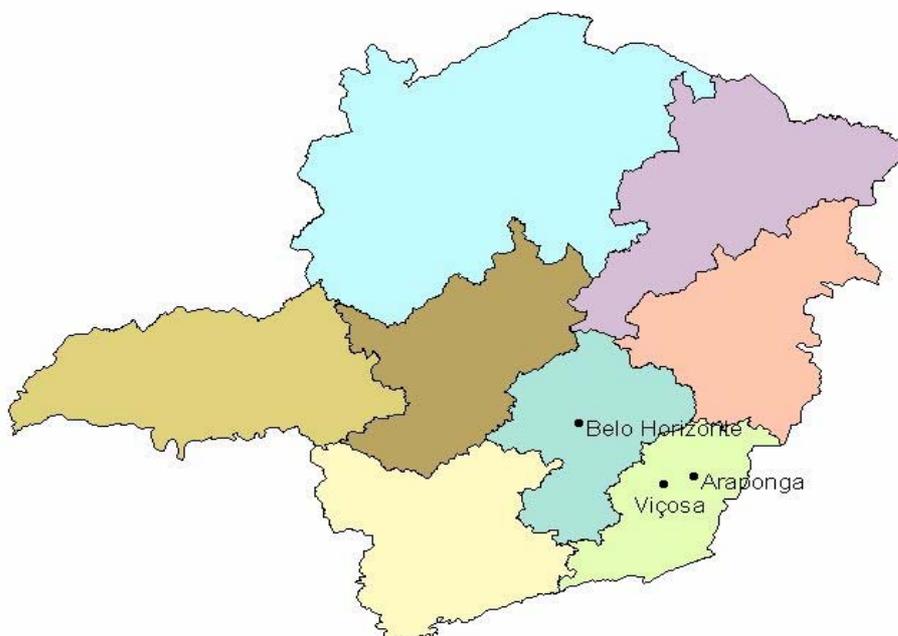
**Tabela 03 - Origem da Terra Conquistada
Araponga (2006)**

Origem da Terra	Área (ha)	%
Fazendeiros, vendeu uma parte	290,00	58,2
Pequeno proprietário, vendeu uma parte	105,0	21,0
Tem outra profissão e vendeu uma parte	45,5	9,2
Mudou-se de Araponga	57,5	11,6
Total	498,00	100%

Fonte: STR - Araponga.

Os dados da **tabela 03** revelam que as transformações do espaço agrário no município de Araponga, a partir da experiência da *Conquista de Terras em Conjunto*, mesmo que de forma gradativa, estão proporcionando uma melhor distribuição das terras que, na sua maioria se concentravam nas mãos de poucos.

Figura 01 – Regiões do Estado de Minas Gerais: Localização do Município de Araponga na Zona da Mata Mineira¹⁰.



¹⁰ Mapa desenvolvido a partir da base de dados da GeoMINAS, sítio: www.geominas.gov.br

3. REFERENCIAL TEÓRICO

“Terra é tudo, é liberdade, é saúde, porque brota da natureza” (Maria Terezinha, 43 anos, agricultora e pequena proprietária).

Esta pesquisa define-se como um estudo de caso teoricamente orientado. Nosso objeto de pesquisa, a *Conquista de Terras em Conjunto* dos agricultores familiares de Araponga, foi investigada a partir da articulação de conceitos e teorias derivados de diversas linhagens teóricas. Procuramos combinar referências internacionais sobre experiências de associações de microcrédito e fundos rotativos para múltiplos propósitos (GEERTZ, 1962) (SMETS, 2000); a idéia de *desenvolvimento como liberdade*, de Amartya Sen (SEN, 2000); a noção de *capital social* (PUTNAM, 1996) e, especialmente, desenvolvimentos ligados à sociologia da vida econômica (POLANYI, 1980) redes sociais (FELDMAN-BIANCO, 1987) e análise de redes (GRANOVETTER, 2000) (WASSERMAN & FAUST, 1994). Também buscamos compreender o papel da confiança interpessoal (ZUCKER, 1986) (SZTOMPKA, 1999) (GAMBETTA, 1988) e das formas de monitoramento informal através do conceito de *colateralização* (BIGGART & CASTANIAS, 2001).

3.1. Associações de Crédito Rotativo

O princípio fundamental de uma associação de crédito rotativo é o mesmo em qualquer parte do mundo: um fundo global, para o qual todos contribuem e retiram algum benefício em turnos (GEERTZ, 1962). A literatura antropológica tem registrado uma ampla variedade de tipos de associações de crédito rotativo e ajuda mútua, em contextos rurais e urbanos. Estas associações diferem umas das outras na forma de administração do fundo de crédito, nas regras de operação e formas de monitoramento e na sua finalidade: construção da casa própria, simplesmente poupar e fazer a retirada em dinheiro, cooperativas de trabalho, entre outras. No grande número de casos identificados na literatura internacional, não fomos capazes de encontrar, até o momento, nenhum grupo que tenha como finalidade a compra de terras. O caso mais próximo, talvez fosse a de uma associação javanesa que administra terras que são cultivadas pelos agricultores em sistema de rotação, ou seja, a cada ano ou dois a terra é passada entre os membros da associação¹¹.

GEERTZ (1962), analisando associações de crédito rotativo em vários países na Ásia e na África, conclui que, apesar de significativas diferenças na maneira de se administrar as associações, todas têm em comum o fato de não serem apenas instituições econômicas, mas mecanismos de estreitamento da solidariedade nessas comunidades e vilas. SMETS (2000) em estudo mais recente sobre associações de crédito rotativo entre agricultores na Índia, também ressalta a importância dessas associações, que permitem aos participantes terem acesso ao crédito, o que era impossível em instituições convencionais financeiras, como bancos. Segundo esse autor, outro aspecto importante nas associações de crédito rotativo é que sua dinâmica é determinada por fatores sociais, culturais, confiança e reputação.

Desta forma, o que podemos constatar, a partir de outros exemplos e do caso em estudo, é que, na formação de associações de crédito rotativo a busca e

¹¹ Há um sítio na internet que possui um amplo banco de dados com referências sobre associações de crédito rotativo e microcrédito nos cinco continentes, o *The Global Development Research Center*: www.gdrc.org/icm/index.html

disseminação de informações acerca da confiabilidade dos outros é de fundamental importância. Redes de relações oferecem mecanismos de coleta e fluxo de informações relevantes que são decisivos, simultaneamente, para selecionar os participantes, monitorar seu comportamento e discipliná-los. A expansão da associação para além do círculo fechado de pessoas mais próximas, por sua vez, depende de mecanismos de "colateralização", pelos quais há sempre alguém que estabelece elos fiduciários entre o núcleo inicial e os novos membros.

A presença de redes de relações na formação e manutenção de Associações de Crédito Rotativo é essencial para superar *dilemas de ação coletiva*¹². Situações de crédito mútuo, com a presença de intervalos de tempo são marcadas por riscos de oportunismo por parte daqueles que receberam os benefícios primeiro, mas não estão mais dispostos a contribuir com os próximos beneficiários. Desta forma, tais arranjos são improváveis quando não existem garantias suficientes de que os participantes irão cooperar na ausência de sanções contra o comportamento oportunístico. A presença de redes de relações densas com mútuo monitoramento, portanto, tende a limitar estas possibilidades de dilemas de ação coletiva.

Através das entrevistas foi possível descrever como o Fundo de Crédito Rotativo foi criado e é gerenciado. Como bem mostra a literatura sobre associações de crédito rotativo, estes diferem na forma e na finalidade. No caso de Araonga, o fundo rotativo foi criado para um fim específico, a compra de terras. Seu sucesso tem, no entanto, estimulado os agricultores a utilizar mecanismos de crédito rotativo para outros propósitos.

¹² Dilemas de ação coletiva emergem em situações em que a cooperação entre os indivíduos é necessária à provisão de bens públicos, mas em que inexistem mecanismos institucionais de coordenação e monitoramento. A literatura sobre recursos comuns tem demonstrado que arranjos informais de monitoramento e sanções contra oportunismo definidas pelos próprios atores podem ser eficazes para evitar tais dilemas (OSTROM, 1990).

3.2. Sociologia da Vida Econômica, Análise de Redes e Confiança

A sociologia da vida econômica oferece uma trama conceitual que nos parece particularmente interessante para o tratamento do problema de pesquisa em questão. Na contribuição de POLANYI (1980), o conceito de *embeddedness* (imersão) servia ao propósito de interpretar os variados modos pelos quais as economias pré-modernas eram envolvidas e reguladas por contextos de relações sociais específicas. Reciprocidade, redistribuição e domesticidade seriam os padrões dominantes de organização social nestas sociedades. Segundo POLANYI,

“A reciprocidade e a redistribuição são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico. (...) Numa tal comunidade, é vedada a idéia de lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão a barganha, permuta e troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social” (POLANYI, 1980: 64).

Em sua crítica ao atomismo anônimo e descontextualizado da teoria econômica clássica, entretanto, Polanyi incorre no pecado oposto, ao propor uma concepção super-socializada da ação humana na vida econômica, tomando a sociedade como uma totalidade na qual os indivíduos simplesmente interiorizam esquemas comportamentais dados. Ademais, POLANYI (1980) acaba por aceitar a (inaceitável) divisão de trabalho entre economistas e sociólogos/antropólogos, segundo a qual as economias modernas (nas quais as relações sociais não têm qualquer função relevante) seriam objeto privilegiado dos economistas, enquanto que as formas mais primitivas (e mais "sociais") ficavam reservadas aos sociólogos e antropólogos.

GRANOVETTER (2000) propõe uma reconceptualização do conceito de *embeddedness* que dá lugar central à noção de redes de relações sociais pessoais, sejam horizontais ou verticais, fortes ou fracas, como elo entre agência e estrutura. Recuperando a tradição em *network analysis*, afirma Granovetter,

“O conceito de imersão, para nós, possui dois aspectos que nós designaremos, respectivamente, pelos termos de relacional e estrutural: em efeito, na ação econômica, os resultados e as instituições são afetadas,

primeiramente, pelas relações pessoais dos atores e, em segundo, pela estrutura das redes gerais dessas relações” (GRANOVETTER, 2000, pág. 208).

GRANOVETTER estabelece, pois, o programa de pesquisa da nova sociologia da vida econômica em torno da investigação das relações entre ação econômica e contextos de relações interpessoais concretas. Suas hipóteses têm inspirado investigações nos mais variados contextos de ação econômica, modernos ou tradicionais. Mitchel ABOLAFIA (1990), por exemplo, fez uma análise do papel das redes de relações sociais na bolsa de mercadorias de Nova York, onde tomou como ponto forte de análise a noção de mercado como cultura, o qual é continuamente reproduzido através de relações de troca. Segundo este autor, os livros de microeconomia só definem mercado como "um grupo de firmas ou indivíduos, os quais estão em contato uns com os outros em ordem de comprar ou vender algum bem". O "*estar em contato uns com os outros*" é o que mais chama a atenção,

"...esta afirmação é vaga na sua descrição do processo de troca econômica. Mas, quando as pessoas "estão em contato umas com as outras" elas estão socialmente imersas numa rede de relações sociais importantes e, culturalmente imersas em um significativo sistema de normas, regras e roteiros cognitivos. A transação não é simplesmente uma troca" (ABOLAFIA, 1990).

Segundo WASSERMAN & FAUST (1994), a técnica de "*social network analysis*" foi primeiramente empregada na sociologia e na psicossociologia, tendo como pioneiros Moreno, Cartwright, Newcomb e Bavelas. Ao antropólogo Mitchell Barnes é atribuído o primeiro uso do termo, em 1954, que define rede como sendo um campo social formado por relações entre pessoas (MAYER, 1987). A análise de redes tem sido utilizada por pesquisadores para iluminar inúmeros fenômenos do mundo social, nos seus aspectos políticos, econômicos e de estruturas sociais. Ainda segundo os autores,

"A estrutura relacional de um grupo ou um sistema social mais amplo consiste de padrões de relações entre uma coleção de atores. O conceito de rede enfatiza o fato de que cada indivíduo tem laços para com outros indivíduos, cada um dos quais, por sua vez, é ligado a poucos, alguns ou vários outros. A frase *social network* se refere ao conjunto de atores e os laços entre eles” (WASSERMAN & FAUST, 1994: 9).

A análise de rede utiliza-se de um conjunto específico de conceitos, tais como: atores, laços relacionais, díade (entre duas pessoas), tríade (estudo sobre subgrupos de três pessoas), subgrupos (de díades, tríades e laços associados), grupos (dentro de um universo finito), relação (tipos de laços no mesmo grupo) e, finalmente, redes sociais (WASSERMAN & FAUST, 1994).

Na década de 1930, o psicossociólogo Moreno criou uma técnica de representação de redes a que denominou *sociogramas*. O sociograma é uma figura nas quais pessoas, ou outros tipos de unidades sociais, são representadas como pontos em um espaço bi-dimensional, e as relações entre pares de pessoas são representadas por linhas ligando estes pontos. Os sociogramas, entretanto, não são meros artifícios de descrição. Eles corporificam um dos objetivos teóricos cruciais da *network analysis*: a representação visual da estrutura das redes e a compreensão de suas propriedades estruturais (WASSERMAN & FAUST, 1994:12).

Utilizando a perspectiva de redes, acreditamos que o sucesso da experiência de compra de terras entre os agricultores familiares de Araponga se deve à presença de redes de relações pessoais tecidas em torno de parentesco e vizinhança, que permitiram a mobilização de bases de confiança, monitoramento mútuo e “colateralização”, que tornaram possível a superação dos dilemas de ação coletiva, no caso da experiência, justamente a dificuldade em adquirir terras em pequenas áreas e para um número maior de famílias, além da redução de riscos e ausência de oportunismo.

Em artigo recente, BIGGART & CASTANIAS (2001) chamaram atenção para o papel crucial que relações sociais cumprem na estabilização das transações econômicas, ao estabelecer garantias "colaterais" e mecanismos de monitoramento contínuo. Segundo os autores,

“...relações sociais e estruturas sociais que desempenham funções econômicas podem funcionar como colaterais. Além disso, os atores econômicos usam o conhecimento de suas relações e das relações com os outros para alcançar os seus interesses. "Colateral" é uma palavra derivada do Latim que significa "junto de" ou "caminhar lado a lado", e em usos legais e econômicos se refere à uma garantia adicional de uma obrigação" (BIGGART & CASTANIAS, 2001: 480-81).

A importância das redes de relações e dos processos de colateralização na criação e expansão da experiência da conquista de terras sugere que a literatura contemporânea sobre *confiança* pode abrir novos caminhos para sua problematização. Situações em que a cooperação é dependente de contraprestações futuras, como as associações de crédito rotativo, são potencialmente minadas por dilemas de ação coletiva. Possibilidades de cooperação efetiva dependerão da presença de contextos de confiança e capacidades de monitoramento suficientes para que os membros se coloquem na posição vulnerável de esperar uma contraprestação quando já contribuíram.

Recentemente, os problemas de construção e manutenção de *confiança* passaram a ocupar um lugar de destaque na agenda de investigação das ciências sociais. A partir dos trabalhos seminais de LUHMANN (1979) e BARBER (1983)¹³, citados em SZTOMPKA (1999), assim como os ensaios reunidos em GAMBETTA (1988), vêm se estruturando um campo de investigação interdisciplinar de abrangência e sofisticação crescente. A popularidade recente da noção de confiança deve muito, também, ao sucesso do livro *Comunidade e Democracia (Making Democracy Work)*, de Robert PUTNAM (1996), que discute os benefícios da confiança interpessoal para o desempenho político e econômico por meio do conceito de “capital social”. O destaque do tema se deve ao reconhecimento "da onipresença de confiança nas relações humanas e a impossibilidade de se continuar construindo as relações sociais sem algum elemento de confiança e significados comuns" (SZTOMPKA, 1999).

A relevância e a fragilidade da confiança na vida social a transformam em um recurso escasso e precioso. A produção e a manutenção de confiança não é um sub-produto automático de processos macro econômicos ou sociais, e vem se tornando crescentemente problemática na modernidade. De acordo com GAMBETTA (1988:218): "Confiança é particularmente relevante em condições

¹³ LUHMANN, N. *Trust and Power*, New York: John Wiley, 1979.

BARBER, B. *The Logic and Limits of Trust*, New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 1983.

de ignorância e/ou incerteza sobre o conhecimento ou desconhecimento das ações dos outros".

A *confiança* poderia ser tematizada como uma das formas disponíveis aos sujeitos sociais de lidar com a liberdade alheia. Na vida social, a incerteza acerca do comportamento alheio nunca pode ser totalmente eliminada. Na impossibilidade de estabelecer previsões seguras sobre que curso tomarão as ações do outro, *confiança* representa uma forma de aposta na manutenção de obrigações de natureza eminentemente moral.

Problemas de confiança emergem, sobretudo, em situações de interação estratégica em que um lapso de tempo separa as prestações e contraprestações de uma relação de troca. Crédito, dádiva e cooperação são tipicamente dependentes do tecido de confiança das relações interpessoais. Em seu clássico “Ensaio sobre o Dádiva”, MAUSS analisou como o ofertar pressupõe contraprestações que são simultaneamente voluntárias e obrigatórias, criando um laço moral entre aqueles que estabelecem trocas de modo freqüente. Em certos contextos sociais, dar, receber e retribuir são obrigatórios, criando vínculos de reciprocidade em múltiplos níveis (MAUSS, 1974).

As interações pessoais reiteradas são fontes importantes de informações e monitoramento contínuo sobre a confiabilidade dos outros. Uma das principais características da confiança é a assimetria entre as dificuldades que se impõe à sua construção e a sua fragilidade.

ZUCKER (1986) define três diferentes modalidades de produção da confiança. A primeira é *processual*, centrada *na pessoa*, e é dependente de interações passadas que estruturam uma reputação; a segunda é baseada em *características*, e diz respeito a similaridades atribuídas e esperadas em um *grupo de pessoas*, como os estereótipos ligados aos “chineses” ou “vendedores de carros usados”, por exemplo; a terceira modalidade de confiança é centrada em *instituições*, através de regras e mecanismos formais previsíveis e impessoais, que substituem características pessoais, de grupo ou reputação de interações anteriores.

Desta forma, ao recorrer à análise do papel das redes de relações,

buscamos entender o que acontece no interior das redes interpessoais e como elas constituem um meio eficaz para ligar os fenômenos a nível micro e macro sociais. GRANOVETTER (2002) estabelece uma importante distinção entre *laços fortes* e *laços fracos*. Ele argumenta que a força de um laço interpessoal é a combinação de quatro fatores: a quantidade do tempo; a intensidade emocional, a intimidade através da confiança mútua; e os serviços recíprocos que caracterizam esses laços fortes. Estes quatro fatores são independentes, mas também correlatos. *Laços fortes* são caracterizados por redundância nos contatos e um relativo fechamento da rede de relações. Contextos como *guettos* étnicos, famílias extensas tradicionais e comunidades rurais isoladas são bons exemplos de redes constituídas por laços fortes. *Laços fracos*, por outro lado, são caracterizados por interações eventuais, com baixa intensidade emocional e pertencimento a múltiplas sub-redes. Exemplos de laços fracos são, por exemplo, contatos entre conhecidos (mas não amigos) e pessoas com relações mediadas por terceiros. Mesmo formando uma rede menos densa, os laços fracos servem de ponte para mobilizar fluxos de recursos e informações indisponíveis para redes de laços fortes com relações redundantes. Experiências de desenvolvimento local devem ser capazes de promover *bounding* e *bridging*, mobilizando tanto laços fortes como fracos para a expansão da rede de relações (WOOLCOCK & NARAYAN, 2000).

3.3. Desenvolvimento e Capital Social

Situar a experiência da *Conquista de Terras em Conjunto* no contexto do tema do desenvolvimento implica em discutir os conceitos-chaves que foram dominantes durante décadas, com concepções, aplicações e métodos de mensuração diferentes. O conceito de desenvolvimento foi proposto, por muito tempo, e ainda o é, em alguns casos, como a fórmula pela qual as nações ditas "atrasadas" deveriam "alcançar" (passando por etapas evolutivas) as mais desenvolvidas, dentro de um processo linear, ou seja, onde todas as nações

passariam pelo mesmo processo universal (SACHS, 1992). O núcleo central do desenvolvimento seria o processo de industrialização e expansão do setor urbano moderno sobre o tradicional. Essa noção de desenvolvimento esteve atrelada à teoria da modernização, que foi elaborada nas universidades norte americanas nas décadas de 50 e 60, no pós-guerra,

"A conceptualização dessas etapas foram feitas a partir do que era visto como a experiência das sociedades já modernizadas e desenvolvidas, os países ocidentais que indicavam, através do seu sucesso, o caminho natural para as outras nações. (...) O subdesenvolvimento é caracterizado pela predominância de um setor tradicional, e o desenvolvimento consiste em fazer emergir um setor moderno a partir desse setor tradicional: o dualismo é o centro da modernização" (PEEMANS, 1995: 73).

Tal modelo de desenvolvimento, proposto e seguido por vários países periféricos, fracassou. Nas palavras de Wolfgang SACHS (1992) o "*Outro* desapareceu com o desenvolvimento". O modelo de desenvolvimento aplicado aos países "atrasados" da periferia produziu resultados inferiores, ou inversos àqueles pretendidos. Os programas de desenvolvimento falharam, entre outras razões, em função da concepção equivocada de que cada nação poderia adotar um pacote de medidas padrão, não levando em conta as suas especificidades culturais, políticas, econômicas e sociais.

Em todos os casos, tendo pacotes prontos ou não, as estratégias propostas invariavelmente foram construídos de cima para baixo. No caso do Brasil, por exemplo, durante as décadas de 60, 70 e 80 os modelos adotados por governos militares seguiram uma corrente modernizante, desenvolvimentista e autoritária.

O setor rural também foi "agraciado" por um conjunto de expressões para definir o que seria o desenvolvimento rural, e como o processo deveria ocorrer. Como descrevem NAVARRO (2001) e ELLIS, BIGGS (2001), no Brasil, foram dominantes os conceitos de *desenvolvimento agrícola*, nos anos 50 e 60, com ênfase nas condições de produção, preconizando a modernização da agricultura; *desenvolvimento agrário*, final dos anos 60 e parte dos 70, que era para ser mais abrangente do que a primeira concepção e englobar o "mundo rural", com destaque para a transferência de tecnologia e tendo como principal

"pacote" a Revolução Verde; *desenvolvimento rural* que pretendia induzir mudanças em determinado ambiente rural; *desenvolvimento rural sustentável*, que surgiu na década de 80 com o intuito de incorporar noções de equidade social e dimensões ambientais; e por fim, *desenvolvimento local*, que às vezes tem o seu conceito confundido com os demais.

A noção de *desenvolvimento local* emergiu, em um primeiro momento, em associação com a multiplicação de Organizações Não Governamentais - ONGs que atuavam em locais geograficamente restritos e criaram estratégias de ação local, e, em segundo lugar, devido ao processo de descentralização pelo qual passaram vários países da América Latina e entre eles o Brasil, na década de 90. Esta descentralização valorizou o local e, mais precisamente, o município como unidade de desenvolvimento.

Com uma definição mais precisa, *desenvolvimento local* deveria ser antes de tudo, um processo de reconstrução social que deve acontecer de “baixo para cima”, com a participação efetiva dos atores sociais, onde prevaleçam as necessidades sociais e culturais locais, a mobilização de experiências e do conhecimento local, e, mais importante, o compromisso das comunidades locais para a realização e o acompanhamento das propostas de desenvolvimento (CAMPANHOLA & GRAZIANO, 1999). De acordo com os autores,

“Não há regras ou modelos pré-determinados para a definição consensual dos objetivos e metas que conduzam ao desenvolvimento local, pois este é, em essência, um processo microsociedade de construção coletiva, onde prevalece as necessidades sociais e culturais, mas que devem estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos da inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação” (CAMPANHOLA & GRAZIANO, 1999, p. 04).

Entre os conceitos e definições sobre o que vem a ser desenvolvimento, a experiência de auto-organização dos agricultores de Araponga parece ajustar-se de modo particularmente feliz à noção de “*Desenvolvimento como Liberdade*”, de Amartya SEN (2000). Nesta concepção de desenvolvimento, as liberdades individuais são elementos constitutivos básicos, e levam à expansão das capacidades para que as pessoas tenham o tipo de vida que desejam e valorizam.

Para SEN, a liberdade é o principal fim, mas também é o meio fundamental do desenvolvimento. O eixo fundamental nessa estratégia de desenvolvimento é a ampliação das capacidades e das escolhas dos indivíduos, no seu processo de condição de agente que ocasiona e provoca mudanças.

No conceito de desenvolvimento como liberdade, o desenvolvimento não é apenas visto como o crescimento do PNB (Produto Nacional Bruto), o aumento da renda pessoal, a industrialização, o avanço tecnológico ou a modernização social, mas depende também de outros fatores como as disposições sociais e econômicas, como os serviços de educação e saúde e, também, os direitos civis como, por exemplo, a liberdade de participar de discussões, de exercer fiscalização política e o direito à democracia. Assim, o desenvolvimento concentra-se em um objetivo mais abrangente e não apenas em um meio específico ou uma lista de instrumentos.

As complexas interações entre as dimensões sociais, econômicas e políticas nos processos de desenvolvimento tem sido, recentemente, iluminadas pelo conceito de *capital social*, que tematiza as relações entre confiança, reciprocidade e redes de relações sociais. Grosso modo, esses conceitos fazem parte de um paradigma emergente de análise que tenta unificar a teoria do capital social (DURSTON, 1999).

Segundo Robert PUTNAM (1996), capital social diz respeito a propriedades da organização social, como confiança, normas e *networks*, que contribuem para a resolução de dilemas coletivos de cooperação,

“Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...). Numa comunidade rural (...) onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento” (COLEMAN, citado em PUTNAM, 1996:177).

O conceito de capital social representou importante avanço, ao iluminar o papel das variáveis não-econômicas do processo de desenvolvimento. Sua ampla disseminação atesta a insatisfação generalizada com as estratégias de desenvolvimento centradas em programação econômica e pesados investimentos em capital físico. Entretanto, os usos de conceito de capital social têm gerado densa controvérsia metodológica, que tem colocado em juízo problemas de unidade de análise, mensuração e definição circular (PORTES, 1998). Apesar disso, consideramos o conceito útil como uma metáfora para iluminar as relações entre dilemas coletivos, confiança e a análise de redes sociais.

Estudos empíricos recentes na literatura sobre capital social e desenvolvimento econômico demonstram que organizações locais e comunitárias que possuem um estoque de capital social produzido a partir de participação ativa, autogestão e confiança mútua, promovem o desenvolvimento local (KLIKSBURG, 2002).

Milton ESMAN e Norman UPHOFF (1984), juntamente com um grupo de pesquisadores espalhados por vários países, fizeram a análise de 150 organizações locais, entre elas as associações de crédito rotativo, as cooperativas para múltiplos propósitos, as associações de mulheres e as associações de desenvolvimento local em parcerias com governos. A pesquisa concluiu que as organizações que estimulavam a participação dos envolvidos e foram criadas de "baixo para cima" tiveram êxito, se comparadas com as outras que foram construídas sem processos participativos ou da própria iniciativa dos atores locais. Enquadram-se neste tipo 99 organizações locais. Assim, ao analisar o êxito ou o fracasso de uma determinada organização é necessário observar o que levou ao seu surgimento, quem a iniciou, o próprio grupo, o governo, ONGs, agências de cooperação, etc.. A forma de como a organização/grupo começou é o que vai afetar as suas relações estruturais e os seus resultados.

4. A TRAJETÓRIA DA "CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO"

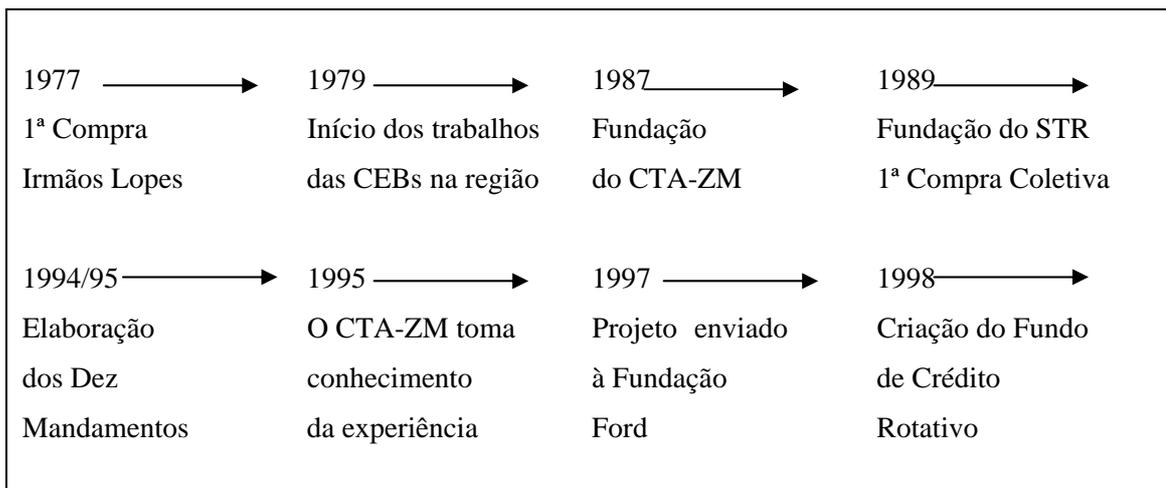
"A Conquista de Terra... eu acho que conheci uma história maravilhosa e faço parte dela. O que eu puder fazer para um trabalhador ter um pedaço de terra, o que eu puder contribuir, eu vou fazer. Para mim a história da Conquista de Terra não pode acabar nunca, porque cada dia que ela cresce é um trabalhador que está conseguindo o seu pedaço de terra, é um sonho realizado" (Sônia, 33 anos, agricultora e pequena proprietária).

Para compreendermos como começou a *Conquista de Terras em Conjunto* faz-se necessário resgatar a história sobre o aparecimento das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, na região e descrever os seus fundamentos. O surgimento das CEBs insere-se em um contexto de transformações internas da Igreja Católica na América Latina. Entretanto, a expansão das CEBs dependeu da existência de ambiente propício para se desenvolver nas comunidades rurais ou da periferia urbana. Em algumas regiões no Brasil, as CEBs foram de fundamental importância para a construção de bases sólidas de solidariedade e de politização das discussões sobre a realidade de cada comunidade. As CEBs conseguiram aglutinar pessoas em torno de um ideal

comum: a reflexão sobre seus problemas, tendo como motivação final a esperança de melhores condições de vida.

Para termos uma visão geral da história da *Conquista de Terras em Conjunto* elaboramos uma linha do tempo com datas e acontecimentos mais importantes no decorrer da institucionalização da experiência:

Figura 02 - Cronologia da *Conquista de Terras em Conjunto*



4.1. A Gênese da Experiência e as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs

A *Conquista de Terras em Conjunto* originou-se na família dos irmãos Lopes, que realizaram a primeira compra de terra em conjunto na família, entre 1977 e 1978. A família Lopes é composta por 9 irmãos(ãs), sendo quatro mulheres e cinco homens. Três deles criaram a *Conquista de Terras em Conjunto*: o Seu Alfires, conhecido por Fizim (faleceu em 1999), o Seu Aibes, conhecido por Bibim e o Seu Niuton, conhecido por Neném¹⁴. Segundo o depoimento do Seu Neném, apesar de ter nascido em Araponga, a família migrou para o município de Ervália e depois para Jequeri, retornando para Araponga após dez anos, no início dos anos 1960. Seu Neném sente orgulho em se identificar como descendente dos índios Puri, descendência que vem da bisavó

¹⁴ Daqui em diante passo a citá-los pelo apelido.

paterna. Segundo ele, todo o respeito, a ligação com a terra e o compromisso em preservá-la, sentimento compartilhado por todos, vem dessa memória¹⁵.

O pai dos irmãos Lopes, Sr. José Lopes Filho, era pequeno proprietário e possuía cerca de 6 alqueires e trabalhava também como meeiro. Segundo uns dos filhos, o pai nunca aceitou trabalhar como diarista, só em parceria. Com a vinda da família para Araponga e o crescimento dos filhos a terra que possuía se tornou insuficiente. A mãe de Seu Neném, Sra. Maria Devota Teotônio, também possuía 1 alqueire de herança dos pais. Vários irmãos migraram para São Paulo para poder trabalhar, e só Neném e Bibim permaneceram em Araponga. Com o casamento de ambos, aumentou ainda mais o desejo de possuir terra própria. Seu Neném conseguiu comprar terra após três anos de casado e, com o falecimento do pai, cada filho recebeu 1 hectare. Seu Fizim, após alguns anos, retornou de São Paulo, onde trabalhou primeiramente na construção civil, como servente, e depois numa fábrica de calçados. Com este trabalho fez economias para comprar terra em Araponga. Mas a terra ainda não era suficiente para um dos irmãos, Bibim que trabalhava como parceiro. Bibim, desejando sair do regime de parceria e com uma família maior, não tinha terra suficiente para manter a família, queria comprar mais terra. Os proprietários da região, entretanto, não vendiam parcelas de terra muito pequenas, nem davam créditos aos meeiros.

Os irmãos Neném e Fizim, então, uniram-se para comprar um pedaço maior, para que Bibim pudesse comprar sua parte. Assim a primeira compra na família foi realizada com empréstimo bancário, venda de produtos e o que era conseguido com o trabalho dos três,

"No início era diferente, era outra história, era história de família. Aí...mas era muito pouca, a porção de Bibim para ele poder trabalhar, então ...a gente nem liga isso na história, mas agora a gente começa revelar que isso [a *Conquista de Terras*] nasceu por ele, quer dizer, ele chegou a ter uma necessidade muito grande de ter terra para trabalhar, tinha um pedacinho dele, mas tinha que trabalhar todo em parceria afora. Foi quando nos reunimos, eu, ele e o Fizim que era um dos que estava morando em São Paulo e voltou, conseguimos juntar forças para comprar terra. Eu até me lembro me forçaram a entrar com ele, eu não tinha condição de comprar a terra e acabei comprando, foi quando conheci

¹⁵ A Escola Família Agrícola que está sendo construída em Araponga recebeu o nome de EFA Puris.

banco para fazer financiamento, foi justamente nessa época por volta de 77, 78" (Seu Neném, 55 anos, pequeno proprietário).

Sobre a história das CEBs na região, de acordo com seu Bibim, as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, foram implementadas no município no ano de 1979. O movimento das CEBs foi trazido pelo Padre José Miguel, mas ele não permaneceu na cidade por muito tempo, segundo seu Bibim,

"Quem nos envolveu foi um pároco lá de Sericita, o Padre José da Silveira Miguel, que mora em Abre Campo, mas não tenho certeza se ainda se encontra lá. Ele trouxe uma coisa tão nova. A elite nunca gosta de uma coisa dessa. Em julho de 1979 esse padre colocou as CEBs aqui, mesmo já assistindo a comunidade, pois ele era de Araponga, mas foi retirado em outubro do mesmo ano. Ele implantou as CEBs aqui mesmo e os cursos de batizado. A partir de 1980 íamos fazer cursos fora, fomos em Eugenópolis, eu, Neném, Fizim, Jesus Messias e Maurílio. O Maurílio foi o primeiro a buscar curso fora. Fomos em 05 de novembro de 1981 em Dom Cavati fazer o Pré Boa Nova" (Seu Bibim, 59 anos, agricultor e pequeno proprietário).

A partir daí, o grupo mais unido começou a participar de cursos em outros municípios. Seu Bibim, Seu Neném e alguns companheiros, depois de certo tempo, "criaram" a *Conquista de Terras em Conjunto*. Eles freqüentavam grupos de reflexão ou cursos que eram oferecidos em outros municípios, que poderiam durar de dois a quatro dias,

"E...aí, nessa história tudo começou.(...) e a história já falava que a gente tinha que partir para uma ação, tinha muito claro na Bíblia, a Bíblia falava que fé sem ação é morta ou sem obra (...) um negócio assim em Tiago. Só que a gente resolveu buscar cursos fora, o Maurílio, que é um dos que entrou nessa história de compra de terra, foi um dos primeiros, dos pioneiros, ele é o quarto na história. Eu falo que foi o primeiro a buscar curso fora, o Pré Boa Nova que a gente falava, que é ligado a Igreja. (...) O Pré Boa Nova é a preparação para o Boa Nova. Na segunda turma já estava eu e o Fizim. O Pré Boa Nova eu fiz em Eugenópolis, mas o Boa Nova foi feito em Dom Cavati, na região de Valadares. Só que, aqui a gente começou a se questionar porque fica só buscando curso, para ficar do mesmo jeito?" (Seu Neném, 55 anos, agricultor e pequeno proprietário).

COMERFORD (2003), em estudo sobre os sindicatos da região da Zona da Mata, ajuda-nos a entender melhor quando e onde surgiu o MOBON (Movimento da Boa Nova). O MOBON é oriundo do MAPE - Movimento de

Apostolados dos Pioneiros do Evangelho, que foi iniciado no município de Presidente Soares, no Alto do Jequitinhonha, MG, em 1946 e, se institucionalizou em 1959, em Carangola, com o Padre Geraldo Araújo, que ministrava as chamadas "aulas bíblicas",

"Em 1958, [o Padre Geraldo] foi designado vigário da Paróquia de Santa Luzia, em Carangola, e continuou o mesmo tipo de trabalho desenvolvido em Presidente Soares. Mas agora, ao invés de assumir sozinho as aulas bíblicas, ele incentivava as pessoas a "repassar a mensagem transmitida", dando início ao Movimento de Apostolados dos Pioneiros do Evangelho. (...) com a finalidade de "formar líderes leigos para a evangelização (...) organizar e dinamizar pequenas comunidades cristãs e trabalhar pela promoção da pessoa humana em seu meio social" (COMERFORD, 2003: 162).

Em 1962 o Padre Geraldo mudou-se para Manhumirim, mas não deixou de ministrar suas aulas bíblicas. Em 1969, já com novos padres, seminaristas e leigos envolvidos no MAPE, e com a nova mudança do Padre Geraldo para Vargem Grande, o movimento passa a ser chamado de Boa Nova. Com a transferência do Padre Geraldo para o Mato Grosso, o centro de formação de Vargem Grande muda-se para Dom Cavati, na região de Caratinga e Valadares, e passa a ser dirigido por dois antigos seminaristas do Padre Geraldo, Alípio e João Rezende. O trabalho realizado por Alípio e João Rezende ainda é lembrado pelas lideranças de Araponga, pois, segundo eles, foram os dois que apoiaram e incentivaram a fundação do sindicato em 1989.

As CEBs surgiram no país na década de 60 (ALMEIDA, 2000), quando os bispos do Brasil se reuniram durante o Concílio Ecumênico Vaticano II, e elaboraram o Plano Pastoral Conjunto e o aprovaram na Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, realizada em Roma, em 1965. Neste plano estava prevista a formação das CEBs.

Os esforços evangelizadores e de organização do MAPE e das CEBs, até então independentes entre si, confluem nos inícios dos anos 60. O Padre Geraldo conhece a experiência das CEBs estimulada pelo bispo Dom Eugênio Sales no Rio Grande do Norte, em 1963. Um dos auxiliares do Pe. Geraldo, Alípio,

participa, em 1966, de um curso promovido pelo CELAM¹⁶ em Santiago no Chile, e retorna implantando os "cursinhos de base". Desta forma, a intenção da Igreja em se aproximar da comunidade se alia à experiência iniciada pelo Padre Geraldo Araújo no ano de 1946 no município de Presidente Soares (COMERFORD, 2003).

As CEBs surgem, assim, no contexto de tentativa de reaproximação da hierarquia da Igreja, representada por padres e bispos, da sociedade civil. Nesta época, além do distanciamento da realidade do povo, as missas em alguns lugares ainda eram celebradas em latim. As CEBs surgiram também, em parte, por causa da conjuntura política pela qual passava o país, com a intensificação das lutas sociais e o surgimento de diversos movimentos eclesiais. As Comunidades Eclesiais de Base representavam,

"...para os membros da Igreja preocupados com distanciamento entre o povo e a Instituição, um grupo de pessoas que, livremente, se escolheram, se reúnem para aprofundar seus conhecimentos do Evangelho que é o próprio Cristo; refletem e discutem suas necessidades e as necessidades dos outros, procurando soluções adequadas; celebram juntos, na Eucaristia, suas vitórias e derrotas; e, por fim, procuram irradiar, difundir a mensagem que, para eles é vida. A Igreja, assim, seria uma "comunidade hierárquica e não só hierarquia" (ALMEIDA, 2000: 87).

A Igreja, entretanto, abrigava diversas posições políticas. A CNBB, por exemplo, apoiou o Golpe Militar de 1964, por temer o comunismo. Mas, quatro anos após o Golpe, muda de posição com o aumento da repressão, da violência, do fechamento dos canais de participação popular, que afetou não somente os leigos, mas também, membros da própria instituição. A partir de então, a Igreja passa a se preocupar com os "oprimidos" e os perseguidos políticos, passando com isso a exigir o cumprimento dos direitos humanos.

A expansão das CEBs foi maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas e de periferia. Na zona rural participavam das reuniões pequenos proprietários, agricultores, assalariados rurais, pescadores e suas famílias,

¹⁶ Encontro do Episcopado Latino Americano.

"É lá que o homem do campo encontra na Igreja seu principal referencial ideológico. Ao contrário do operário urbano, sua cultura está impregnada de religiosidade". (...) No caso brasileiro, os camponeses, desprovidos de apoio oficial, sem condições de obter crédito bancário, vítimas dos intermediários que pagam pouco pelo produto que depois revendem caro, não têm como se defender senão através do sindicato rural e das comunidades de base" (BETTO, 1981: 26).

De acordo com BETTO (1981), as CEBs são *Comunidades* porque reúnem as pessoas que têm a mesma fé e moram na mesma região. Elas estão em comum-união em torno de seus problemas e esperanças por melhores condições de vida. São *Eclesiais* porque estão congregadas na Igreja. E são de *Base* porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos, os assalariados rurais, posseiros, pequenos proprietários, donas-de-casa, operários, enfim, os representantes das classes trabalhadoras.

Como método, as CEBs baseavam-se no *ver-julgar-agir*. No *ver* todos podem fazer seus relatos; expor seus problemas, suas idéias; no *julgar* colocam-se as principais questões sobre como se deve agir diante de determinado problema, e no *agir* qual o melhor caminho para resolvê-los. Como característica mais importante das CEBs, ALMEIDA (2000), cita a capacidade de transformação que as CEBs promovem em seus participantes,

"Não uma transformação religiosa, ou espiritual, o sentido de uma mudança interior, como nos processos iniciáticos. Mas a aquisição de uma autoconfiança que só é possível em situação em que se é sujeito de seus atos e reconhecido como tal, pela comunidade, com direito de ser ouvido, de falar, decidir e fazer. (...) Reunidos através de motivações diversas, os participantes readquirem um nome, se conhecem, são agentes da atividade em questão, formam, enfim, uma comunidade" (ALMEIDA, 2000: 49).

No caso de Araponga, o movimento das CEBs teve um papel importante no início da *Conquista de Terras*. Como veremos, as regras que regem a Conquista são moldadas pela linguagem religiosa dos dez mandamentos e pelo espírito de solidariedade pregado pelas CEBs. Foi na caminhada de retorno de uma reunião das CEBs, que os irmãos Lopes, Neném e Fizim, refletindo sobre a leitura de uma passagem bíblica, tiveram a idéia de iniciar a *Conquista de Terras em Conjunto*. De acordo com o depoimento do seu Neném a passagem era assim:

"Se falava que os cristãos vendiam suas propriedades e colocavam nos pés dos apóstolos. Mas a gente interpretou que esse trecho não estava certo. A gente tinha que fazer o contrário. A gente imagina assim: se vender ai piora, temos que fazer o contrário, comprar" (Seu Neném, 55 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Desse modo, começaram a pensar uma forma de ajudar outros companheiros trabalhadores rurais e meeiros a comprarem seu pedaço de terra. Chegaram à conclusão que a melhor forma seria fazer o que fizeram em família no ano de 1977, ou seja, emprestar produtos agrícolas para completar o valor de um terreno para pagar a terra à vista, contraindo a dívida só entre parentes e amigos, e em produtos, longe dos juros e de empréstimos bancários.

A influência das CEBs na *Conquista de Terras em Conjunto* é marcada por uma série de ambivalências. Como a passagem acima revela, os irmãos promovem uma *inversão* na interpretação da passagem Bíblica. Mas, de outro lado, a linguagem bíblica e os imperativos cristãos de equidade e solidariedade, de certa forma, estão presentes no grupo, ainda hoje. Ademais, parece que as CEBs oferecem um aprendizado de formas de organização e ação que serão recriados na *Conquista de Terras*. As CEBs despertaram no grupo, a partir das reuniões e discussões, a necessidade de partirem para a ação, o agir dos próprios agricultores que não viam mudanças. O que foi repassado ao grupo, mais do que ações específicas, foi o espírito de solidariedade, o respeito ao próximo, a comunhão e a confiança para se organizar. Assim, a conquista, no seu momento inicial, surgiu da combinação das práticas tradicionais de ajuda mútua e laços fortes entre a família, e também dos grupos de reflexão promovidos pelas CEBs. Ao perguntar sobre os cursos que eles faziam e sobre as influências específicas das CEBs, Seu Neném afirma que de certa forma tiveram "um empurrão muito forte",

(...) agora que a Bíblia deu um empurrão muito forte, deu nisso, que vendo a história dos primeiros cristãos ela fala muito isso, muito claro as palavras do evangelho, que nasceu do evangelho que fala que Cristo, é muito forte: "eu vim para que todos tenham vida e tenham vida plenamente", então isso é muito forte, então a Bíblia deu um empurrão muito forte nisso sim. Só que nesse ponto aí de vender é que a gente achou que, no nosso tempo, a gente achou que não estava certo... (...) eles falavam [nos cursos] da vida como um todo, baseados na Bíblia, história

de povo, mas baseado na bíblia, aí contando a história do povo, como o povo reagia, como Deus agia diante daquele povo, de acordo com a reação do povo é que vinha a mão de Deus que andava protegendo aquele povo... ou vinha a queda ou a vitória de acordo com a reação do povo, aquilo que o povo faz, nenhum milagre acontece sem a participação humana, não existe nenhum milagre sem a participação humana" (Seu Neném, 55 anos pequeno proprietário).

Ainda hoje se fazem na região os encontros das CEBs com os chamados *Grupos de Reflexão*, uma vez por semana, em várias comunidades do município. Os grupos recebem o *Roteiro para Reflexão em Grupo*, distribuído pela Arquidiocese de Mariana. Um coordenador das CEBs prepara o encontro, que é realizado nas casas das famílias participantes. É feito um rodízio entre as casas que vão receber os grupos de reflexão. Entretanto, os participantes mais antigos da *Conquista de Terras* nos disseram que, apesar de prosseguirem as reuniões das CEBs, o ritmo já não é o mesmo de tempos anteriores, há um número menor de reuniões e menor envolvimento. Apesar disso, enfatizam que a "ação do Evangelho" ainda continua. Afirmam também que os militantes mais antigos das CEBs tem menos tempo para participar dos grupos de reflexão. Com as entrevistas e a tabulação dos questionários constatamos que os criadores da experiência, hoje em dia, são representantes dos agricultores em diferentes entidades e instâncias. Eles ocupam cargos e/ou participam de reuniões na Associação Regional dos Trabalhadores na Agricultura; no CTA-ZM nas reuniões da diretoria e/ou dos conselhos; na AFA - Associação dos Agricultores Familiares de Araponga; no STR; na Cooperativa de Crédito, na AMEFA - Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas¹⁷, como conselheiros do PMDRS - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Araponga, e atualmente um deles é vice-prefeito do município. Dessa forma, o relativo esvaziamento das CEBs resultou precisamente do seu sucesso no passado, ao mobilizar os agricultores para vários tipos de iniciativas organizacionais. Foi possível constatar, também, que está havendo uma renovação de lideranças ocupando cargos nas instituições que tem sede no município. Um bom exemplo é

¹⁷ O projeto para a construção de uma EFA - Escola Família Agrícola, a EFA Puris, na comunidade de São Joaquim, em um terreno de conquista de terras já foi aprovado e a escola está em fase de implementação.

que, nas duas últimas diretorias do sindicato, o mesmo foi presidido por mulheres jovens.

A influência das CEBs e, de uma forma geral, da vida religiosa dos envolvidos na *Conquista de Terras* fez com que os mesmos elaborassem um conjunto de critérios para a entrada de novos membros. Entre 1994 e 1995 algumas pessoas reuniram-se escreveram os *dez mandamentos*. Ele pode ser considerado o "documento" mais importante que orienta o grupo e permite selecionar os futuros compradores de terras em conjunto.

São eles¹⁸:

Os Dez Mandamentos da Conquista de Terras em Conjunto

- 1 - Interesse pela Terra: ter amor pela terra e compromisso;*
- 2 - Comportamento no Grupo: ter sinceridade, não mentir, não tomar decisões individualistas, participar de reuniões;*
- 3 - Meio Ambiente: ter consciência ecológica;*
- 4 - Divisão: formar um grupo responsável e não tomar decisões precipitadas;*
- 5 - Conquista das Terras: fazer economia para comprar terra, ter em mente que isso é possível, e viver em sintonia com a comunidade;*
- 6 - Forma de Convivência: ter diálogo e compreensão com os companheiros, tratar de assuntos que envolvem a família, participação e reflexão religiosa em grupos, independente de seita;*
- 7 - Participação e Contribuição da Mulher: lutar e animar o companheiro, exigir seu nome nos documentos, não ter vergonha de ser lavradora, participação na partilha das terras, participação nas decisões em grupo;*
- 8 - Participação Agrícola: participação nas trocas de serviço e mutirão, recuperação e conservação do solo, visitar as propriedades dos companheiros, usar leguminosas;*
- 9- Maneiras de Usar as Coisas Móveis do Grupo: usar tração animal para os serviços do grupo, uso dos animais por pessoas acostumadas com esse trabalho, reconhecer as necessidades maiores de serviços, ter zelo com os animais;*
- 10- Maneira de Usar os Imóveis: conservar e ampliar as estradas, manter trilhas, usar e oferecer estruturas como moinho, engenho, olaria, usina, manter torneiras fechadas quando a água for pouca, controlar seus pequenos animais para não prejudicarem a propriedade vizinha”.*

¹⁸ Conquista Conjunta de Terras, um caminho original e eficiente. *Revista CTA-ZM 15 anos*. Centro de Tecnologias Alternativas – Zona da Mata – Viçosa - MG, julho 2002, p. 26.

Os "dez mandamentos" constituem um conjunto de regras, prescrições e critérios de seleção e avaliação que procuram regular o funcionamento da *Conquista de Terras em Conjunto*, assim como as relações entre os membros da comunidade. É interessante notar que, ao contrário de um mero regulamento estipulando regras e sanções explícitas, a idéia de "mandamento" incorpora um conteúdo ético difuso, preocupando-se mais com o sentido da conduta e o caráter moral dos participantes do que com as relações contratuais. Podemos identificar três grupos de temas abordados nos mandamentos. Em primeiro lugar, eles definem uma série de procedimentos de decisão e resolução de problemas comuns (mandamentos 9 e 10). Em segundo, um conjunto de postulados morais que permitem avaliar a confiabilidade dos membros e definir padrões éticos de conduta comunitária (os mandamentos 2, 4, 5 e 6). Por fim, alguns dos mandamentos incorporam também questões de gênero e meio ambiente (os mandamentos 1, 3, 7 e 8). E de modo geral, todos incorporam na sua redação o discurso agroecológico. No conjunto, os "dez mandamentos" configuram regras-em-uso que, elaboradas pelos próprios agricultores e agricultoras, permitem monitorar o comportamento daqueles que participam da *Conquista de Terras*, reduzindo a possibilidade de oportunismo e risco para a experiência.

4.2. A Primeira Compra Coletiva

Passaram-se 11 anos entre a compra em família dos irmãos Lopes, em 1978, e a primeira compra coletiva envolvendo outros membros da comunidade. Relações hierárquicas e de dependência pessoal caracterizavam o mundo dos meeiros e trabalhadores rurais. Os agricultores relatam que, na época, era difícil encontrar terra para comprar, pois os proprietários não vendiam para os trabalhadores rurais e meeiros, com medo que eles não conseguissem pagar a terra. Muitos trabalhavam como meeiros ou diaristas, o que dificultava fazer uma negociação direta com o dono da terra, que às vezes era também o patrão. Assim, no início, sempre escolhiam uma pessoa que não trabalhava nas imediações para

poder negociar o valor e a forma de pagamento. Como relata Seu Neném,

"O Cosme já tinha corrido vários lugares para comprar terra, só que sozinho eles não vendiam, até acreditar que um meeiro vai comprar terra...uma porque não quer ver ele sair de meeiro quer ver ele seguro ali para vida inteira, como escravo e outra, é que não acredita que ele tem condição de pagar. Então na época teve que usar o Fizim para comprar, mandar o Fizim para fazer o primeiro negócio para comprar porque ele já tinha uma brasilinha velha, então eles acredita, cisma que ele tem dinheiro, queda de carro então impressiona que a pessoa tem dinheiro, para ele, eles vende. Ele compra a terra e vocês fica com a terra, pronto. E funcionou desse jeito...quem fez o primeiro contato foi o Fizim (Alfísio Inácio Lopes), que foi negociar. A primeira compra foi para o Seu Cosme, Paulinho, Donizete e Maurílio, que foi o quarto, foi o que acompanhou. Ele ficou sabendo da história e falou eu também quero, aí entrou na história acompanhando" (Seu Neném, 55 anos, pequeno proprietário).

A história de Paulinho, 41, natural de Araponga, retrata as dificuldades encontradas no início. Ele foi diarista por sete anos em uma fazenda na região. Sempre desejou ter terra própria. A realização do sonho só aconteceu quando resolveu procurar um lugar para trabalhar como meeiro e sair da condição de diarista, pois como meeiro conseguiria ganhar um pouco mais e economizar para a compra da terra. Paulinho foi meeiro por 6 anos. Em 1989 ele finalmente conseguiu comprar seu terreno graças à *Conquista de Terras*. No seu caso, cruzaram-se laços de confiança articulados por relações de família e pelas CEBs. Foi através dos irmãos Lopes, pois Paulinho é primo do Seu Neném, mas também através dos encontros das CEBs que ele se uniu a mais três pessoas, que fizeram a primeira compra coletiva fora do círculo inicial. Nesse grupo de compra também entrou Donizete, irmão de Paulinho. Segundo Paulinho, foi muito difícil na época convencer o irmão a comprar terra, pois ele tinha receio em assumir o compromisso e não conseguir pagar. Na época, Donizete era diarista, e tinha 22 anos. Na fazenda, Donizete cuidava do pomar e era, segundo Paulinho, o que mais trabalhava com “veneno” (agrotóxicos), mais um motivo pelo qual Paulinho o convenceu a comprar terra.

Seu Maurílio, como diz Seu Neném "é o quarto na história". Quando entrou na primeira compra coletiva, Maurílio tinha 26 anos. Como a maioria, era meeiro, e assim o foi por 17 anos. Ainda hoje ele toca uma lavoura de café à meia, mas também tem café em sua propriedade, sendo que uma parte é lavoura de café orgânico. Maurílio sempre é citado como aquele que foi buscar "curso fora". Ele foi o primeiro a procurar os cursos das CEBs, o primeiro em São Francisco do Glória, e depois em Eugenópolis. Assim, o contato inicial de Maurílio com os irmãos Lopes foi através das CEBs. Em 1989, ao encontrar Fizim, que já o conhecia nas reuniões das CEBs, e foi também seu padrinho de casamento, disse a ele que queria comprar terra. Segundo Maurílio,

"E o Fizim me disse: "eu estava pensando em comprar umas terras também". Aí eles me ajudaram, deram muito apoio [na época quem procurou a terra para comprar foi Seu Neném e Fizim]. (...) uma parte [para pagar a terra] peguei café emprestado com o Fizim para pagar os comerciantes que peguei o dinheiro emprestado, vendi porco, cabrito, porque na Serra eu ainda não tinha café" (Maurílio, 46, agricultor, pequeno proprietário e meeiro).

Outro a entrar na primeira compra coletiva foi Seu Cosme, que também foi meeiro por quase 20 anos. Ele conheceu o grupo nas reuniões das CEBs, e na época tinha 39 anos. Ele relata como foi para ele conseguir comprar terra,

(...) Eu procurei muitos pedacinhos de terra para comprar, mas individual, morava lá em São Domingos e ficava procurando pra lá, na região de Ervália. Para aqueles lados eu procurei só que não deu certo. Aí depois é que a gente entrou em contato com o Seu Neném, Fizim aqui na Praia d'Anta [Araponga] . (...) [Depois de uma reunião das CEBs, já na casa da mãe do Seu Neném] Paulinho que falou, disse que tinha um terreno à venda aqui. E aí naquele momento nós já convidamos o Fizim para conhecer essa terra para nós lá. Porque na época era difícil de negociar e as primeiras compras foi feita com muito privilégio porque com medo de alguém descobrir e atrapalhar as coisas" (Seu Cosme, 57 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Segundo o Seu Cosme, o temor e a necessidade de segredo eram porque o dono da terra era irmão da sua antiga patroa, onde ele e sua família moravam como meeiros. Paulinho, que entrou nesse grupo de compra também era meeiro do irmão do proprietário,

“(...) a gente vê que o diarista ou o assalariado aqui no campo ele não tem futuro sabe? É uma coisa muito sem futuro. Hoje o cara está num serviço, amanhã ele está no outro. Sabe, sete horas ele tem que estar ali no ponto, das sete as cinco ele tem que estar ali, ele não tem autonomia, sabe, ele é um cara muito preso, amarrado. Como a gente sempre sonhou em ser autônomo, ser livre levou mais a gente a pensar nisso. Para você ter uma idéia, quando a gente estava discutindo a fundação do sindicato aqui foi nesse mesmo período, 88, 89, mesmo a parceria a gente tinha que sair ainda meio escondido. Você entendeu? Quer dizer o cara que não tem o seu pedaço de chão aqui na roça é preso, ele é amarrado, ele é igual andorinha sem ter asas para voar, você entendeu? Ele não vai a lugar nenhum” (Paulinho, 41 anos, agricultor, pequeno proprietário).

Além das dificuldades, do medo e da insegurança frente aos patrões, os meeiros tinham que vencer as desconfianças entre eles mesmos, além do receio de não conseguir quitar os compromissos. Um longo período de tempo separa a primeira compra dos irmãos Lopes da primeira compra coletiva. Neste período de 11 anos, gradativamente se construíram as condições para a conscientização e formação de um grupo de compra, pois muitos meeiros e diaristas não achavam que era possível comprar terra. De acordo com Paulinho, as CEBs tiveram um papel fundamental no processo,

"Foi um período em que o pessoal estava se conscientizando, sabe? É um período que o pessoal participava muito dos movimentos de Igreja, tanto é que as CEBs estava aqui...nesse período de 79 à 87, está as CEBs aqui no meio. É a época em que a Igreja orientava mais, começou a orientar, a gente começou a participar (...) das reuniões de grupo aqui nas comunidades, nos grupos de reflexão, era reunião semanal (...). Mas a medida que a gente foi refletindo a gente descobriu que só rezar não era o suficiente, tinha que fazer alguma ação. (...) Mas até hoje ela ajuda a refletir os problemas. A questão que não aparece muito ação através desse movimento, é porque às vezes a pessoa não sabe a forma de começar né? E o meio que a gente achou de começar foi por aí, com as compras de terra" (Paulinho, 41 anos, agricultor e pequeno proprietário).

De acordo com depoimentos de outros agricultores que participaram da experiência desde o início, existiam também outros fatores que dificultavam a formação de um grupo para a realização de compra de terra coletiva, como as longas distâncias, a falta de transporte e as incertezas de realizar a compra de terras fora do círculo da família. Laços de solidariedade e a vontade de ajudar os

outros foram sendo reforçados pela prática e reflexão nas CEBs, como relata Seu Bibim,

"Agora demorou tanto tempo, porque demora até formar um grupo, as pessoas chegarem em um consenso. Também tinha a distância, o Cosme morava em São Domingos, o Maurílio no Estouro – Mutuca. O povo todo disperso, isso é um processo demorado, não tinha carro, moto, nem bicicleta. São coisas que acontecem lentamente. A gente se encontrava em todos os setores, no Boné, em Miradouro através do Padre Gwenaél, a gente ia nos cursos e repassava para os outros, ia nas comunidades, Prainha, Estevão Araújo e por aí a fora. Como disse o Cosme e o Maurílio a gente se conheceu nas CEBs. Quando a compra estava só entre a gente, era restrito. Querer o bem só dos nossos é comum, tinha que querer o bem dos outros. Querer o bem da população é anormal. Eu sempre costumo falar “eu não trago remorso, não faço nada com pretensão de prejudicar os outros”. Aqui as comunidades mais fortes de organização é Praia Danta, é mais ação, tem menos poder aquisitivo, mas tem uma visão mais humanitária" (Seu Bibim, 59 anos, agricultor e pequeno proprietário).

A primeira compra coletiva serviu para despertar, não só no grupo, mas também entre os meeiros e trabalhadores rurais de várias comunidades rurais do município, a possibilidade de se comprar terra. Segundo Seu Neném,

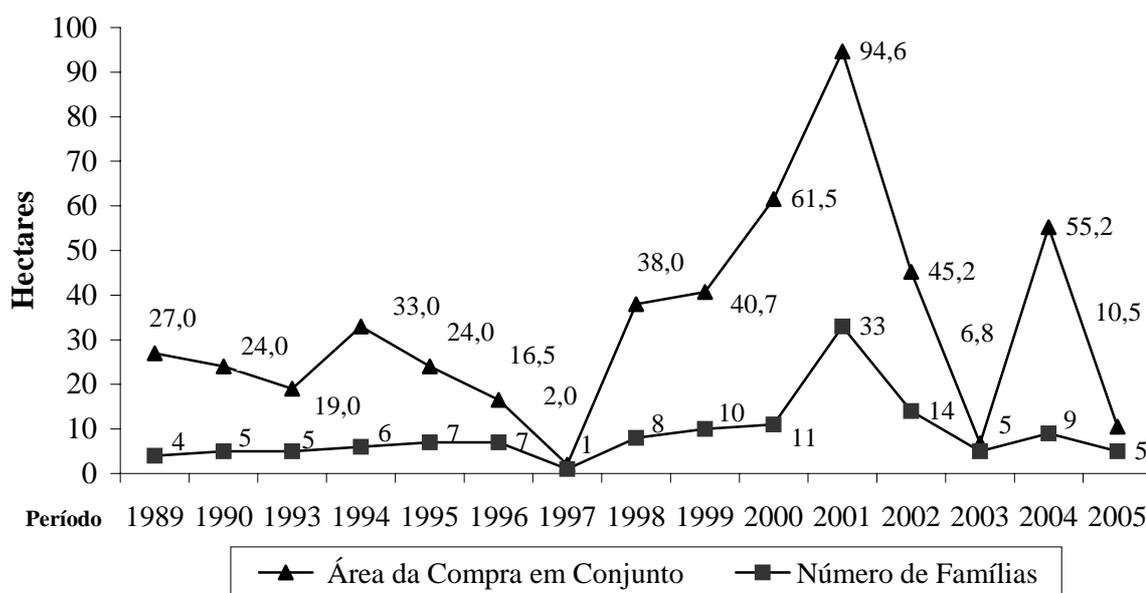
“(...) Então um sentimento mais forte depois que a gente fez isso [comprar terra] o pessoal(...) falava com ele [Paulinho], é que toda vida falavam comigo, falavam com ele que não adiantava que pobre não comprava terra, não adiantava. E ele fala isso que o tempo sempre foi o mesmo, que ele conseguiu, que é possível, que aí o pessoal sentiu que era possível, uma coisa que parecia impossível se tornou possível. Então, serviu de ânimo tanto para ele como para os outros, houve muita crítica no início das pessoas, que eles comprava aqui, mas não iam conseguir pagar, então era toda essa história, quando eles viam que conseguiram pagar para eles foi uma surpresa” (Seu Neném, 55 anos pequeno proprietário).

A segunda compra coletiva aconteceu no ano seguinte, quando sobrinhos e primos dos irmãos Lopes reuniram-se para comprar 24 hectares em conjunto. Em 1993, nova compra em conjunto aconteceu, reunindo desta vez não só parentes dos irmãos Lopes, mas também alguns companheiros das CEBs e do STR. Daí em diante, até 1997, antes da criação do Fundo de Crédito Rotativo, as compras realizadas foram entre parentes mais próximos, companheiros das CEBs e do STR. Após a criação do Fundo de Crédito Rotativo podemos perceber que o

círculo de participantes na Conquista de Terras amplia-se para parentes mais distantes, amigos e membros do sindicato.

Os agricultores sentem orgulho de que, desde 1989, quando a experiência saiu da esfera estritamente familiar, houve compra de terras praticamente todos os anos. Eles, também, atribuem este fato à criação do Fundo de Crédito Rotativo, que tem ajudado os agricultores com poucos recursos a comprarem terra. A partir da criação do Fundo, em 1998, houve um aumento significativo do número de hectares e famílias que compraram terra, como se pode ver na **figura 03**:

Figura 03 - Número de Famílias Participantes e Área da Compra em Conjunto (1989-2005)



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo e STR-Araponga.

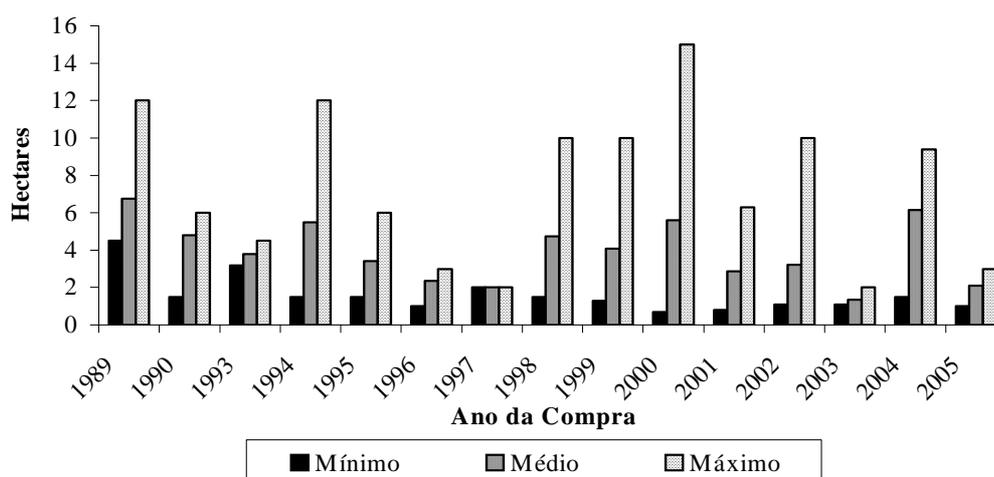
A **figura 03** representa a seqüência de compras desde 1989. A linha superior informa o número de hectares adquiridos a cada ano, e a linha inferior mostra o número de famílias em cada grupo de compra. O total de compras (130) é maior que o número de famílias (110), pois algumas famílias participaram de mais de uma compra. Como se pode ver, houve um significativo aumento do número de famílias envolvidas e de área comprada depois da criação do Fundo de Crédito Rotativo, embora ambas variem significativamente de ano a ano, em

função da presença/ausência de oportunidades de compra e de grupos com os recursos necessários.

O ano de 1997 se mostra atípico, pois não houve nenhuma compra. Segundo lideranças do sindicato, isso ocorreu por falta de acordo entre o vendedor e o grupo de compradores, que fez quatro tentativas para fechar uma compra, mas não conseguiu chegar a um acordo sobre os preços. As variações no número de hectares comprados e de famílias envolvidas são contingentes em relação aos avanços e recuos nas negociações e aos processos de formação dos grupos de compra.

Cada família comprou, em média, 6 hectares. A **figura 04** nos mostra as médias (mínimo, médio e máximo) de hectares adquiridos pelas famílias na *Conquista de Terras*. Podemos ver que a maior parte das compras está no intervalo entre 2 e 7 hectares. O valor mínimo fica em torno de 1 a 2 hectares, e o valor máximo adquirido por uma única família chega a 15 hectares, e apenas 7 propriedades possuem mais de 10 hectares.

Figura 04 - Área Média das Compras de Terras, em Hectares (1989-2005)



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2005.

Procuramos compreender também as transformações históricas da estrutura de posse da terra entre as famílias envolvidas na *Conquista de Terras*, a

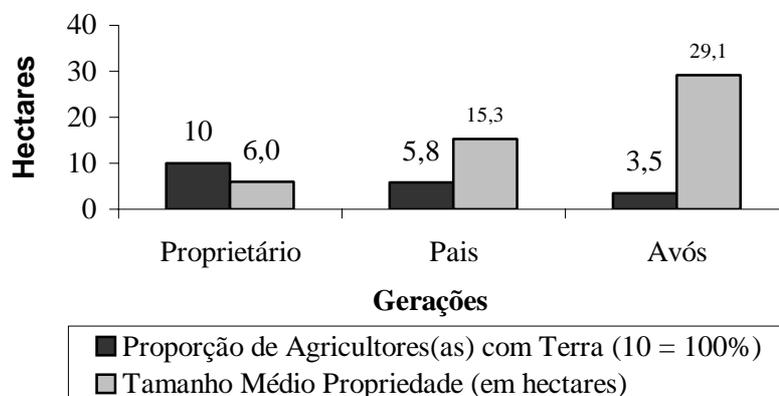
partir das informações coletadas sobre a área de propriedades dos pais e avós (homens e mulheres, conjuntamente) dos membros da conquista. Os questionários registraram pequenas variações nas informações sobre as áreas de terra pertencentes aos pais e aos avós, entre o depoimento de um irmão e outro, mas, no geral, os valores são bem próximos. Com alguns foi possível fazer uma checagem final.

A **figura 05**, a seguir, nos mostra a proporção de agricultores que possuem terra e o tamanho médio das propriedades nas três gerações. Neste quadro consideramos apenas a terra herdada ou comprada pelos pais e avós do esposo proprietário. Por questões de escala, a proporção é normalizada em uma escala de 10, ou seja, o valor 10 representa o universo de 100% de proprietários. A segunda variável indica a área média das propriedades, em hectares, das três gerações.

A geração da conquista, uma vez que todos adquiriram terra, é representada por 100% de proprietários. Não devemos nos esquecer, entretanto, que estes proprietários eram meeiros e trabalhadores rurais, que só obtiveram terra pela conquista. Na geração dos pais, a porcentagem de proprietários se reduz para 58%. O tamanho médio da propriedade, no entanto, aumenta para 15 hectares. Um número menor de pais havia herdado e/ou comprado terras, porém, possuía extensões de terra maiores que seus filhos. Uma proporção ainda menor de avós possuía terra (cerca de 35%), mas detinha, em média, o dobro da terra dos seus filhos, 30 hectares.

Os dados sobre os padrões intergeracionais de posse da terra sugerem algumas conclusões importantes. Entre as três gerações, observamos uma trajetória de crescente fragmentação da propriedade da terra. Os avós tinham consideravelmente mais terra que os pais. Os filhos por sua vez, tinham sido reduzidos à condição de meeiros e trabalhadores rurais. A *Conquista de Terras em Conjunto* está revertendo esta tendência histórica ao desapossamento da terra gerado pela fragmentação das propriedades por herança ou venda.

Figura 05 – Padrões Intergeracionais de Posse da Terra entre os(as) Agricultores(as) de Araponga (Esposo)



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2005.

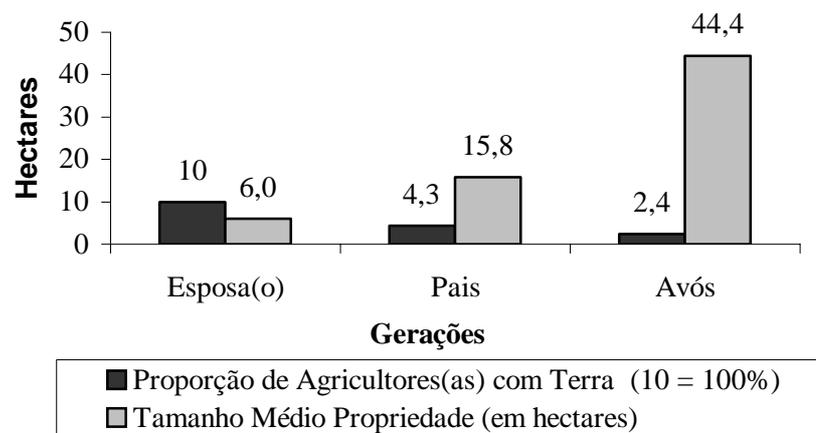
A **figura 06**, abaixo, também representa a proporção de agricultores que possuem terra e o tamanho médio das propriedades nas três gerações. No entanto, contabilizamos apenas a terra possuída ou herdada pela esposa proprietária e seus pais e avós. Ao contrastar os dois gráficos, nossa intenção é compreender diferenças de gênero nos padrões de herança e posse da terra na região.

A figura nos mostra uma proporção menor de proprietários entre os pais e avós das esposas. Apenas 43% dos pais e 24% dos avós possuíam terra. Entretanto, o tamanho médio das propriedades de pais e avós é maior, quando comparada às posses dos membros da conquista. Na geração dos pais, a diferença não é substancial, mas na geração anterior, os avós que possuíam poderiam ser classificados como "fazendeiros", com uma média de 44 hectares. Em alguns casos, os avós possuíam de 60 a 300 hectares. Nossos dados indicam também que, em geral, pais e avós herdavam e compravam mais terras do que mães e avós. As mulheres quase sempre só possuíam terra por herança dos pais ou do marido. Alguns depoimentos das esposas, nas entrevistas, indicavam que, frequentemente, as filhas eram preteridas na herança de terras com relação aos filhos homens. Em outros casos, a herança feminina era vendida aos irmãos.

Devemos ressaltar que apenas 18 famílias da *Conquista de Terras* receberam terras por herança, e, na maior parte dos casos, após terem comprado a

terra na conquista. Aqueles que eventualmente obtiveram terra por esta via, receberam parcelas diminutas. Isso reflete o desmembramento das propriedades na divisão de heranças. Em muitos casos, pais e avós venderam suas propriedades ainda em vida, restando pouca terra ou nenhuma para herança.

Figura 06 - Padrões Intergeracionais de Posse da Terra entre os(as) Agricultores(as) de Araponga (Esposa)



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2005.

A **tabela 04** representa as ocupações exercidas pelos membros das três gerações, tanto de homens como de mulheres. A maior parte das ocupações se concentra nas atividades agrícolas, nas categorias de trabalhador rural, meeiro, pequeno proprietário rural e fazendeiro. O restante das ocupações foi agregado em *outros*, e referem-se às ocupações que foram registradas uma única vez, como pedreiro, marceneiro, servidor público, comerciante, alfaiate, dentista, dona de casa, costureira, empregada doméstica, parteira, servidor público, vereador e músico. Também existem alguns(as) aposentados(as) e professoras da rede pública. Em todos os casos, estas pessoas exerciam também ocupações agrícolas, e quase todos(as) são, ou foram, pequenos(as) proprietários(as).

Esta tabela complementa e confirma, de certa maneira, os dados apresentados nas figuras 4 e 5, embora não haja um ajuste total dos dados. As figuras 4 e 5 subrepresentam a proporção de proprietários entre pais e avós, pois, em muitos casos, os entrevistados não sabiam nos informar com precisão a área

de terra que seus pais ou avós possuíam. Contudo, sempre se recordavam da ocupação. Dessa forma, a tabela 3 nos permite corrigir esta subrepresentação e observar em maior detalhe as mudanças nos padrões de posse da terra entre gerações.

A **tabela 04** demonstra que os pais dos membros da Conquista são, ou foram, majoritariamente, pequenos proprietários. A proporção de proprietários é bem maior do que a apontada nas figuras 4 e 5. Entre os pais, 71% dos pais dos esposos e 69% dos pais das esposas eram pequenos proprietários. Em relação aos avós maternos e paternos, a proporção de proprietários (pequenos ou grandes) apresenta valores que variam de 45% a 49% (para os avós maternos da esposa) a 56,8% (para os avós paternos da esposa). De todo modo, apesar de possíveis distorções da memória, os valores são substancialmente maiores que nas figuras 4 e 5, embora os padrões gerais sejam os mesmos. Do mesmo modo, uma proporção menor de pais e avós do que a apontada nas figuras 4 e 5 eram exclusivamente meeiros ou trabalhadores rurais sem terra.

Tabela 04 - Estrutura Ocupacional para as Três Gerações de Agricultores(as) de Araponga

PARENTESCO	Esp(o)	Pai	Pai	Mãe	Mãe	Avô Pat.	Avô Pat.	Avó Pat.	Avó Pat.	Avô Mat.	Avô Mat.	Avó Mat.	Avó
OCUPAÇÃO	Prop.	Prop	Esposa	Prop	Esposa	Prop.	Esposa	Prop.	Esposa	Prop.	Esposa	Prop.	Mat.
													Esposa
Trabalhador (a) Rural		6,6% (3)	8,6% (5)	6,6% (3)	12,0% (7)	5,0% (2)	7,2% (4)	17,5% (7)	1,8% (1)	20,0% (8)	20,0% (11)	22,5% (9)	22% (12)
Trabalhador(a) Rural/meeiro(a)		8,8% (4)	5,2% (3)	2,2% (1)	3,4% (2)	15,0% (6)	16,4% (9)	2,5% (1)	7,3% (4)	7,5% (3)	3,7% (2)	2,5% (1)	3,7% (2)
Meeiro(a) /pequeno(a) proprietário(a)		13,3% (6)	6,9% (4)			10,0% (4)	1,8% (1)		12,8% (7)	7,5% (3)	5,5% (3)		
Pequeno(a) Proprietário(a)	89,7% (52)	57,7% (26)	62,0% (36)	71,1% (32)	58,5% (34)	47,5% (19)	36,4% (20)	55,0% (22)	44% (24)	37,5% (15)	43,7% (24)	47,5% (19)	43,7% (24)
Fazendeiro > 52 há		2,2% (1)	5,2% (3)	6,6% (3)	3,4% (2)	12,5% (5)	25,5% (14)	10,0% (4)	24,0% (13)	17,5% (7)	11,0% (6)	17,5% (7)	11,0% (6)
Outros	10,4% (6)	8,8% (4)	12,0% (7)	13,3% (6)	20,6% (12)		3,7% (2)	(2)	(2)	7,5% (3)	9,0 (5)	7,5% (3)	11,0 (6)
Não sabe/não respondeu		2,2% (1)			1,8% (1)	10,0% (4)	9,0% (5)	10,0% (4)	10,0% (6)	2,5% (1)	5,5% (3)	2,5% (1)	9,0% (5)
Totais	100% (58)	100% (45)	100% (58)	100% (45)	100% (58)	100% (40)	100% (55)	100% (40)	100% (55)	100% (40)	100% (55)	100% (40)	100% (55)

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2005.

Prop. = proprietário

Pat. = paterno (a)

Mat. = materno (a)

Esp = esposa (o)

5. A "CONQUISTA DE TERRAS EM CONJUNTO": REDES SOCIAIS, CONFIANÇA E AGRICULTURA FAMILIAR

" A terra pra mim é vida. Terra é esperança, alegria, motivação para que eu possa dar continuidade ao trabalho e ao mesmo tempo me dá estabilidade, segurança, tranqüilidade. Significa liberdade. Hoje a conquista de Araponga trouxe uma tranqüilidade muito grande para as famílias, liberdade de produzir o que quiser e o aumento da auto-estima. Para nós, hoje no município trouxe uma sensação de segurança e capacidade de intervir, modificar, eu falo com mais segurança" (Romualdo, 44, agricultor, pequeno proprietário e técnico CTA-ZM).

5.1. Parentesco e Redes Sociais na *Conquista de Terras em Conjunto*

Nossa pesquisa tem como *hipótese* de trabalho central que redes de relações pré-existentes estruturadas a partir de parentesco e vizinhança constituíram a base de interação que permitiu, através da reinvenção de formas tradicionais de ajuda mútua, superar os problemas de ação coletiva e dar início à experiência da *Conquista de Terras em Conjunto*. As redes de relações permitiram à experiência a sua expansão para círculos cada vez mais distantes e sua institucionalização.

No decorrer da pesquisa e nos depoimentos, constatamos que, em Araponga, como em outras comunidades rurais brasileiras estão presentes tradições de ajuda mútua como as trocas de dias e o mutirão entre vizinhos e parentes (CÂNDIDO, 1987). A troca de dias continua importante para os pequenos proprietários, pois ela é crucial para as tarefas da colheita do café e outras atividades. O mutirão, entretanto, assumiu a forma de uma troca de dias com turmas maiores. Nas comunidades mais afastadas, foi relatado que até pouco tempo atrás este tipo de trabalho estava caindo em desuso, mas que aos poucos os agricultores estão resgatando estas formas tradicionais de ajuda mútua.

A partir da tabulação dos dados e da construção dos sociogramas, constatamos que cerca de 80% dos proprietários de terras tem alguma relação de parentesco entre si. Se fossem contabilizadas formas de parentesco simbólico, como o compadrio, esta proporção seria ainda mais elevada. Infelizmente, nosso questionário não contemplou informações sobre compadrio. A rede social deste grupo mostra-se bastante densa, com grande número de relações redundantes, representadas pelos laços fortes de parentesco. O primeiro sociograma ilustra os fluxos de parentesco entre os proprietários. Os irmãos Lopes, que criaram a experiência e são, portanto, atores chave na história, estão representados pela cor roxa e estão no núcleo da rede. Pela sua importância decisiva para a experiência, utilizamos os irmãos Lopes como *egos* na construção dos sociogramas. É a partir dos *egos* (Neném, Fizim e Bibim) que foi construída a rede de parentesco e o que gerou os demais sociogramas. Todos os donos de terras da conquista são representados com a cor vermelha tomate, sejam homens ou mulheres. Os que estão em branco são os genitores(as) que não possuem terra na conquista, mas que são indispensáveis para a representação das pontes entre as famílias nucleares na construção do sociograma. As mulheres são representadas por losangos e os homens por retângulos; os laços de filiação são representados pela linha preta com a seta ligando pai a filho(a). Optamos por iniciar as linhas de filiação pelo pai e não pela mãe, por causa dos nomes de família, pois como tradição as mulheres adotam os sobrenomes dos maridos após o casamento. Os

casamentos são representados pela linha vermelha. O número que aparece no interior de cada vértice (os atores) é a identificação da pessoa no banco de dados.

Na investigação da intersecção das redes sociais da experiência, iremos progressivamente incluir novos níveis de análise. Isto nos permitirá, ao final, compreender como se articulam parentesco, amizade, vizinhança e participação nos movimentos sociais. Ademais, tentaremos compreender a lógica de expansão da rede incorporando a dimensão temporal. Dependendo das circunstâncias utilizamos ora os grafos posicionados pelo programa *dotty*, ora os grafos gerados pelo programa *lneato*¹⁹ como melhor forma de visualização.

A figura do **Sociograma 01** foi gerada automaticamente pelo programa Dotty, utilizando o recurso de agrupamento dos atores. Esta opção posiciona os atores agrupados por família. O **Sociograma 01**, que denominamos *Redes de Parentesco por Grupos de Família*, nos fornece um rico e complexo conjunto de informações sobre as redes de relações entre as famílias na *Conquista de Terras*. Vale ressaltar, entretanto, que este sociograma ainda não nos permite visualizar a seqüência temporal da expansão da rede, nos apresentando apenas uma imagem sinóptica da estrutura geral da rede.

A primeira informação que salta à vista é que o núcleo central da rede se compõe de pais, mães e filhos e ramificações de uma linhagem relativamente extensa, a família Lopes. Quase todos os pontos se interligam, direta ou indiretamente aos egos centrais. A partir dos irmãos Lopes, Bibim, Fizim e Neném, emerge um entorno no qual praticamente todos os filhos são também membros da conquista. Num círculo à volta desse núcleo, emergem relações com famílias próximas articuladas por meio de relações de casamento. É o caso das famílias Cassimiro, Oliveira, dos Santos, Pereira e outras.

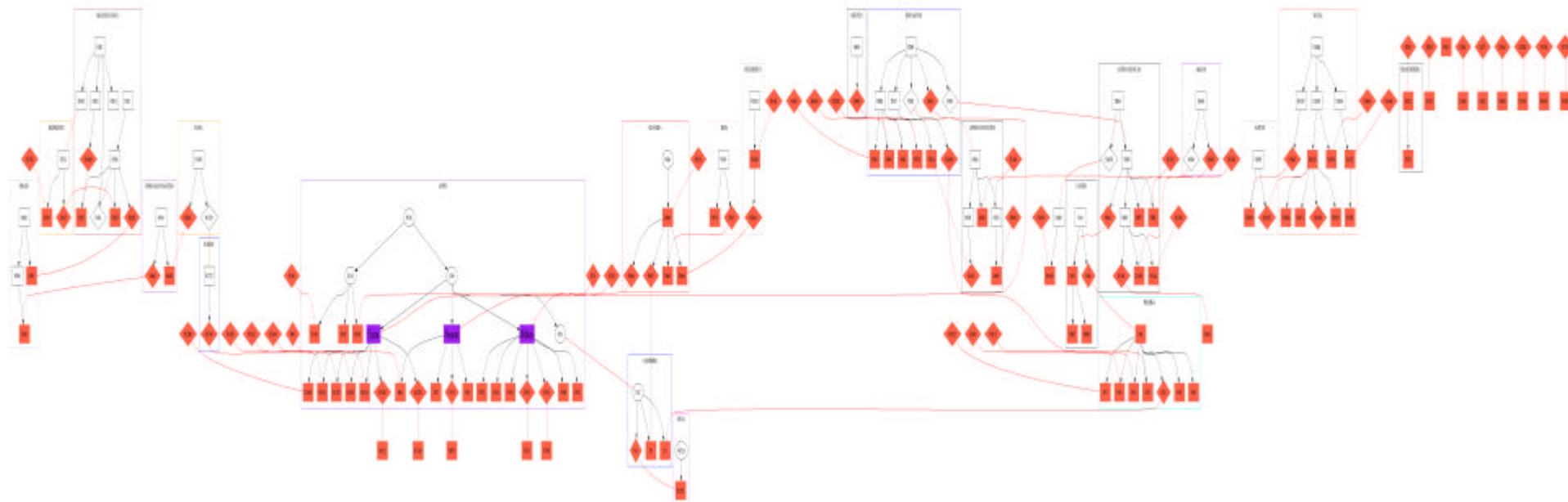
¹⁹ O programa *Dotty* posiciona os atores no plano 2D, de forma a minimizar a sobreposição das ligações. O programa *Dotty* também respeita regras pré-definidas para fixar o posicionamento dos atores como no Sociograma 1 de *Redes de Parentesco por Grupos de Famílias*, no Sociograma 4 de *Relações de Vizinhança*, que agrupa as famílias por região, e no Sociograma 5 de *Estrutura de Rede e Seqüência Temporal das Compras*, que posiciona na mesma linha os atores que realizaram compras no mesmo ano. O programa *Lneato* posiciona os atores agrupando-os de acordo com o grau de ligação entre eles (forma de rede/teia), como mostram os Sociogramas 2 e 3.

Ao visualizarmos o **Sociograma 01**, fica evidente como a conquista foi estabelecida a partir de *Laços Fortes* (GRANOVETTER, 2000), cimentados por relações de filiação ou casamento intra e interfamiliar, caracterizados por redundância de contatos e de relativo fechamento da rede de relações, que tem como ponto central as famílias. Os laços familiares constituem o eixo central através do qual múltiplos contatos entrecruzados se interligam de forma recorrente. A rede estrutura padrões de interação que são, tipicamente, marcados por relações pessoais que ligam os atores em todas as esferas da vida. Informações e formas de apoio mútuo fluem por esta rede através de múltiplos caminhos de ida e volta. Problemas de monitoramento, confiança e informação, típicos de situações de impessoalidade, são mitigados pela presença de laços fortes estruturados por tecidos densos de relações de parentesco e amizade.

O **Sociograma 01** demonstra que a entrada na Conquista de Terras não é aleatória. A probabilidade de acesso à rede é diretamente proporcional ao pertencimento ou vínculo por casamento com algum dos *clusters*²⁰ familiares dos criadores da experiência. No conjunto das 79 famílias participantes da Conquista de Terras, encontramos 21 *clusters* familiares. A maior parte deles estão interligados entre si, por ao menos um laço de casamento, com o conjunto articulado à família Lopes. Um segundo *cluster*, bem menor, agrupa-se a volta da família Souza.

Contabilizando homens e mulheres participantes da compra de terras, 105 indivíduos estão interligados por laços de parentesco, próximo ou distante, à família Lopes. Somente nove famílias (ou 31 indivíduos) não têm vínculos de parentesco com este conjunto, mas tem vínculos entre eles. A seguir **Sociograma 01**:

²⁰ Definimos como *cluster* um agrupamento intra-familiar ou interfamiliar.



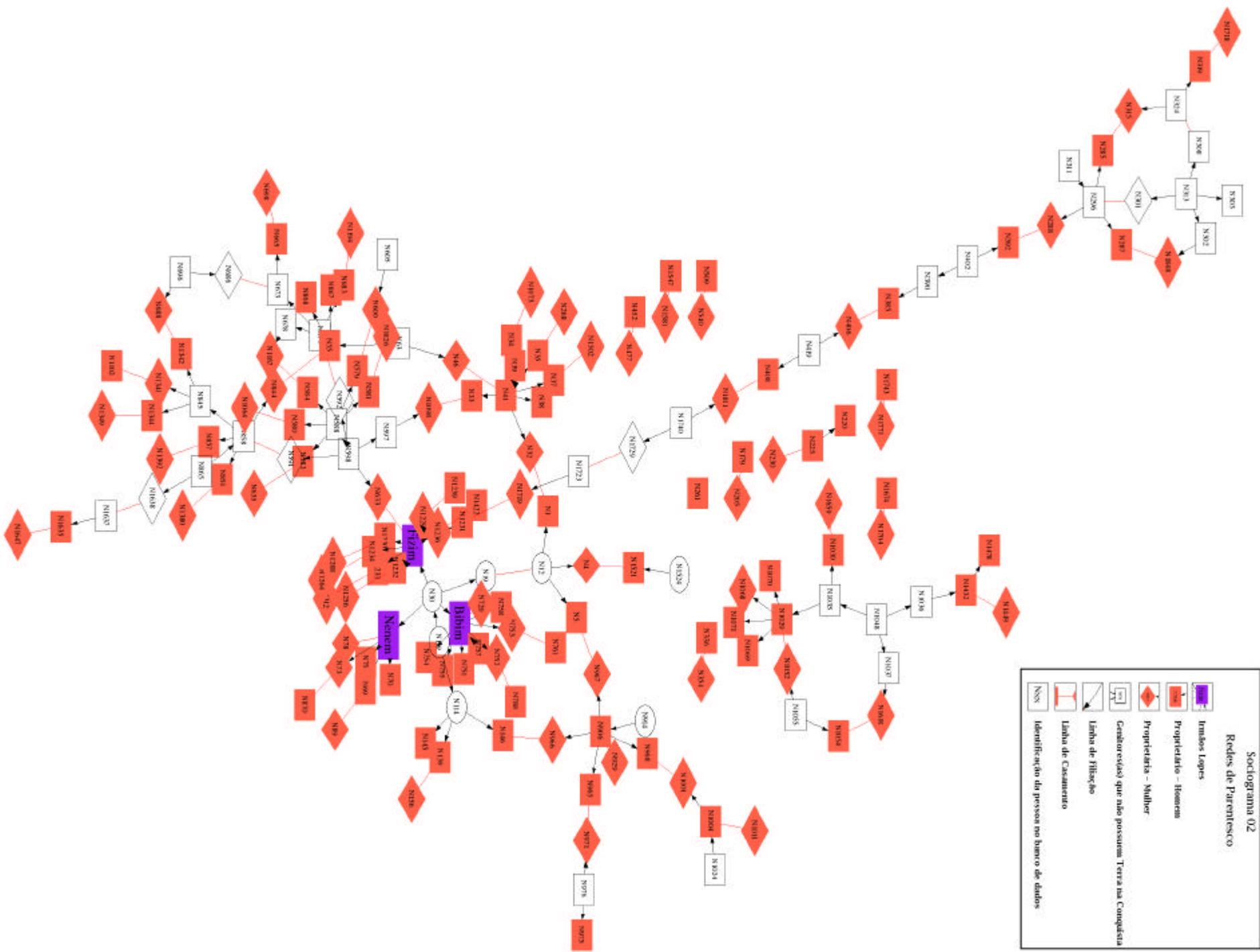
Sociograma 1
 Redes de Parentesco por Grupos de Família

	Irmãos Lopes
	Proprietário - Homem
	Proprietária - Mulher
	Geritoren(s) não possuem Terra na Conquista
	Linha de Filiação
	Linha de Casamento
	Identificação da pessoa no banco de dados

Uma representação alternativa para o mesmo conjunto de dados é ilustrado pela figura do **Sociograma 02**, usando o método *lineato* para fazer o posicionamento dos núcleos da rede. Aqui são eliminados os agrupamentos por família, mas uma visão geral da rede torna-se mais clara por meio de outra organização espacial. A estrutura da rede se assemelha ao de uma teia, com inúmeras ramificações. O conjunto de atores e elos permanece o mesmo, porém o posicionamento minimiza o cruzamento de elos, facilitando a visualização dos padrões de relação entre os atores no interior da rede. O **Sociograma 02**, que denominamos *Redes de Parentesco*, também nos permite visualizar os nós que foram se formando ao longo da rede e que estão relativamente distantes do núcleo central, representado pelos irmãos Lopes. São *clusters* ligados ao núcleo central por conexões de casamento. Apenas nove *clusters* não têm vínculos de parentesco com a rede central.

O **Sociograma 02** nos permite visualizar como as relações de *colateralização* permitem a expansão da rede para além dos círculos originais (BIGGART & CASTANIAS, 2001). Relações colaterais representam garantias adicionais de confiança e reputação para indivíduos de que se tem informação limitada sobre sua confiabilidade. Nas relações colaterais, um membro mais próximo do núcleo da rede serve de ponte, através de seu testemunho e suporte, para a entrada de novos membros com relações limitadas ou eventuais com os egos centrais da rede.

O **Sociograma 02** nos mostra também como os *laços fracos* (GRANOVETTER, 2000), tanto quanto os *laços fortes*, são importantes na constituição de uma rede. *Laços fracos* são caracterizados por interações eventuais e contatos entre pessoas mediados por terceiros, pois eles permitem a expansão da rede para além do círculo familiar original. Alguns grupos têm relações com o núcleo central por conexões indiretas com um grande número de indivíduos. É o caso, por exemplo, do grupo representado na parte superior à esquerda do sociograma.



Sociograma 02
Redes de Parentesco

- Irmãos Loges
- Proprietário - Homem
- Proprietária - Mulher
- Gerador/criador que não possuem Terra na Computação
- Linha de Filiação
- Linha de Casamento
- Identificação da pessoa no banco de dados

Sociograma 02 (Ineato) , Redes de Parentesco

O **Sociograma 03**, a que chamamos de *Redes de Informação*, representa as fontes de contato ou informação a partir das quais os indivíduos ficaram sabendo ou foram convidados a entrar na *Conquista de Terras em Conjunto*. Para a construção desse sociograma também foi utilizado o método *Ineato* para posicionar os atores e elos (que mostra claramente o formato de rede/teia). A partir das entrevistas, identificamos as seguintes trajetórias de contato com a *Conquista de Terras*: através das CEBs (cor roxa), do STR (cor amarela), através de ambos (cor azul clara), parentes (cor vermelha tomate), amigos (cor verde) ou CTA-ZM (cor laranja). Assim, podemos identificar trajetórias de incorporação aos grupos de compra independentes das redes de parentesco, embora, como fique evidente pelo sociograma, a maior parte das famílias identifica o parentesco como a principal fonte de informação sobre a conquista. Os poucos casais isolados não pertencentes às duas redes centrais de parentesco, entraram na *Conquista de Terras* através do contato de amigos (três casos), do STR (quatro casos), e também, em alguns casos, por causa das CEBs e STR (dois casos). Do total de entrevistados, somente um afirmou ter tomado conhecimento da conquista através do contato que teve com o CTA-ZM. Devemos ressaltar que a maioria dos entrevistados citou apenas uma fonte de contato. Cruzando estas informações com a base de dados de parentesco, entretanto, sabemos que muitos dos entrevistados são também vinculados por parentesco muito próximo a membros da conquista e do sindicato. Dessa forma, há sobreposição e redundância nas várias formas de afiliação e redes de informação. De uma forma geral, parentesco e sindicato aparecem como os contatos decisivos para entrada na *Conquista de Terras*.

Os sociogramas 1, 2 e 3 tem em comum o fato de mostrarem como a formação da rede é importante para a realização da experiência. As redes de relações, sejam elas de parentesco ou não, se mostram decisivas para o sucesso e expansão da experiência, aumentando com isso a cooperação e a confiança entre os membros do grupo.

Sociograma 03 (Ineato), Redes de Informação

O **Sociograma 04**, a que denominamos *Relações de Vizinhaça*, nos permite visualizar as relações de vizinhaça a partir dos dados referentes ao local de nascimento ou moradia dos membros da *Conquista de Terras*. De uma forma geral, identificamos em questões específicas do questionário sobre local de nascimento dos indivíduos das três gerações, uma baixa mobilidade espacial das famílias pertencentes à Conquista. A mobilidade geográfica, quando ocorreu, se realizou entre as comunidades do próprio município, ou entre cidades vizinhas. O padrão geral é o de avós, pais e filhos nascerem e residirem na mesma comunidade rural. Isto significa que as relações de vizinhaça são relativamente estáveis e determinam contatos pessoais entre as famílias de longa duração. A migração, permanente ou transitória, entretanto, representou, por vezes, um importante mecanismo de acumulação para a compra de terras pela família. Entre os irmãos Lopes, por exemplo, Fizim morou em São Paulo e trabalhou na construção civil, o que lhe permitiu comprar terra em Araponga e depois retornar.

Com o **Sociograma 04** percebemos que os que entraram na conquista sem pertencer à rede de parentesco, provavelmente, conheceram outros membros por causa do mesmo local de moradia. As ligações em verde representam os casamentos. Pode-se notar que os casamentos estabelecem laços entre as famílias das comunidades e estreitam mais os laços de vizinhaça. A maioria das famílias da conquista estão concentradas em apenas sete comunidades.

Vale ressaltar que, mais uma vez, os sociogramas corroboram nossa hipótese de trabalho central, de que redes de relações pré-existentes estruturadas a partir de parentesco e vizinhaça constituíram a base de interação que permitiu dar início e expansão da experiência. A estrutura da rede de relações da conquista de terras revela-se densa e, até certo ponto, fechada, pois os que não são parentes (que são poucos) tem relações de vizinhaça, compadrio e de afiliação comum a instituições como as CEBs e o STR.

Sociograma 04 (dotty) Relações de Vizinhança

O **Sociograma 05**, *Estrutura de Rede e Seqüência Temporal das Compras de Terras* combina vários níveis de informação. Redes de parentesco, origem da informação sobre a conquista e o uso do Fundo de Crédito Rotativo são visualizados no contexto da seqüência temporal das compras de terras. Os atributos representados utilizam as mesmas notações dos sociogramas anteriores. Um novo elemento é acrescentado para representar o uso do empréstimo do fundo rotativo, o contorno forte com fundo branco, mantendo a cor do atributo original.

A partir do **Sociograma 05**, *Estrutura de Rede e Seqüência Temporal das Compras*, podemos analisar a combinação de duas variáveis importantes: a primeira, a seqüência temporal de entrada de novos membros e suas relações de parentesco; a segunda, que membros obtiveram empréstimos do Fundo de Crédito Rotativo.

Em relação à entrada de novos membros, o ganho de informação em comparação com os **Sociogramas 01** e **02** - que são estáticos - identifica que os membros de uma mesma família não entraram na conquista na mesma época. O padrão de expansão familiar conjuga eixos verticais e horizontais, em que laços que unem irmãos e cunhados permitem expansão horizontal e laços que unem pais e filhos permitem expansão vertical. É freqüente na conquista investimentos em terra para os filhos, mesmo jovens, num segundo momento, para garantir a continuidade da condição de pequeno proprietário nesta geração. De acordo com os depoimentos, essa preocupação em comprar terra para todos ou a maioria dos filhos, ou auxiliar os filhos a comparem sua própria terra, está mudando a tradição de que os filhos possuíssem terra somente por herança ou doação. O sociograma comprova que as redes de relações, sobretudo, as de parentesco, foram primordiais no início da experiência. Os laços articulados pelos vínculos com o sindicato, as CEBs, os amigos se entrelaçam com a rede de parentesco.

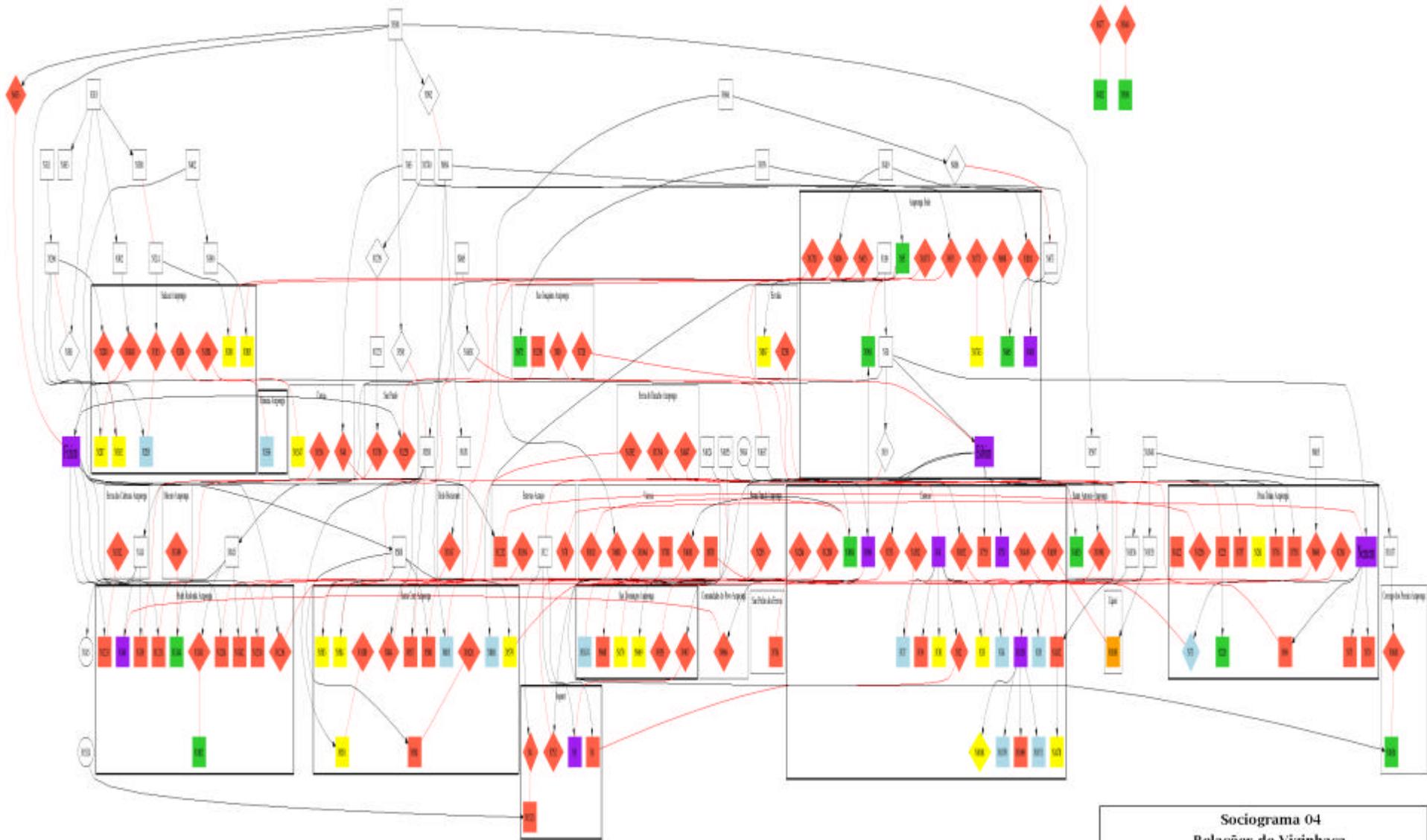
No que se refere ao fundo rotativo, o sociograma revela também que um número muito limitado de não-parentes (entenda-se: não vinculados por laços de parentesco à rede central) teve acesso aos recursos do fundo. Dos 33 membros que acessaram o fundo, apenas quatro não tem relações de parentesco entre si.

Vale ressaltar, entretanto, que, dentro de um universo de 79 famílias que conquistaram terra, 69 têm laços de parentesco e dez não têm laços de parentesco. Podemos concluir, pois, que o acesso ao crédito corresponde respectivamente à 42% no grupo que possui laços de parentesco e de 40% ao grupo que não possui laços de parentesco, mas entraram na conquista via STR. Não há, pois, diferença significativa no acesso aos recursos do fundo em relação ao pertencimento a grupos de parentesco do núcleo da rede.

Os sociogramas construídos a partir do questionário semi-estruturado nos permitiram mapear as redes de parentesco, amigos, vizinhança e instituições que se tornaram aliadas da experiência. A trajetória da *Conquista de Terras em Conjunto* nos mostra a possibilidade de que pequenas organizações locais, a partir de iniciativas próprias, sejam capazes de reinventar formas de solidariedade e cooperação, permitindo superar os dilemas da ação coletiva. A rede, como um conduto, permite que novos tipos de relações sejam construídos, sobrepondo novos laços à rede inicial, que era constituída inicialmente de laços de parentesco. A experiência da conquista não somente partiu de, mas também gerou, um conjunto de relações cruzadas de laços de parentesco, de amizade, de vizinhança e de pertencimento a organizações.

A partir da interação com outros grupos e interesse de outros atores externos em conhecer mais a fundo a experiência dos agricultores familiares de Araponga, a estrutura da rede tende a se ampliar para outras comunidades e/ou grupos que buscam superar o problema de acesso à terra.

Na página seguinte podemos visualizar o **Sociograma 05**:



Sociograma 04
Relações de Vizinhaça

Agrupamentos por localidade

 CEBs	 CEBs e STR
 Parentesco	 Amigos
 STR	 CTA
 Genitoristas) que não possuem terra na conquista	
 Linha de Filiação	 Linha de Casamento

Sociograma 05 (dotty) Estrutura de Rede e Sequência Temporal das
Compras de Terras

5.2. Formas de Monitoramento e Confiança na *Conquista de Terras em Conjunto*

A Conquista de Terras em Conjunto foi desenvolvendo um complexo sistema informal de monitoramento e coleta de informações sobre os membros potenciais. A reputação de confiabilidade, honestidade e trabalho dos membros é cuidadosamente avaliada através de contatos pessoais. Como a realização das compras é dependente da confiança pessoal dos membros, a seleção do grupo é decisiva para superar os dilemas de ação coletiva e mitigar as oportunidades de oportunismo. A presença de laços fortes de confiança permite que as transações sejam realizadas sem a presença de garantias formais ou documentos. O perfil da pessoa que quer comprar terra, em essência, deve ser o de uma pessoa trabalhadora e que se envolva com a comunidade, segundo Seu Neném,

"A primeira coisa é saber se ele gosta de trabalhar. Dentro do trabalho dele, se ele é honesto com o trabalho que ele faz, não importa o trabalho que ele faz na vida, a gente quer saber, primeira coisa. Se ele não é muito intriguento, porque tem pessoa que intriga demais da conta, tem as intrigas no bom sentido também. (...) A primeira coisa é isso, não importa o jeito de ser da pessoa não, assim, jeito de ser é diferente cada um tem o seu jeito de ser, um é mais calado outro é mais alegre, um é mais falador, o importante é se ele é coerente com aquilo que ele faz, assume, essa é uma primeira preocupação que a gente tem. Agora de particular, de religião da pessoas, a gente não toca nisso, é muito complicado se levar por esse lado aí. A questão é mais profissional do que pessoal, particular das pessoas a gente não entra nesse detalhe. Nem religiosa (...). Nem partido político" (Seu Neném, 55 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Ainda de acordo com Seu Neném, antes do Fundo de Crédito Rotativo, os membros da conquista também tinham a preocupação de não gerar desconfiança entre nas pessoas. Por isso não exigiam notas promissórias ou qualquer outro tipo de documento aos interessados em comprar terra,

"A gente não exigia nada para eles não desconfiar e confiar na gente. Porque, se talvez a gente exigisse eles iam desconfiar. Eles falavam também que promissória podia acelerar um juro encima e tomar o que era deles. Então, não exigimos nada, se vai pagar com as arrobas de café, não tem documento não. No passado eles falavam que *documento era fio de barba*" (Seu Neném, 55 anos, agricultor e pequeno proprietário).

O grupo foi consolidando laços de confiança no decorrer da experiência da *Conquista de Terras em Conjunto*, possibilitando a criação de pequenos grupos para outras finalidades como, por exemplo, para a compra de um trator e a construção de um engenho coletivo. Os laços de confiança iniciais foram cruciais para se firmar bases sólidas para a ampliação da experiência, que por sua vez, permitiram ampliar a cooperação entre os membros da conquista para outras esferas (PUTNAM, 1996).

Podemos perceber também que novas modalidades de confiança se desenvolvem com a expansão da conquista. Utilizando a tipologia de ZUCKER (1986), diríamos que para além da confiança pessoal e das reputações, que continuam sendo os principais mecanismos de seleção dos membros, emergiram formas de confiança institucional à volta do STR. Em função do sucesso das compras já realizadas, alguns trabalhadores rurais passaram a colocar seu dinheiro sob a guarda do sindicato para compras futuras. As fontes de confiança transferiram-se também para o sindicato como instituição,

"A gente confia, inclusive no sindicato, por exemplo, porque a gente vê que o sindicato é uma instituição que representa a gente, o trabalhador. Então aí tem que confiar, porque se não tiver um sindicato, a gente fica muito solto assim, sem nenhuma segurança, né?" (Seu Cosme, 57 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Mesmo os proprietários rurais que desejam vender terra também passaram a procurar o sindicato, em função da reputação de pagamento pontual, numa inversão dos padrões anteriores.

Em relação a outros tipos de instituição, os agricultores agem com muita cautela. De acordo com os depoimentos, eles desconfiam das instituições públicas e da Igreja Católica tradicional, mas afirmam que confiam em uma instituição, ou não, em função do conhecimento pessoal dos membros que a compõem. O depoimento de Paulinho é bem esclarecedor neste aspecto,

"(...) para falar de instituição eu vou ter que ver o perfil dela, o primeiro passo é isso aí para mim confiar. Se eu tiver a oportunidade de ver o perfil da instituição eu posso passar a confiar nela, senão eu irei confiar em grupos, de trabalhadores. Tipo assim, se perguntar vai fazer um trabalho desse lá em Pedra do Anta eu ia ter que ir mais fundo no

sindicato para eu saber a forma deles trabalhar até que ponto que existe uma segurança naquilo que eles fazem. Senão, eu ia partir muito da base, muito do trabalhador, sabe como? Eu ia lá para fazenda trabalhar com o peão, trocar dia com ele, começar a conhecer ele, melhor a cabeça dele, ver o que ele pensa, o que ele imagina, começar a falar com ele disso, para mim ver a influência dele, a partir daí, agora a instituição eu vou ter que ver o perfil dela, sabe? Isso é complicado. Uma coisa sabe? No meu ver é muito melindroso, tem que ir muito com o pé no chão, muito devagar, com muita cautela. O que a gente teve que usar várias estratégias, vários mecanismos aqui no início, sabe? Então, eu te falar isso, sei lá, tomara que não tenha que ser assim tão elitista igual a gente imagina e leve a gente para outro lugar" (Paulinho, 41 anos, agricultor e pequeno proprietário).

O depoimento de Paulinho nos relembra a tipologia de ZUCKER(1986) sobre as três modalidades de produção da confiança, que consiste em confiar primeiro na pessoa através de sua reputação e em momento posterior nas instituições da qual esta pessoa faz parte. Já no caso da *Conquista de Terras em Conjunto*, a mesma já é procurada pela sua reputação enquanto instituição perante proprietários de terras que desejam vender parte de suas terras e, também, perante trabalhadores rurais sem terra que desejam comprar pequenas quantidades de terras.

Uma das características mais importantes da *Conquista de Terras em Conjunto* foi, justamente, a capacidade de criar laços fortes, a partir da confiança interpessoal, dentro da própria comunidade, que tem como elemento chave a família. Os laços interpessoais dentro de relações de parentesco ou de uma comunidade permitem fortalecer o senso de identidade, pertencimento e objetivos comuns de um grupo. A *Conquista de Terras* mobilizou, inicialmente, redes de relações internas às relações de parentesco entre irmãos, cunhados e primos. Entretanto, em um segundo momento, mesmo que em menor escala, o grupo foi capaz de estabelecer laços para além do convívio familiar, ampliando círculo de relações da rede. Primeiro, com os companheiros que participavam das reuniões das CEBs. No primeiro grupo de compra, em 1989, dois dos participantes eram parentes dos irmãos Lopes, enquanto os outros dois eram conhecidos das reuniões das CEBs, e moravam, na época, em outro município. Em um terceiro momento, o grupo foi capaz de estabelecer laços com aliados externos, como o CTA-ZM que também tem dois compradores de terras que por

sua vez foi o elo de ligação entre mais dois compradores e, por último, a Fundação Ford que financiou o Fundo de Crédito Rotativo que ficou sabendo da experiência através do CTA-ZM. Devemos ressaltar que, com o passar dos anos, com a realização de compras de terras, mais famílias foram incorporadas à rede, às vezes sendo um filho, ou depois um pai, um cunhado e passaram alguns anos, depois outro membro da uma mesma família e assim até fechar a rede de uma única família.

Inicialmente, os laços de parentesco foram de fundamental importância para o estabelecimento da experiência. Empréstimos no interior da família, seguindo padrões tradicionais de ajuda mútua, foram sustentados pela presença de obrigações de reciprocidade e compromisso cimentados pelos laços de parentesco.

A origem das formas tradicionais de ajuda mútua, segundo CÂNDIDO (1987), é objeto de discussão; o fato é que se trata de uma prática tradicional. O mutirão permite, seja através das trocas de dias entre várias famílias, solucionar o problema da falta de mão-de-obra em momentos críticos em propriedades que tem como força de trabalho somente os membros da família. Basicamente o mutirão acontece na época de maior demanda por trabalho, como capina, plantio e colheita e, eventualmente, para realizar alguma construção de moradia ou na manutenção de estradas. O mutirão incorpora em sua prática, para além da mera realização de um trabalho, formas de sociabilidade e cooperação entre os agricultores familiares. No caso da *Conquista de Terras*, das 79 famílias entrevistadas, 53% dos homens participam de mutirões e 83% realizam trocas de dias entre os vizinhos, que podem ser parentes e/ou amigos, independente de fazerem parte da *Conquista de Terras*. Já entre as mulheres, por serem responsáveis pelos cuidados com os filhos, com a casa e o preparo do almoço, apenas 8% já participou ou participariam de mutirão e 44% participam de trocas de dias nas épocas em que se exige maior serviço.

Posteriormente e de forma gradativa, a experiência incorporou pessoas de círculo de relações cruzadas cada vez mais amplo, envolvendo parentes um pouco mais distantes, vizinhos, famílias interligadas por casamento e relações

indiretas com os membros da compra de terras. A relação das famílias que participaram da *Conquista de Terras em Conjunto*, entre 1989 e 2005, revela a presença de um conjunto limitado de sobrenomes. Uma rede densa de relações, de maior ou menor proximidade, liga os membros do grupo. Em todos estes casos, garantias de confiança eram derivadas do conhecimento prévio dos postulantes por algum membro da rede inicial. Posteriormente, além da institucionalização das regras da compra, com os dez mandamentos, a escolha dos novos membros passou a se realizar através de informações colhidas por meio das redes de relações estabelecidas na comunidade. Esta precaução com a vida pregressa do candidato a entrar em uma compra, diminui os riscos de oportunismo. Segundo seu Neném,

(...) bem que a gente conhece o povo do município inteiro, pelo menos daqui, mas mesmo quando é mais longe, de outro município a gente procura saber um pouco por fora, assim, como que é a vida da pessoa, a gente procura ver, para a gente saber se é que ele enquadra. Uma das coisas que a gente olha é se a pessoa participa de alguma coisa, porque uma pessoa que não participa de nada, a gente entende que é individualista. Se ele é individualista, ele não vai dar certo, ele vai entrar e vai complicar" (Seu Neném, 55 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Com a entrada de novos membros na experiência, o grupo viu a necessidade de traçar alguns critérios para selecionar os pretendentes a comprar terra em conjunto. Seu Bibim também ressalta a importância de se conhecer previamente as pessoas que querem entrar na *Conquista de Terras*,

"A principal coisa é ser trabalhador, que está na luta. Se é necessitado. Que a pessoa tenha vontade de fato, de estar lutando. Escrevemos os dez mandamentos, tem que ter critério uma vida em conjunto. Você vai colocar um assaltante? Fica ruim. Tem gente que nem é tão confiado, mas parece que entra no grupo e conserta. Ser solidário, ter um pouco dos índios, dividir, aquilo vai passando... Não existe gente boa, nem má, existe gente mal formada. Nós também ligamos a nossa luta com o sistema político inteiro, porque não pode ser separado" (Seu Bibim, 59 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Paulinho, que foi presidente do sindicato por dois mandatos, também enfatiza a necessidade de buscar saber o maior número de informações sobre a

pessoa que deseja entrar na compra de terra. Ele afirma que é por causa dessa precaução que até hoje nunca houve casos de inadimplência no grupo, e nem outros tipos de problemas.

Se a confiança é o “cimento” da experiência da Conquista de Terras em Conjunto, a desconfiança é sua outra face. Nem todos, sejam conhecidos ou estranhos, merecem confiança cega. Uma cuidadosa coleta informal de informações sobre as reputações dos prováveis membros estabelece os limites da expansão da rede. Tal como em outros contextos de ação econômica, mecanismos de monitoramento, formal ou informal, procuram reduzir os riscos de oportunismo típicos de situações de troca e crédito com grande número de participantes.

No caso em estudo, as CEBs, o Sindicato, o Fundo de Crédito Rotativo, a Cooperativa de Crédito e as demais iniciativas organizativas e os laços com outras instituições representam uma forte interação horizontal entre todos os envolvidos na conquista de terras, que permitem que as informações a respeito das instituições e das pessoas fluam entre os participantes. Estes meios de interação constituem, assim, uma forma essencial de capital social. Segundo PUTNAM (2002),

"Eles facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos. Os sistemas de participação cívica permitem que as boas reputações sejam difundidas e consolidadas. [...] a confiança e a cooperação dependem de informações fidedignas sobre o comportamento pregresso e os atuais interesses de virtuais participantes, ao passo que a incerteza reforça os dilemas de ação coletiva. Assim, mantidas as demais condições, quanto maior for a comunicação (tanto direta quanto indireta) entre os participantes, maior será a sua confiança mútua e mais facilidade eles terão para cooperar" (PUTNAM, 2002: 183).

5.3. A Conquista de Terras em Conjunto e os Atores Externos: o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Fundação Ford e a Criação do Fundo de Crédito Rotativo

"Eu comprar terra? Não vai ser fácil! (...) "nós vamos ter que arrumar um jeito, a gente empresta um pouco a vocês". Emprestou café, boi, eles tinham uns bois grande pra vender, a gente pesou os bois e emprestou para a gente vender para poder estar pagando. (...) Olha a gente pesava assim: 50 arrobas de café, aí devolvia as mesmas 50 arrobas de café. Podia ser o mesmo café ou o valor em dinheiro, com o boi a mesma forma. (...) a gente conseguiu pagar com menos de dois anos, a gente pagou tudo."(Paulinho, 41 anos, agricultor e pequeno proprietário).

A história de criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araponga não é muito diferente da criação de outros sindicatos da região da Zona da Mata. O sindicato foi criado a partir das lideranças que também participavam do MOBON e das CEBs, e que foram impulsionados por padres e leigos que trabalhavam na Comissão Pastoral da Terra - CPT, na região. No contexto de redemocratização de fins dos anos 80, estes novos sindicatos assumiram uma postura crítica diante das posições da estrutura sindical corporativa já existente, ligada à estrutura patronal que oferecia serviços assistenciais e da previdência social. Em alguns municípios, haviam apenas sindicatos patronais, o que significava a tutela dos trabalhadores pelos grandes proprietários. Vários dos novos sindicatos estavam mais próximos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), do que da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais) (COMERFORD, 2003:257-325).

As lideranças sindicais de Araponga lembram que, em um primeiro momento, a proposta de se criar o sindicato não foi muito bem aceita pelos trabalhadores rurais. Propostas concorrentes sugeriam um modelo de sindicato

assistencialista, que tratasse exclusivamente demandas entre patrões e empregados visando questões trabalhistas e benefícios. Em Araponga, o desejo das lideranças ligadas às CEBs era de se criar um sindicato diferente, que se preocupasse com as condições dos meeiros, a organização dos trabalhadores e os problemas específicos da agricultura familiar. Segundo Seu Neném,

"Quando criou o nosso sindicato eu disse que tem uma diferença do sindicalismo da região, que nós tinha um pouco de resistência em questão do sindicato, porque aqui tem um sindicato patronal, sindicato rural e a gente tinha uma dúvida, a gente não sabia separar o sindicato patronal, o sindicato rural (...) a gente não sabia separar o sindicato rural com o sindicato dos trabalhadores rurais, não, para a gente tudo era o mesmo (...). Fez parte deles apenas para pagar mensalidade (...). Quando começou os outros da região também o que eles falavam não identificava muito bem com a gente. Nessa época falava muito em patrão e empregado. Não tinha questão de meeiro, tratava mais de discutir questão de lei (...). Assim, criamos nosso sindicato pensando numa postura diferente. O primeiro assessor que venho aqui falar de sindicato aqui da CPT, não deu muito certo, porque falava nessa direção de sindicato de patrão e empregado e não funcionou, teve que vir outro [Também da CPT] E o dia que venho um que era também pequeno proprietário (...) o entendimento foi fácil, fácil (...). Quando encontrou alguém que falava a nossa língua foi fácil" (Seu Neném, 55 anos, agricultor e pequeno proprietário).

O CTA-ZM e a CPT foram importantes aliados das lideranças das CEBs no processo de fundação do sindicato em Araponga. Com a fundação do CTA-ZM, em 1987, e a vinda de outro integrante da CPT, João Cândido, que falava a "mesma língua" dos agricultores (segundo seu Neném), a criação do sindicato começou a ser discutida e, em 1989, o sindicato foi fundado. As lideranças do STR de Araponga tinham afinidades com as propostas do CTA-ZM, que pretendia transformar o modelo de agricultura e valorizar a produção da pequena propriedade. Mesmo não sendo o seu foco de atuação, o CTA-ZM eventualmente assessorava os agricultores sobre questões sindicais. O seu trabalho junto aos agricultores concentrava-se na adoção de práticas da agricultura alternativa frente ao modelo dominante. No mesmo ano em que se fundava o sindicato, realizava-se também a primeira compra coletiva de terras, fora do âmbito familiar. O grupo que fundava o sindicato era também aquele que organizava e mobilizava os meeiros e trabalhadores rurais para a compra de terras.

Antes da fundação do CTA-ZM aconteceram outras iniciativas importantes para a consolidação do grupo que se propunha trabalhar com agricultura alternativa. Em 1975, alguns jovens, estudantes da Universidade Federal de Viçosa se uniram e criaram o Grupo Alfa de Ecologia. Este grupo propunha discutir as questões ambientais como um todo e a partir dele surgiu a comunidade Alfa que posteriormente seus integrantes se uniram e compraram o terreno onde se localiza a sede do CTA-ZM na Violeira, no ano de 1979. Em 1982, foi fundado o GAAV - Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa também buscando se opor à visão dominante da agricultura tecnificada difundida na universidade. Estes grupos passaram a participar de encontros fora de Viçosa e a estabelecer contatos com outros grupos alternativos, entre os quais a Rede de Belo Horizonte e a Rede PTA - Projetos de Tecnologias Alternativas do Rio de Janeiro, desenvolvido pela FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional).

Em março de 1987, Edmar Gadelha, da Rede BH, propõe um Encontro de Agricultura Alternativa para a região envolvendo 15 municípios representados por sindicatos de trabalhadores rurais²¹. No encontro foram abordados temas sobre os impactos negativos da revolução verde no meio ambiente e, de outro lado, as práticas agrícolas alternativas, como compostagem, cobertura morta, caldas naturais entre outros. O encontro também serviu de base para se discutir a proposta de criação de um centro de formação de agricultura alternativa em Viçosa, o que culminou em novembro de 1987 com a criação do CTA-ZM.

O contato com o pessoal de Araponga aconteceu através de um assessor das CEBs. Segundo um dos técnicos do CTA-ZM, foi "amor a primeira vista", pois as propostas da agricultura alternativa interessaram aos agricultores trabalhadores rurais e pequenos proprietários de Araponga. Em 1993, o CTA-ZM realizou um diagnóstico em Araponga para elaborar um plano de ação com o sindicato, e foi a partir dele que se estruturaram grupos e comissões de trabalho, segundo o técnico do CTA-ZM,

²¹ Anteriormente, Edmar Gadelha havia sido assessor da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), o que facilitou o contato com os sindicatos de diferentes municípios da região para a organização do encontro.

"Então [a partir do diagnóstico], o pessoal começou a trabalhar com sementes, com conservação do solo, com produção animal e também tinha a proposta de trabalhar com sal mineral, tinha os campos de sementes, tinha experimento com leguminosas" (Breno, fundador e técnico CTA-ZM).

O diagnóstico em Araponga gerou subsídios para que o CTA-ZM começasse o trabalho com sistemas agroflorestais. Inúmeros receios rondavam os agricultores(as) em torno da criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, cuja implementação estava prevista, mas que ainda não havia sido discutida com as comunidades. Nesse processo, o CTA-ZM exerceu papel fundamental, ao mobilizar e envolver os agricultores no processo de criação do parque, que foi finalmente estabelecido em 27 de setembro de 1996. O CTA-ZM desenvolve um Programa de Conservação da Mata Atlântica da Serra do Brigadeiro, que busca valorizar o ecossistema e a população local através de atividades como cafeicultura orgânica, agroturismo, ecoturismo, apicultura e o melhor aproveitamento das plantas medicinais e dos quintais (Revista CTA 15 anos, 2002).

Em 2001, foi concluído o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Araponga²², que também contou com a elaboração de um diagnóstico. A equipe para a realização do plano foi composta por representantes de diversas entidades governamentais, não governamentais e da comunidade, como STR, AFA (Associação dos Agricultores Familiares de Araponga), CTA-ZM, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais), EPAMIG-ZM (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Zona da Mata) e IEF (Instituto Estadual de Florestas). Os principais problemas apontados foram a ausência de política agrícola e agrária, e o uso de agrotóxicos nas lavouras²³. A partir do Plano, foi criado o Conselho Municipal de

²² *Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável*, Araponga-MG, set. 2001. O plano pode ser solicitado junto à prefeitura de Araponga e também está disponível no site do CTA-ZM: <http://www.ctazm.org.br>

²³ Como política Agrícola e Agrária foram relatados os seguintes problemas: falta de política agrícola para manter os agricultores no campo; falta de crédito, juros altos; falta de garantia do preço do café; falta de uma alternativa para cultura do café; falta de apoio para a aquisição da terra; falta arrumar estradas para permitir o melhor escoamento da produção e transportes para os insumos de produção; falta de apoio para construir terreiros de secagem de café; falta de lei que regulamente o uso de agrotóxicos e apoio à agroecologia, além do problema do grande uso de adubo químico nas lavouras.

Desenvolvimento Rural Sustentável, que tem caráter consultivo, orientativo e deliberativo. De funcionamento permanente, conta com 31 conselheiros, dentre os quais, um representante do STR - Araponga, um da AFA e dezesseis representantes dos agricultores familiares de Araponga. Assim como no diagnóstico em 94, a mobilização para a criação do parque e o diagnóstico para a realização do plano de desenvolvimento fez com que os agricultores de Araponga mantivessem com o CTA-ZM uma relação de trabalho e muita afinidade, participando ativamente de suas instâncias decisórias, como conselho, diretoria, programas e atividades.

O trabalho do CTA-ZM, em conjunto com 9 sindicatos em 15 municípios da Zona da Mata, enfatiza a temática da agroecologia na agricultura familiar. Sobre os primeiros contatos com Araponga, os técnicos do CTA-ZM relembram,

"O contato nosso com Araponga foi através de um assessor das CEBs. (...) [em 87] foi amor a primeira vista, entendeu? O discurso que a gente chegou falando...o que era agricultura alternativa...a idéia do CTA-ZM...aí o pessoal abraçou aquilo na hora..." (Ferrari, fundador, coordenador executivo e técnico CTA-ZM).

"(...) a gente discutiu num primeiro bloco a modernização da agricultura...essa coisa dos venenos, agrotóxicos. (...) eles queriam trabalhar uma coisa diferente...já queriam trabalhar alguma coisa diferente mesmo, não é trabalhar com agricultura de veneno ou empresarial, ou não sei o quê..." (Breno, fundador e técnico CTA-ZM).

Desde então, muitos trabalhos e cursos de formação foram realizados na sede do CTA-ZM, em Viçosa, em Araponga e em outros municípios. A dificuldade inicial, como relatam os próprios técnicos, foi que, em alguns municípios, o sindicato procurava representar apenas os interesses dos meeiros e trabalhadores rurais em questões trabalhistas, relegando a segundo plano os interesses dos pequenos proprietários e as questões de organização produtiva. A dificuldade era exatamente essa: como falar de uma agricultura alternativa para pessoas que não possuíam terra? Nesse sentido, os próprios agricultores da *Conquista de Terras*, e mesmo os técnicos avaliam que, de certa forma, o trabalho do CTA-ZM exerceu influência na conquista, no sentido dos agricultores poderem fazer o trabalho agroecológico em suas próprias terras.

Influência indireta, pois o próprio CTA-ZM, de acordo com o depoimento dos técnicos, só ficou sabendo que estavam sendo feitas compras de terras em 1995. Nesse período, de 1989 até 1995, foram realizadas 9 compras de terras, envolvendo 24 famílias. Segundo um dos fundadores do CTA-ZM,

"Vale a pena explicar o seguinte: que esse trabalho de *Conquista de Terras*, apesar de ver isso hoje, a gente percebe que teve uma influência do CTA-ZM na motivação desse trabalho, mas não era parte do nosso trabalho. Nós não fazíamos nada em relação a *Conquista de Terras*... coordenação deles. Muito tempo depois é que a gente foi descobrir que estava acontecendo essa conquista de terra lá". (Ferrari, fundador, coordenador executivo e técnico CTA-ZM).

Em relação aos dez mandamentos, também aconteceu o mesmo. A equipe do CTA-ZM tomou conhecimento deles em 1995, após uma avaliação externa feita pela FASE do Rio. O dez mandamentos haviam sido elaborados entre 1994 e 1995, pelos membros da conquista. Também não houve participação do CTA-ZM na sua redação final. No entanto, a linguagem de alguns dos Dez Mandamentos indicam, certamente, uma reelaboração de temas do discurso agroecológico.

Em 1997, um representante da Fundação Ford, em visita a projetos coordenados pelo CTA-ZM, tomou conhecimento da experiência e destacou a sua importância. O representante da Ford aconselhou o CTA-ZM a incluir no seu projeto à fundação, dotação de recursos a serem destinados a criação de um Fundo de Crédito Rotativo para a *Conquista de Terras* e que fosse gerenciado pelo STR. Com a aprovação do projeto em 1998, um fundo de 15 mil dólares foi doado em uma primeira parcela pela fundação para servir de capital de giro. Uma segunda parcela foi doada e mais 15 mil dólares foi revertido para o Fundo de Crédito Rotativo (na época as duas doações somaram em torno de 45 mil reais). O recurso foi repassado diretamente para o STR de Araponga,

"Como eles já tinham todo um processo de gestão autônoma disso, a gente negociou da gente receber o recurso e repassar o recurso para eles, e quem faria a gestão do Fundo de Crédito Rotativo eram eles e não o CTA-ZM. A fundação teve essa preocupação de quem ia fazer a gestão... eles já tinham uma experiência" (Ferrari, fundador, coordenador executivo e técnico CTA-ZM).

Após a doação da Fundação Ford, por exigência do projeto, o empréstimo do fundo rotativo passou a ser feito com um recibo do sindicato, com o valor emprestado e o equivalente em arrobas de café. Ao pagar o empréstimo, a pessoa ganha um recibo de quitamento da dívida.

Segundo relatos de membros do sindicato que gerenciam o fundo de crédito, os recursos do fundo vêm aumentando, em virtude do empréstimo ser cotado em arrobas de café. Em outros momentos, houve perdas. Mas no geral, o capital de giro do Fundo de Crédito Rotativo teve pequenos aumentos desde a sua criação.

Um dos critérios para pegar empréstimo do Fundo de Crédito Rotativo é não ter terra. Como as compras geralmente variam de 1 a 6 hectares, acontece de uma mesma pessoa realizar mais de uma compra de terra após o quitamento da primeira compra. Caso essa pessoa já tenha feito empréstimo do fundo de crédito, ou já tenha um pedaço de terra mesmo que seja pequeno, ele não poderá pegar empréstimo do fundo de crédito novamente. Este é destinado somente para os que não possuem terra. Mas existe uma exceção, que já aconteceu duas vezes: se uma pessoa dentro do grupo quer vender a terra, e o vizinho está interessado e não tem dinheiro para pagar, o fundo faz o empréstimo para que a mesma não seja vendida para pessoas estranhas ao grupo. Quem tem interesse em vender a terra deve dar preferência aos companheiros da conquista que compraram junto com ele, ou do movimento. No geral, a venda de terra pelos membros da conquista é um evento raro. O que tem acontecido com mais frequência é a troca de terra entre as famílias envolvidas, para ficarem perto de outros familiares ou por preferirem outra área.

O uso do Fundo de Crédito Rotativo, entretanto, continua sendo apenas uma das modalidades de pagamento para a compra de terras utilizadas pelos agricultores. A partir das entrevistas e dos questionários constatamos que existem quatro formas de efetuar o pagamento da terra. A primeira consiste em pagar a terra *à vista para o dono da terra, com recursos próprios e empréstimos*, o que equivale à 44% dos casos (35 pequenos proprietários).

Os recursos próprios consistem em economias em dinheiro do trabalho à

meia ou outras fontes, venda de bens móveis, como bicicleta ou moto; produtos da lavoura branca, gado, imóvel urbano, pequenas criações ou mel. A venda do café, entretanto, é a principal fonte de recursos próprios para a maioria dos agricultores. Os empréstimos, neste caso, referem-se aos recursos do Fundo de Crédito Rotativo conjuntamente com empréstimos realizados com parentes e amigos, o que aconteceu em dois casos. Em nove casos, a terra foi paga realizando empréstimo apenas com parentes e amigos, e algum recurso próprio. As fontes de recursos próprios e as formas de empréstimo são semelhantes às que aparecem nas demais modalidades de pagamento da terra. O empréstimo do Fundo de Crédito Rotativo, na maioria dos casos, é pago com a venda do café próprio. Os empréstimos entre parentes e amigos são, geralmente, pagos em espécie, com arrobas de café correspondentes ao valor emprestado, não implicando o uso de juros.

A segunda forma de pagamento da terra consiste no *pagamento à prazo para o dono da terra, com recursos próprios e empréstimos*, representando cerca de 30% dos casos (24 pequenos proprietários). Quando o pagamento é feito a prazo diretamente para o dono da terra, este geralmente é pago em poucos meses, ou até mesmo em 30 dias. Esta proporção significativa de transações de crédito diretas com os proprietários parece indicar uma expansão da confiança na capacidade de pagamentos dos membros da *Conquista de Terras*.

A terceira forma de pagamento consiste no *pagamento à vista para o dono da terra, com recursos próprios*, correspondendo a 16% dos casos (13 pequenos proprietários).

A quarta, por fim, consiste no *pagamento à prazo para o dono da terra, com recursos próprios*, correspondendo a apenas 4% dos casos (3 pequenos proprietários). Em 5% dos casos (4 pequenos proprietários), não temos informação sobre as formas de pagamento. De um modo geral, a variedade de formas de pagamento e os prazos estabelecidos indicam as dificuldades enfrentadas pelos agricultores para quitar a terra comprada. Na maior parte dos casos, a terra é quitada em dois ou três anos. Em um caso, entretanto, o agricultor levou 15 anos para pagar os empréstimos e o dono da terra.

Dos 79 pequenos proprietários, apenas 33 fizeram empréstimo do Fundo de Crédito Rotativo, ou seja, 42%. Em todos os casos o empréstimo foi pago com a venda do café, seja café próprio, à meia, ou ambos. Em relação às formas de pagamento, sejam elas à vista, à prazo e utilizando recursos próprios ou empréstimos, a cultura do café - que tem um maior valor de mercado em relação a outras culturas como as da lavoura branca – é de importância fundamental para a compra da terra. Todas as famílias que pagam a terra com algum recurso proveniente do café, retiram das outras culturas, criações, horta e pomar o sustento para a família até o quitamento da dívida, para em diante começar a fazer melhorias na propriedade.

Os critérios para a obtenção dos empréstimos e os dez mandamentos foram sendo criados a partir do momento que o número de candidatos a participação nas compras de terra foi se expandindo. A notícia se espalhou rapidamente. Os critérios foram definidos ao longo dos anos pelas lideranças e pelos membros da Comissão dos Sem Terra, que se reúne uma vez por mês, ou quando necessário, no STR.

A experiência da compra de terras e a criação do Fundo de Crédito Rotativo estão levando os agricultores a criar grupos para comprar também equipamentos ou para construção de engenho, o que seria difícil para um agricultor familiar efetuar sozinho. Assim, baseados no exemplo do Fundo de Crédito Rotativo para compra de Terras, em 2002, vinte e duas famílias se uniram para comprarem um trator semi-novo, que custou 72 mil reais. Quem não entrou na compra também pode usar o trator, mas todos, inclusive os compradores, pagam o aluguel de uso, para a criação de um pequeno fundo para pagamento de despesas com motorista, combustível e a manutenção do trator.

A criação do Fundo de Crédito Rotativo foi de fundamental importância para que a experiência se expandisse. Segundo relatos de membros da conquista, o Fundo deu o impulso para que a experiência pudesse abranger segmentos mais amplos. Dos 33 agricultores(as) que fizeram empréstimo do Fundo, cerca de 73% são filiados e participam das reuniões ou de alguma instância do STR. Dos membros da conquista, apenas dois entrevistados nos disseram que não sabiam

da existência do Fundo de Crédito Rotativo para a compra de terra. Um deles não é filiado ao sindicato, e não participa de nenhuma atividade na comunidade. O segundo é filiado, mas não participa das reuniões e de outras iniciativas, como a AFA, a Cooperativa de Crédito, e outras. Ambos, no entanto, foram convidados a entrar em grupos de compra.

6. DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

"[A conquista] Significou que trouxe mais liberdade, né? Que a gente melhorou a comida, porque antes usava agrotóxico e era na terra do patrão, era obrigado, né? Agora a gente não usa mais. E melhorou a renda, a gente conseguiu comprar as coisas que antes da conquista a gente não conseguia comprar" (Antônio, 38 anos, agricultor e pequeno proprietário).

A experiência da *Conquista de Terras em Conjunto* tem importantes implicações para o tema do desenvolvimento, controverso e amplo em conceitos, técnicas e usos. Não se trata de avaliar a experiência da *Conquista de Terras* somente em termos de aumento de renda ou qualidade de vida. Acompanhando a discussão de Amartya SEN, em *Desenvolvimento Como Liberdade* (2000), consideramos que desenvolvimento representa algo mais que bem estar material. Para SEN (2000), a liberdade é ao mesmo tempo o fim e o meio para se chegar ao desenvolvimento. O processo de desenvolvimento integra considerações econômicas, sociais e políticas, tendo como referência a expansão das capacidades de escolha e de liberdade individual, geradoras de solidariedade

social. Os ganhos de *autonomia*, nas esferas econômica, social, política e de relações de gênero, são elementos centrais do processo de desenvolvimento.

As associações de crédito participativo e as organizações associativas desenvolvidas pelos próprios agricultores ampliam as alternativas de ação e proporcionam novas modalidades de acesso e mobilização de recursos materiais e imateriais. Assim, devemos pensar a experiência em termos de conquistas individuais e coletivas.

Em relação a experiência, o fato de possuir terra está diretamente ligado a conquista de liberdade, mesmo para os que são meeiros. A busca por liberdade foi, e ainda é, a principal motivação que levou os criadores da conquista a desejarem sua ampliação para um maior número de meeiros e trabalhadores rurais sem terra. Segundo Seu Neném,

"Como a gente sentia, sentia na pele, porque a gente também foi meeiro, eu falei a história dos meus pais, eles também migraram com trabalho de meia, a minha infância foi toda passada em trabalho de meia na fazenda, conheço toda esta história bem na pele como o tanto que a gente sofria nas coisas. O problema não é a questão de trabalhar, é a falta de liberdade mesmo, até para falar a pessoa é proibida às vezes de expressar aquilo que sente, ele é proibido, então, a gente conhecia bem na pele essa história. E no mais, o mais forte foi o que minha mãe contava toda a história para gente, como foi o passado da vida dela, deles...toda essa história de compra de terra. Para você ter uma idéia só conseguiu fazer a 4ª série primária, só eu e meu irmão acima de mim os outros mais velhos nenhum conseguiu, era 1ª série, 2ª série no máximo, né? Por que nós conseguimos? Porque já estávamos em terra que era da gente os outros toda época de cortação de terra tinha que largar a escola para poder trabalhar para o patrão, os mais velhos não conseguiam fazer nem uma 4ª série porque o patrão não deixava. Eu peguei mais meia na infância, mais tarde eu era meeiro assim perto do meu pai, eu tinha terra do meu pai mas era pouca, a gente reuniu para comprar mais porque era pouca" (Seu Neném, 55 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Ao entrevistar homens e mulheres que participaram da experiência, o que mais nos chamou atenção é a importância que os agricultores e agricultoras atribuem à independência, autonomia e liberdade para poder trabalhar a terra como quiser. A passagem da condição de meeiros e trabalhadores rurais para pequenos proprietários modifica não apenas as alternativas de organização produtiva, moradia e segurança alimentar, mas também reforça o auto-respeito

dos agricultores. À liberdade para fazer o que quiser, poder ir onde quiser, sair a hora que quiser, os filhos poderem ir à escola, os pais poderem participar do “movimento”, às vezes é atribuído um valor maior do que à própria terra,

"A conquista significou um crescimento de ...não simplesmente de questões financeiras, mas um crescimento social, para a gente gerenciar a terra que é da gente... Uma autonomia...libertação. A realização de um sonho também. Até quebrou assim um pouco, a tradição dos filhos só adquirir terras por herança ou doação" (...) (Benjamim, 37 anos, agricultor e pequeno proprietário).

“Terra é liberdade, é segurança, é conforto, para mim terra é quase tudo, nossa mãe, é dela que a gente veste, que a gente come, que a gente tira a nossa saúde. A Conquista de Terra foi a liberdade, só de ter a minha casa na minha propriedade você deitar tranqüilo a noite e acordar tranqüilo, você planta o que você quiser, antes não podia fazer isso, o dono da terra achava que ia prejudicar a lavoura” (José, 34 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Tornar-se o dono da própria terra não significa que o trabalho vai diminuir, ou que a vida na roça vai se tornar mais fácil. Ao contrário, os que não tem recursos para pagar a terra à vista têm um longo trabalho pela frente, fazer economias e passar por privações. As famílias que tem filhos maiores e que podem ajudar os pais no serviço da propriedade conseguem pagar a terra em um prazo mais curto, e ter um padrão de vida melhor. Os mais jovens, e os que têm filhos pequenos, vão construindo suas moradias aos poucos, e só as terminam depois que conseguem quitar a terra.

Uma das questões abertas foi direcionada ao manejo da terra e aos processos de trabalho na propriedade. A questão foi respondida por 112 pessoas (homens e mulheres separadamente). A ênfase nas práticas agroecológicas nas propriedades mostra o resultado do trabalho do CTA-ZM junto aos agricultores e agricultoras. Nas respostas, os termos melhoria na qualidade de vida, liberdade para plantar o que desejar, fazer o seu horário, não usar veneno na lavoura, usar adubo orgânico, ter lavoura orgânica, não usar ou usar menos adubos químicos e diversificação da produção são recorrentes nos depoimentos,

"Tocava a lavoura à meia, em parceria. Era longe, levava uma hora e meia para ir e voltar. Hoje a gente trabalha com outra dimensão, trabalha no que é nosso. O jeito mudou, a qualidade é melhor. Aqui pode plantar

de tudo e com mais cuidado e qualidade. Aqui é orgânico e pode plantar junto, café com feijão" (João, 30 anos, agricultor e pequeno proprietário).

"A terra para mim é a mesma coisa de um filho. Eu amo ela a mesma coisa de um filho. Significa um futuro, ter um pedaço maior e tenho vontade de comprar um pedaço maior, para poder ter café, milho, feijão e ter uma lavoura de café orgânico" (Gessi, 31 anos, agricultor, pequeno proprietário e meeiro).

"Era empregado, trabalhava das 7 às 17 horas. Trabalhava no pomar de pêsego, morango, cultura de baroa e capineira para gado. Depois passou tudo para cultura do café. Todas as culturas usavam veneno, Butox, Round-up, Bidrin. Hoje não uso adubo químico e nem veneno" (Sebastião, 42 anos, agricultor e pequeno proprietário).

"A gente ter um pedaço de terra hoje é saber que tem a casa da gente, poder plantar, ter criação. Na terra da gente, a gente sabe que não vai ter a obrigação de jogar veneno" (Sônia, 27 anos, agricultora e pequena proprietária).

No caso das mulheres, as que trabalhavam como meeiras juntamente com os maridos ou os pais (número bem menor), também relatam que uma das principais mudanças foi a substituição do uso de agrotóxicos por práticas menos agressivas ao solo e à saúde dos agricultores, assim como a maior disponibilidade de tempo para se dedicar aos filhos, à casa, às criações e poderem ter uma horta.

De acordo com as entrevistas a mudança na qualidade, quantidade e variedade dos produtos mudou consideravelmente após a compra da terra. As visitas às propriedades também nos permitiram constatar a diversidade nas propriedades. O fato de possuírem terra própria permitiu aos pequenos proprietários (as) a diversificação na produção, o manejo sem uso de agrotóxicos e produtos químicos além de poderem ter pequenas criações, horta e pomar. Do total das 79 famílias pesquisadas, 62 (78%) afirmaram que ao possuírem terra própria, a produção de alimentos na propriedade fez com que aumentasse a quantidade, a variedade e a qualidade, além de consumirem alimentos que foram cultivados sem adubos químicos e agrotóxicos. Outra característica importante é o fato de quase não precisarem comprar produtos industrializados.

Em nossa pesquisa de campo, nos preocupamos em saber como os agricultores da *Conquista de Terras* interpretaram o significado da experiência para suas vidas em uma questão aberta ao final do questionário para homens e

mulheres. Obtivemos, assim, 86 depoimentos. Destes, 52 afirmaram que a conquista significou liberdade e autonomia para poderem decidir o que querem fazer na propriedade, ter liberdade para poder sair e poder participar do “movimento” e os filhos poderem ir à escola. Como podemos constatar em um dos depoimentos,

"Significou coisa demais, é o melhor da vida, de plantar tudo que tem vontade.(...) A liberdade é muito boa, antes vinha o dono da propriedade e pegava se já estivesse produzindo. Melhorou da água para o vinho. Foi a melhor coisa que eu fiz comprar esse pedacinho de terra. Me criticaram demais, diziam que iam me jogar encima de pedra, punham fogo para eu não vir... Mas eu falei que podiam me jogar até encima de pedra, mas pelo menos seria meu. (...) Melhorou demais, estamos mais a vontade, temos uma casinha, paiol, nossa produçãozinha" (Paulo, 27 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Nos 79 questionários aplicados, incluímos também questões acerca das mudanças trazidas pela *Conquista de Terras* em termos de participação social e qualidade de vida, com perguntas tanto para homens e mulheres. Os termos qualidade de vida, diversificação da produção, o não uso de veneno (agrotóxicos) e o fato de poderem participar de cursos, reuniões são recorrentes nos depoimentos,

“A terra para mim é algo que sustenta algo precioso... conforto, segurança alimentar, melhora das condições de vida, da qualidade, da diversificação. Liberdade, autonomia é... mudança de hábito alimentar, coisas que antes não tinha. Antes era feijão com arroz e angu, não podia ter horta, não tinha espaço e nem tempo para poder cuidar. E quando tinha tempo não tinha onde plantar. Liberdade em poder trabalhar a terra, plantar o que quiser, fazer o que quiser e o que achar que deve ser feito mesmo fora da terra. Por exemplo, agora faço curso também. Se fosse para sair, tinha que pedir benção para ele, o patrão” (João, 43 anos, agricultor e pequeno proprietário).

Segundo os depoimentos, também houve ganhos em relação à educação formal e não formal²⁴. O fato dos filhos poderem ir à escola já é motivo de orgulho, pois nas gerações passadas os filhos mais velhos não podiam ir à escola em época de colheita ou de "bater pasto", pois tinham que ajudar os pais na lavoura do patrão. Seu Neném relata que, pelo fato de ser irmão mais novo, conseguiu freqüentar à escola até a 4ª série, pois nessa época o pai já tinha terra própria. Os irmãos mais velhos não puderam ir à escola, nem mesmo por quatro anos.

De acordo com os questionários, a média de escolaridade é de dois anos nas gerações mais velhas, de quatro nas mais novas e de seis em diante, nos mais jovens. Existem poucos casos de jovens que pararam de estudar antes de completar o ensino fundamental. Com a compra da terra, muitas famílias afirmaram que vai ser possível manter os filhos na escola. A inauguração da EFA Puris também está sendo aguardada com anseio por muitos, pois os que pararam de estudar estão pensando em voltar quando a escola estiver funcionando. Também existe uma concepção diferente em relação ao tipo de estudo que é necessário para permanecer na roça. Segundo um depoimento,

"A educação nossa é mais de participação e do nosso conhecimento. É outro caminho na roça, a gente não pensa em formar para engenheiro, para outra coisa, mas participar e mexer com a agricultura. Agora estou participando do curso de turismo, já fui no Espírito Santo para trocas de experiências e vou continuar" (Edmar, 34 anos, agricultor e pequeno proprietário).

A **figura 07** nos mostra o que mudou em relação a educação formal e não formal segundo os entrevistados (homens e mulheres), após a compra da terra:

²⁴ A educação formal compreende o ensino regular em escolas públicas ou privadas. A educação não formal compreende cursos que os agricultores(as) fizeram no Sindicato, no CTA-ZM, na EMATER ou no Senar. Os cursos não formais citados foram: apicultura, café orgânico, café agroecológico, colheita e pós colheita do café, secagem do café, homeopatia, corte costura, compota, sabão, sabonete, xampu, trabalho com horta, ecoturismo, agroecoturismo, formação de monitores das escolinhas sindicais, formação de agricultores, formação de cooperativa, planejamento do sindicato e da associação.

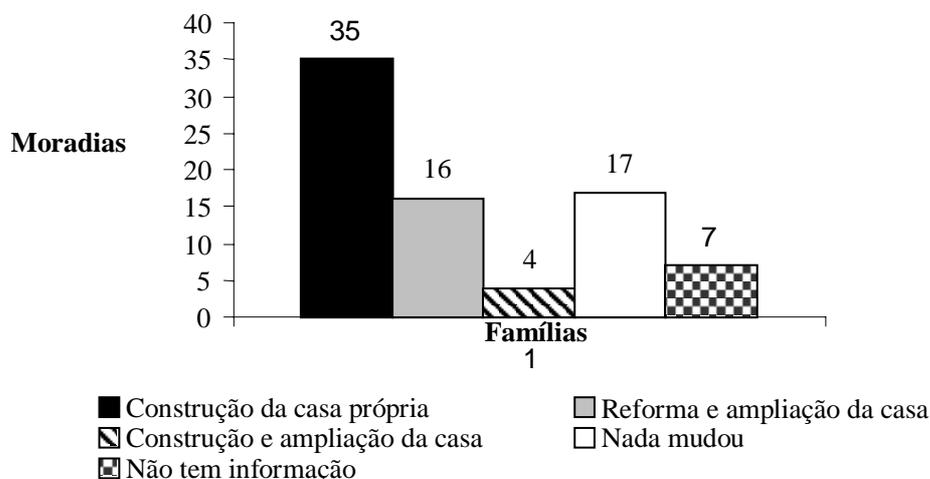
Figura 07 - Acesso à Educação Formal e Não Formal, Após a Conquista de Terras



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2005.

Outro item importante relatado pelos agricultores, e comprovado pelas visitas feitas às famílias, é em relação à moradia. A maioria também sente orgulho em ter casa própria. No geral as casas tem um bom padrão, variam de 5 a 8 cômodos com banheiro. Como já mencionamos anteriormente, os que ainda estão pagando a terra e tem filhos menores levam mais tempo para fazer melhorias na propriedade ou terminar de construir a casa, mas são poucos. As melhorias feitas na propriedade geralmente são: construção de paiol maior e definitivo, curral, terreno para secar café, luz na propriedade, reforma da casa (quando esta já existia na propriedade comprada), ampliação da casa que foi construída, horta e "plantas" que antes não podiam ter, além da compra de picadeira e ferramentas para o trabalho. Também foi relatado o fato de poderem comprar bens móveis. Com o trabalho de meeiro ou diarista, não sobrava dinheiro para itens como televisão, geladeira, moto, bicicleta e mobília para a casa. Nos depoimentos, a questão da liberdade também é citada com frequência, mesmo quando se pergunta sobre a moradia, por haver maior liberdade para plantar o que quiser e morar na própria casa. A **figura 08** ilustra se as condições de moradia mudaram ou não:

Figura 08 - Melhoria nas Condições de Moradia Após a *Conquista de Terras*



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2005.

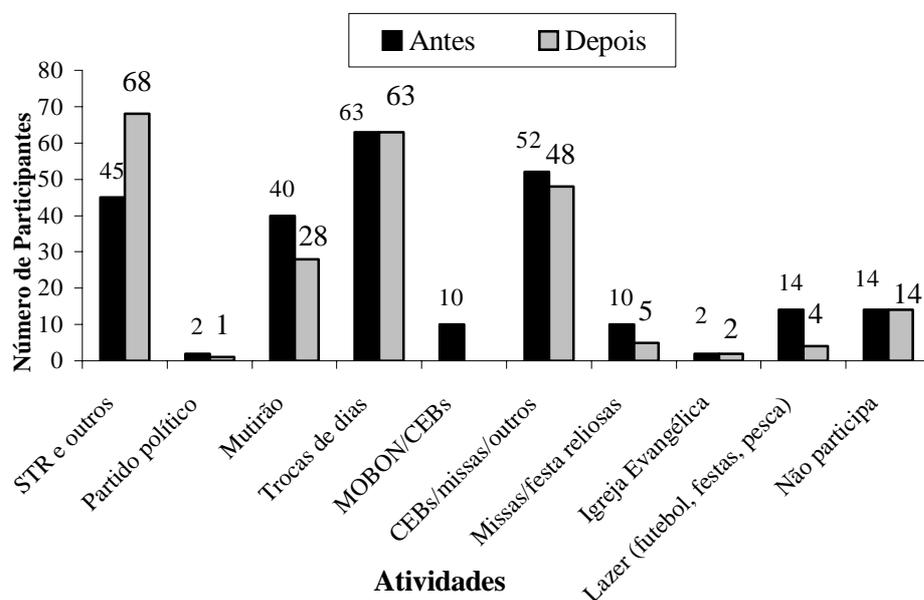
A partir da **figura 09**, abaixo, notamos que os membros da *Conquista de Terras* tem como atividades associativas mais importantes a participação no Sindicato de Trabalhadores Rurais, na troca de dias e nas CEBs. A entrada na *Conquista de Terras* não parece ter alterado significativamente este padrão, exceto por um aumento importante na participação nas atividades do sindicato. O número dos que não participam de nenhuma iniciativa associativa não se alterou. O que devemos notar é que a maioria dos agricultores que participam do STR não são meros filiados, mas participam regularmente das reuniões, e têm cargos no sindicato e em outras instituições.

De acordo com as entrevistas, é notável o acúmulo de alguns cargos ou participação pelas mesmas pessoas, mas no geral quase todos participam do STR e de mais uma instituição, pelo menos. A categoria *outros* inclui: membro do CTA-ZM, AFA - Associação dos Agricultores Familiares de Araponga, EFA-Puris - Escola Família Agrícola Puris, Cooperativa de Crédito, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Associação Regional de Trabalhadores Rurais na Zona da Mata ou Partido Político. A categoria *lazer* inclui atividades com os amigos, vizinhos e parentes, como o futebol aos domingos. A categoria *CEBs* também se desdobra em *outros*: grupos de reflexão,

grupos de oração, missas, festas religiosas, grupo de jovens, Pastoral da Família, Pastoral da Criança, Pastoral do Batismo e Comissão Pastoral da Terra. Em geral, membros das CEBs também participam de uma ou mais categorias.

A **figura 09**, a seguir representa os padrões de participação social, (primeiro dos homens), em vários tipos de organizações, instituições e eventos, antes e depois da conquista, para 78 homens membros da conquista.

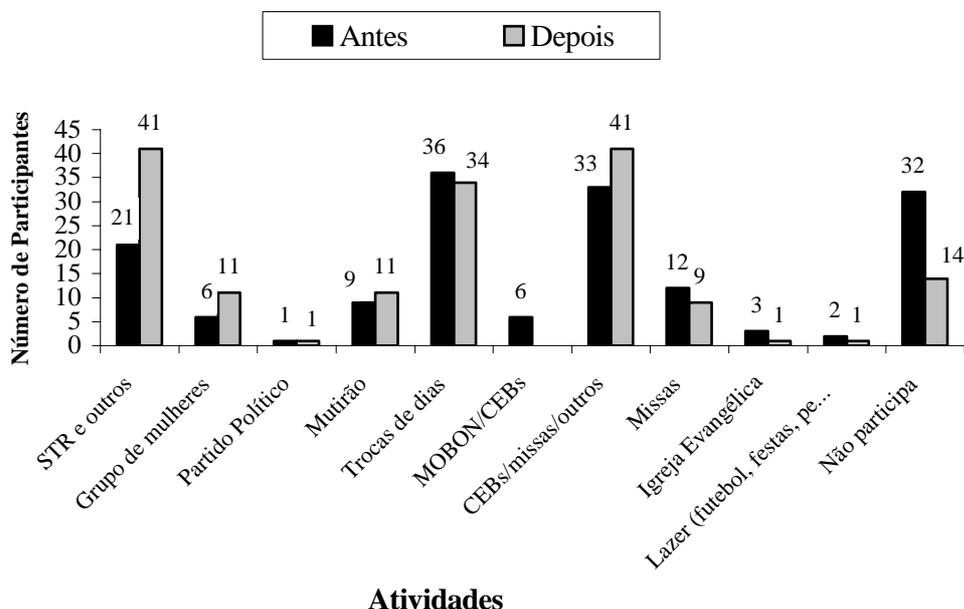
Figura 09 - Participação Social dos Homens, Antes e Depois da Conquista de Terras.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2005.

No caso das 59 mulheres entrevistadas, de acordo com a **figura 10**, ao contrário, o número de participantes em atividades fora da propriedade teve um aumento significativo, em comparação ao momento em que não tinham terra. O número de mulheres que não estavam envolvidas em nenhuma atividade associativa declinou. De outro lado, a participação de mulheres no STR, no Grupo de Mulheres e nas CEBs aumentou significativamente. Entretanto, as mulheres ainda têm participação bem mais limitada que os homens, embora nas duas últimas eleições para a presidência do sindicato, mulheres tenham sido eleitas. A **figura 10** mostra em números absolutos a participação das mulheres:

Figura 10 - Participação Social das Mulheres, Antes e Depois da *Conquista de Terras*.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2005.

De modo geral, os dados de participação social de homens e mulheres e as impressões de campo indicaram que a propriedade da terra e o envolvimento na rede de relações da conquista abriram, aos agricultores e agricultoras, novas oportunidades de ação em contextos associativos, o que era, em muitos casos, severamente limitado pelas relações de autoridade com os patrões, ou por relações de gênero assimétricas.

Dessa forma, tanto as aspirações por maior liberdade e autonomia, que emergem dos depoimentos, quanto a melhora nas condições gerais de qualidade de vida, estão presentes como resultados da *Conquista de Terras*. Os agricultores que saíram da condição de meeiros e trabalhadores rurais para se transformarem em pequenos proprietários pela conquista reduziram significativamente a vulnerabilidade que caracterizava sua condição anterior, garantindo melhores condições de reprodução da unidade familiar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Para plantar, para colher, acho que para quem mora na zona rural é muito importante, é melhor morar na terra na roça do que na cidade. Melhorou muito com a Conquista, o fazendeiro não dá sossego, na terra da gente, a gente trabalha no tempo que a gente pode. Na terra da gente, a gente tem tudo que precisa para viver” (Amélia, 58 anos, agricultora e pequena proprietária).

A experiência da *Conquista de Terras em Conjunto* está trazendo para as gerações presentes e também para as gerações futuras, além de esperança, importantes transformações nas formas de organização, identidade, e meios de vida dos agricultores(as) familiares.

Acreditamos ter demonstrado que esta experiência tem importantes implicações para a teoria e a prática do desenvolvimento local sustentável. No decorrer deste trabalho, procuramos mostrar como a Conquista de Terras em Conjunto foi uma experiência de auto-organização desenvolvida pelos próprios agricultores. Ao definir critérios de seleção e monitoramento para a inclusão nos grupos de compra, a experiência construiu laços de confiança utilizando-se de

redes de relações pré-existentes e emergentes, num exemplo teoricamente interessante de *embeddedness* de relações econômicas em contextos sociais.

No decorrer da pesquisa, mesmo antes de concluir o banco de dados e realizar a análise de redes, percebemos como foram importantes no caso de Araponga as redes sociais tecidas através do parentesco e por meio das CEBs.

As redes de parentesco foram de fundamental importância para que a experiência começasse e se consolidasse ao longo dos anos até alcançar atores sem vínculos com as relações de parentesco e atores externos.

Como vimos anteriormente, do universo de 79 famílias que fazem parte da *Conquista de Terras*, apenas dez não possuem laços de parentesco com o núcleo central da rede. Isto comprova nossa hipótese de trabalho central de que redes de relações pré-existentes, estruturadas a partir de parentesco e vizinhança, constituíram a base de interação que permitiu dar início à experiência e promover sua expansão, para círculos cada vez mais distantes. Este sucesso relativo também decorreu da capacidade de construir laços fortes de solidariedade entre famílias, compadres e vizinhos, mas também da sua capacidade de construir laços fracos que foram importantes para com os atores externos. No que se refere aos contextos de ação do mundo rural, é particularmente decisivo entender como e em que circunstâncias o conjunto de redes sociais diversas teceram laços de confiança e reciprocidade, que permitiram as comunidades rurais construir capacidades de ação coletiva para a resolução do problema do acesso à terra e, assim, reduzir vulnerabilidades ligadas à pobreza e incerteza do meio rural.

Através dos dados coletados para a análise da rede de relações que envolveu a *Conquista de Terras em Conjunto*, constatamos que a sua formação estruturou-se gradualmente ao longo do tempo. A rede de relações que deu suporte a experiência é resultado da intersecção de diferentes tipos de laços. É provável que, isoladamente, nenhum deles teria sido capaz de criar o tecido de relações favorável ao seu desenvolvimento. Destacamos, entretanto, que a trajetória pessoal de alguns membros da Família Lopes, assim como a interpretação que deram ao conteúdo moral da mensagem das CEBs, foram decisivos.

Se a rede foi formada primeiramente ao redor da Família Lopes, o envolvimento no MOBON e nas CEBs permitiu ao grupo reforçar os imperativos éticos e de solidariedade a partir da vivência com outras pessoas com vidas distintas, mas partilhando das dificuldades e incertezas acerca da vida no campo, realidade comum a todos(as). Também importante foi o trabalho do CTA-ZM, que, embora não se dirigisse aos problemas de posse e propriedade da terra, ampliou os recursos organizacionais e o acesso às redes externas dos agricultores, e ofereceu também uma nova visão da agricultura e suas possibilidades. Como vimos, a partir da experiência em agricultura alternativa, os agricultores se viram em um espelho, mas eram impossibilitados de olhá-lo por não possuírem terra. Outro fator importante foi a possibilidade de poder fazer o manejo de suas terras de modo autônomo e não trabalharem mais com agrotóxicos.

A *Conquista de Terras* alimentou a tão sonhada liberdade que levou meeiros e diaristas, através dos impulsos da Família Lopes, a acreditar na possibilidade de comprar terra. A aproximação do CTA-ZM e leigos ligados às CEBs e a CPT com os agricultores(as), em 1987, culminou com a fundação do sindicato, que tinha como lideranças-chave integrantes das CEBs, que eram também parentes e/ou amigos.

Crucial também foi o fato do café estar no centro das estratégias econômicas dos agricultores. Seria possível estruturar experiências semelhantes em contextos em que não haja uma cultura comercial importante associada à pequena produção? A pergunta que se faz é: em contextos culturais, sociais e econômicos diferentes a experiência seria possível? São questões difíceis de responder, mesmo em se tratando de contextos semelhantes, pois cada localidade tem as suas especificidades. O que a experiência nos diz, entretanto, é que é possível inventar novos modos de adquirir terra e permanecer na roça, mesmo em condições adversas. Como este estudo demonstrou, a presença de redes de relações e contextos de confiança é crucial para que a cooperação em bases amplas possa permitir que experiências semelhantes possam emergir em outros lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOLAFIA, Mitchel Y. Markets as cultures: an ethnographic approach. In: Callon, Michel (ed.). *The Laws of the Markets*. London: Blackwell, 1990.
- ALMEIDA, Ivan Antônio de. *A Síntese de Uma Tragédia: Movimento Fé e Política*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2000.
- ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, 214 p.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002, 592 p.
- ANDRADE, Rogério Ribeiro de. *A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do Estado à liberalização do mercado*. Belo Horizonte, 1994. Dissertação (Mestrado). UFMG, CEDEPLAR.
- BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução Marco Estevão, Renato Aguiar. – 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999, 178 p.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base?* São Paulo: Brasiliense, 1981. 115 p.
- BARBOSA, Willer de Araújo. *Cultura Puri e Educação Popular no Município de Araponga, Minas Gerais: Duzentos Anos de Solidão em Defesa da Vida*

- e do Meio Ambiente*. Florianópolis, 2005. Tese Doutorado. UFSC, CED, 165 p.
- BIGGART, Nicole W.; CASTANIAS, Richard P. Collateralized Social Relations: The Social in Economic Calculation. *American Journal of Economics and Sociology*. 60(2001): 471-500.
- CAMBRAIA, R. B.; MENDES, F. F. (1988) A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História UFMG* 6:137-150.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. *Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local*, Projeto Rurbano, Unicamp, Campinas-SP, 1999, 27 p.
- CAMPOS, Ana Paula T. “*Conquista Conjunta de Terras*”, *organização social e planejamento no meio rural: uma iniciativa dos trabalhadores rurais de Araponga-MG*. Monografia. Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Municipal. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Viçosa. 2004, 33 p.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 7a. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987. [1964].
- COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003, 406 p.
- CONQUISTA da Terra em Conjunto*, Direção Tânia Calliari. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2000, fita vídeo 33 min, VHS, son., color.
- Conquista de Terras*, um caminho original e eficiente. *Revista CTA-ZM 15 anos*. Centro de Tecnologias Alternativas – Zona da Mata – Viçosa - MG, julho 2002, p. 24-26.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DURSTON, John. Construyendo capital social comunitário. *Revista de la Cepal*. no. 69, dezembro. 1999, p. 103-118.
- ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. *Development Policy Review*, 2001, 19(4): 437-448.

- ESMAN, Milton J., UPHOFF, Norman T. *Local Organizations: Intermediaries in rural development*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1984.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global Universitária, 1987, p. 77-223.
- FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- GAMBETTA, Diego. Can We Trust Trust?, in Gambetta, Diego (ed.) *Trust: Making and Breaking Cooperative Relations*, eletronic edition, Department of Sociology, University of Oxford, chapter 13, pp. 213-237, 2000,[1988].
<http://www.sociology.ox.ac.uk/papers/gambetta213-237.pdf>.
- GANSNER, Emden R.; KOUTSOFIOS, Eleftherios; NORTH, Stephen C.; VO, Kien-Phong. *A Technique for Drawing Directed Graphs*. IEEE Trans. Software Eng., 19(3): 214-230, May 1993.
- GEERTZ, Clifford. The Rotating Credit Association: A “middle rung” in development. *Economic Development and Cultural Change*. 10:241-63. April 1962.
- GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Tradução Patrice Charles F. X. Guillaume. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, 272 p.
- GRANOVETTER, Mark. *Le marché autrement: les réseaux dans l'économie*. Essais de Mark Granovetter, Paris: Desclée de Brouwer, 2000, 239 p.
- GRANOVETTER, Mark. Action économique et structure sociale: le problème de l'encastrement (1985) *In: Le marché autrement: les réseaux dans l'économie*. Essais de Mark Granovetter, Paris: Desclée de Brouwer, 2000, p. 75-114.
- GRANOVETTER, Mark. La force de liens faibles (1973) *In: Le marché autrement: les réseaux dans l'économie*. Essais de Mark Granovetter, Paris: Desclée de Brouwer, 2000, p.45-73.
- GRANOVETTER, Mark. The Nature of Economic Relationships. *In: SWEDBERG, Richard (ed). Explorations in Economic Sociology*. New York: Sage. 1996, 3-41.
- HAGUETTE, Teresa Maria F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petropolis: Ed. Vozes, 1992.

- IBGE, Dados do município de Araponga, 1996 (site: www.ibge.org.br).
- KLIKSBERG, Bernardo. Capital Social e Cultura: as chaves esquecidas do desenvolvimento. *Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe*. Tradução Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2002. 63 p.
- LANNA, Ana Lúcia D. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920 - 2ª ed.* Campinas, Editora da UNICAMP, 1989, 123 p.
- LANGFUR, Hal. Uncertain Refuge: Frontier Formation and the Origins of the Botocudo War in Late Colonial Brazil. *Hispanic American Historical Review*. 82(2):215-256, 2002.
- LOZANO, Jorge E. Aceves. Prática e estilo de pesquisa na história oral contemporânea. In FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- MAYER, Adrian C. A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In FELDMAN-BIANCO, Bela (org). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global Universitária, 1987, p. 77-223.
- MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva: Formas e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp, vol. II, 1974.
- MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste, Estudo de uma Região: A Mata Mineira*. Zahar Editores, 1ª. Edição, Rio de Janeiro, 1973.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, vol. 16, n. 43, dezembro de 2001. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados.
- OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, 280 p.
- PAIVA, José Maria. Comunidades Eclesiais de Base. In: POMPERMAYER, José M. (org). *Movimentos Sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1987, p. 141-168.
- PEEMANS, Jean-Philippe. La dimension "population" dans les débats, théories et processus de développement depuis les années 1950. In: *Transitions démographiques et sociétés*. Chaire Quetelet, 1992. Institut de

- Démographie, Université Catholique de Louvain, Louvain-la-Neuve: Académia/L'Harmattan, 1995, p. 71-107.
- PLANO Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável*, Araponga-MG, set. 2001.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação, as origens da nossa época*. Tradução Fanny Wrobel – Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980 [1944], 303 p.
- PORTES, Alejandro. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. *Annual Review of Sociology*. 24:1-24, 1998.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução Luiz Alberto Monjardim. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 173-247.
- RAGIN, Charles C.; BECKER, Howard S. *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH e COOK. *Método de pesquisa em relações sociais*. 2ª edição., São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1967.
- SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 11-16.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução Laura T. Motta – São Paulo: Companhia da Letras, 2000, 409 p.
- SMETS, Peer. ROSCAS as a source of housing finance for the urban poor: an analysis of self-help practices from Hyderabad, India. *Community Development Journal*. Vol. 35, No. 1, January 2000, p. 16-30.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Tradução: Denise Bottmann e João R. Martins Filho - São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SZTOMPKA, Piotr. *Trust, A Sociological Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, 211 p.
- VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX, nº. 01, janeiro-março de 1958.
- WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social Network Analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 3-27.

WOOLCOCK, Michael, NARAYAN, Deepa. Social Capital: Implications for Development Theory, Research and Policy. *The World Bank Research Observer*. 15(2):225-249, 2000.

ZUCKER, Lynne G. Production of Trust: Institutional Sources of Economic Structure, 1840-1920. *Research in Organizational Behavior*, Vol. 8, p. 53-111, JAI Press Inc., 1986.